

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE TOLEDO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E**  
**AGRONEGÓCIO**  
**DOUTORADO**

**MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: USO DA TERRA, PAISAGEM E**  
**IMAGENS DO RURAL**

**TOLEDO/PR**  
**2020**

**LUCIANA VIRGÍNIA MARIO BERNARDO**

**MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: USO DA TERRA, PAISAGEM E  
IMAGENS DO RURAL**

Tese apresentada o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Professor Dr. Ricardo Rippel.

**TOLEDO/PR  
2020**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Bernardo, Luciana Virginia Mario  
MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND : USO DA TERRA,  
PAISAGEM E IMAGENS DO RURAL / Luciana Virginia Mario  
Bernardo; orientador(a), Ricardo Rippel, 2020.  
136 f.

Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Regional e Agronegócio, 2020.

1. Assis Chateaubriand. 2. Uso da terra e Paisagem. 3.  
Continuidade da Propriedade Familiar Rural. 4. Implantação  
da Agroindustrialização. I. Rippel, Ricardo . II. Título.

**LUCIANA VIRGINIA MARIO BERNARDO**

**MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: USO DA TERRA, PAISAGEM E  
IMAGENS DO RURAL**

Tese apresentada o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Professor Dr. Ricardo Rippel.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ricardo Rippel.  
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

---

Prof. Dr. Moacir Piffer  
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

---

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima  
Universidade Estadual de Oeste do Paraná

---

Prof. Dr. Leandro de Araújo Crestani  
Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz

---

Profa. Dra. Tatiani Sobrinho del Bianco  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Toledo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

*A minha família...*

## AGRADECIMENTOS

*Agradecer talvez seja um dos momentos mais especiais que possa ocorrer em uma relação, pois é o instante referente ao reconhecimento da importância do outro e de sua ação para um indivíduo. Muitas vezes, este momento pouco é valorizado devido à acelerada dinâmica cotidiana, mas ele precisa ser externalizado, pois é um traço de nossa humanidade.*

*Todos os dias eu procuro agradecer...*

*Agradeço a Deus por estar viva e pelas possibilidades e experiências vividas...*

*Agradeço à família de que faço parte, por ser meu alicerce e por estar sendo renovada pelos meus sobrinhos amados...*

*Agradeço por ter encontrado um companheiro muito especial, leal e que embarca comigo no caminho da pesquisa...*

*Agradeço pelas decisões tomadas, que me possibilitaram chegar nesta etapa da vida acadêmica...*

*Agradeço aos meus amigos de pós-graduação, pelos belos momentos vividos...*

*Agradeço por todos os meus professores que passaram pela minha vida, desde aqueles da Educação Básica até os do Doutorado, pois eles contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje, me ajudaram a ler o mundo... Nesse contexto, agradeço ao meu orientador, por ter sido paciente e estar sempre disposto a dialogar comigo...*

*Agradeço à banca, que se dispôs a ler o trabalho e a realizar contribuições para o seu aperfeiçoamento...*

*Agradeço às secretárias do Programa de Pós-Graduação, pela doçura e educação utilizada no atendimento aos pós-graduandos....*

*Agradeço ao povo paranaense pela contribuição econômica, via impostos, que mantém as universidades públicas do estado...*

*Agradeço a todos os que participaram deste processo, cedendo informações, dando apoio, incentivando a continuidade do trabalho, enfim...*

*Agradeço ao corretor Célio Escher, mesmo não o conhecendo pessoalmente foi uma pessoa muito presente desde o meu mestrado. Os e-mails com suas correções nos documentos enviados eram aulas de Língua Portuguesa, que me inspirou a melhorar minha escrita. Possivelmente, minha tese seja uma de suas últimas correções, ao qual gentilmente ele observou “o trabalho é agradável de ler do começo ao fim, ainda mais para alguém como eu, pois cheguei, do Rio Grande do Sul, a Toledo no começo de 1955, com 7 anos de idade e vi muito disso tudo que você relata, inclusive já passava por Assis Chateaubriand lá por 1960.*

*O seu trabalho está bem planejado e bem executado sem deixar de ser fluente e interessante. Very good”. Obrigada, você continuará a inspirar as pessoas de onde você estiver!*

*Agradeço, agradeço e agradeço, pois não seria possível encerrar esta etapa sem a compreensão, a ajuda e a solidariedade de muitas pessoas!*

*Muito Obrigada!*

*O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. Por isso, além de ter oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas.*

Amartya Sen



BERNARDO, L. V. M. **Município de Assis Chateaubriand: uso da terra, paisagem e imagens do rural.** 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2020.

## RESUMO

A partir da década de 1950, o Brasil foi incentivado a modificar seu processo produtivo agropecuário mediante a inserção do uso de tecnologias rurais. Esta medida resultou no decorrer dos anos, em um processo de reestruturação da estrutura produtiva alimentar e ainda alterou a configuração populacional, pois as pessoas, em sua maioria passaram a residir na área urbana. Assim, a presente tese foi direcionada ao município de Assis Chateaubriand, localizado na região Oeste do Paraná, ao qual tem em seus registros a concretização deste processo. A opção de realizar a investigação nessa localidade foi motivada pelas transformações do uso da terra local, principalmente as ocorridas no espaço rural e que devem novamente ocorrer tendo em vista a implantação de uma empresa agroindustrial para o abate de suínos. O objetivo geral estabelecido foi o de analisar as transformações do uso da terra e da paisagem do município de análise e seus reflexos na sua estrutura produtiva. A abordagem utilizada envolveu métodos mistos, com natureza aplicada. O método qualitativo foi utilizado, para a análise de imagens, enquanto o quantitativo foi exigido nas análises descritivas e inferenciais, como especificado em cada etapa da pesquisa. Os resultados identificados indicam que o município tem apresentado mudanças em sua estrutura produtiva, fundiária e populacional e que tem havido empobrecimento da diversidade da paisagem rural, ao longo dos anos, em razão dessa produção agrícola, que é predominante no município. A imagem dos jovens sobre o rural local é um contraponto entre as características tradicionais dos produtores e mudanças das necessidades relacionadas ao processo produtivo atual. Os jovens ainda não se apercebem, em sua maioria, como um elemento necessário a continuidade da propriedade rural. No que se refere à percepção da população geral, sobre a localidade, o município precisa avançar na relação do uso da terra e do meio ambiente, na atualidade. E a implantação de uma agroindustrialização local de suínos poderá trazer mudanças positivas e negativas, contudo as expectativas de mudanças são distintas conforme as características dos respondentes.

**Palavras-chave:** Mudança no uso da terra; Continuidade da propriedade rural; Expectativas de desenvolvimento.

**BERNARDO, L. V. M. Municipality of Assis Chateaubriand: land use, landscape and rural images..** 2020. Thesis (Doctorate) - State University of Western Paraná. 2020.

### **ABSTRACT**

From the 1950s onwards, Brazil was encouraged to modify its agricultural production process by inserting the use of rural technologies. This measure has resulted in the process of restructuring the food production structure over the years and has also altered the population configuration, as most people now reside in the urban area. Thus, the present thesis was directed to the municipality of Assis Chateaubriand, located in the western region of Paraná, which has in its records the implementation of this process. The option to carry out the investigation in this location was motivated by the transformations in the use of the local land, mainly those that occurred in the rural area and that must again occur in view of the implantation of an agro-industrial company for the slaughter of pigs. The general objective established was to analyze the transformations of land use and landscape in the municipality of analysis and its reflexes in its productive structure. The approach used involved mixed methods, with an applied nature. The qualitative method was useful, in particular, for the analysis of images, while the quantitative was required in the descriptive and inferential analyzes, as specified in each stage of the research. The results identified indicate that the municipality has shown changes in its productive, land and population structure and that there has been an impoverishment of the diversity of the rural landscape, over the years, due to this agricultural production, which is predominant in the municipality. The image of young people about the local countryside is a counterpoint between the traditional characteristics of producers and changes in needs related to the current production process. Most young people still do not perceive themselves as a necessary element for the continuity of rural property. With regard to the perception of the general population, about the locality, the municipality needs to advance in relation to land use and the environment, today. And the implantation of a local swine agroindustrialization can bring positive and negative changes, however the expectations of changes are different according to the characteristics of the respondents.

**Keywords:** Change in land use; Continuity of rural property; Development expectations.

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1</b> - Estrutura da tese.....	24
<b>Figura 2</b> - Diálogo entre Assis Chateaubriand e Oscar Martinez – 1966.....	27
<b>Figura 3</b> - Origem da população inicial do município de Assis Chateaubriand na década de 1960.....	28
<b>Figura 4</b> - Quadro de referência para a determinação da percepção humana.....	53
<b>Figura 5</b> - Síntese da revisão bibliográfica.....	55
<b>Figura 6</b> - Localização do município de Assis Chateaubriand – Paraná – 2018.....	56
<b>Figura 7</b> - Transformações do município de Assis Chateaubriand - 1.....	67
<b>Figura 8</b> - Transformações do Município de Assis Chateaubriand Ano 2005 – 2.....	68
<b>Figura 9</b> - Transformações do Município de Assis Chateaubriand Ano 2005 – 3.....	69
<b>Figura 10</b> - “Capital do Progresso” – Assis Chateaubriand na década de 1960.....	70
<b>Figura 11</b> - Uso da terra do município de Assis Chateaubriand, em percentual – 1985 a 2017.....	72
<b>Figura 12</b> - Percentual de uso da terra por subcategorias da agropecuária - 1985 a 2017.....	73
<b>Figura 13</b> - Uso da terra do município de Assis Chateaubriand – Paraná – 2018.....	79
<b>Figura 14</b> - Extração da vegetação nativa no município de Assis Chateaubriand, entre 1960 e 1970.....	81
<b>Figura 15</b> - Transporte da produção de hortelã, entre 1960 e 1970.....	82
<b>Figura 16</b> - Produção de café, entre 1960 e 1970.....	83
<b>Figura 17</b> - Trator – Tecnologia rural em desfile cívico.....	88
<b>Figura 18</b> - Produção rural futura local.....	93
<b>Figura 19</b> - Percentuais de respostas por variável influente na continuidade da pequena propriedade rural.....	95
<b>Figura 20</b> - Espacialização da possibilidade de produção suína para abate no município de Assis Chateaubriand.....	102

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Residentes no município de Assis Chateaubriand, por sexo e situação do domicílio – 1970 a 2010.....	72
<b>Tabela 2</b> - Decomposição do Efeito Área em Efeito Escala – EE e em Efeito Substituição – ES no período de 1987-1997 – Uso da terra no município.....	75
<b>Tabela 3</b> – Decomposição do Efeito Área em Efeito Escala – EE e em Efeito Substituição – ES no período de 1997-2007 – Uso da terra no município.....	76
<b>Tabela 4</b> - Decomposição do Efeito Área em Efeito Escala – EE e em Efeito Substituição – ES no período de 2007-2017 – Uso da terra no município.....	76
<b>Tabela 5</b> - Decomposição do Efeito Área em Efeito Escala-EE e Efeito Substituição-ES no período de 1970-2017 – Uso da terra rural.....	77
<b>Tabela 6</b> - Distribuição do uso da terra, no município de Assis Chateaubriand – 2018.....	78
<b>Tabela 7</b> - Avaliação qualitativa da paisagem.....	80
<b>Tabela 8</b> - Uso da terra rural do município de Assis Chateaubriand – Paraná – 1970 a 2017.....	84
<b>Tabela 9</b> – Área destinada à produção agrícola por cultura – 1970 a 2018.....	85
<b>Tabela 10</b> - Estrutura fundiária de Assis Chateaubriand – 1970 a 2017.....	89
<b>Tabela 11</b> - Variância explicada e acumulada pelos fatores com raízes características normais e rotacionadas.....	91
<b>Tabela 12</b> - Matriz de componentes.....	92
<b>Tabela 13</b> - Conjunto de variáveis que podem influenciar a continuidade da pequena propriedade rural.....	94
<b>Tabela 14</b> - Variância explicada e acumulada pelos fatores com raízes características normais e rotacionadas.....	98
<b>Tabela 15</b> - Cargas fatoriais e comunalidade referente à percepção sobre o uso da terra no município.....	99
<b>Tabela 16</b> - Estatística Descritiva – Média e desvio-padrão referentes à percepção da população respondente.....	100
<b>Tabela 17</b> - Características dos participantes de cada agrupamento.....	104
<b>Tabela 18</b> - Estatística descritiva sobre a percepção de mudanças no município.....	105

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1. CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA.....	19
<b>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND.....</b>	<b>25</b>
2.2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	32
2.3 USO DA TERRA E SUA IMPORTÂNCIA.....	36
2.3.1 Estrutura agrária e a relação com o crescimento econômico.....	39
2.3.2 Ações antrópicas para a formação de espaço e paisagem.....	43
<b>2.4 A CONTINUIDADE DA PROPRIEDADE RURAL E A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE ESSE ESPAÇO.....</b>	<b>46</b>
2.4.1 Considerações sobre a continuidade da propriedade rural.....	48
2.4.2 Compreendendo os fatores influenciadores das percepções.....	52
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>56</b>
<b>3.1 PAISAGEM E O USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND – 1970 A 2018.....</b>	<b>57</b>
<b>3.2 A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE O ESPAÇO RURAL E SUA FIXAÇÃO NO LOCAL.....</b>	<b>60</b>
3.2.1 Análise estatística.....	61
<b>3.3 ESPACIALIZAÇÃO E PERCEPÇÃO LOCAL SOBRE O USO DA TERRA E MUDANÇAS PRODUTIVAS.....</b>	<b>63</b>
3.3.1 Contextualização.....	63
3.3.2. Percepção dos residentes locais sobre o uso da terra em Assis Chateaubriand e as possíveis transformações oriundas da instalação de agroindústria suína.....	64
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>67</b>
4.1 O MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: 48 ANOS DE DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL (1970 – 2018).....	67
4.2 A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE O RURAL LOCAL.....	90
4.2.1 Características sociais da amostra.....	90
4.2.2 A percepção dos jovens sobre o espaço rural local.....	90

4.3 PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO CHATEAUBRIANDENSE SOBRE O USO DA TERRA NO MUNICÍPIO, SUAS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA E O ALCANCE TERRITORIAL PRODUTIVO DA AGROINDÚSTRIA SUÍNA.....	97
4.3.1 A percepção da população em relação ao uso da terra no município.....	97
4.3.2 O alcance territorial da agroindústria suína em Assis Chateaubriand e a percepção da população sobre as transformações relativas ao uso da terra.....	101
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE 1.....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICE 2.....</b>	<b>135</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1950, o Brasil foi incentivado a modificar seu processo produtivo agropecuário mediante a inserção do uso de tecnologias rurais (CHEN et al., 2012; BEINTEMA; STADS, 2011). Essa modernização agrícola ocorreu no mesmo período em que o país apresentava uma crescente urbanização e demandava um aumento na produção alimentar para o abastecimento dos grandes centros. Além disso, o mercado externo era atrativo para a comercialização e requeria que também fosse abastecido. Mediante esse contexto, a estrutura produtiva agropecuária brasileira precisou ser modificada de tal forma que possibilitasse a produção em larga escala de culturas alimentares específicas.

As tecnologias inseridas no rural brasileiro foram criadas considerando as características ambientais e o acúmulo do conhecimento sobre a produção agropecuária local. Devido à diversidade ambiental existente nas regiões do país, havia como, condição para o êxito da intenção produtiva do momento, o desenvolvimento de técnicas que possibilitassem que as pessoas produzissem uma maior quantidade de alimentos. Tendo em vista que um dos biomas com maior extensão territorial nacional, o bioma Cerrado, era considerado improdutivo na época, este, contudo, também precisava ser ocupado, no caso mediante a atividade agropecuária. Assim, a partir da necessidade do aumento produtivo, um processo inovativo deveria ser realizado para que uma cultura exótica aos biomas nacionais – como a cultura da soja – pudesse ser desenvolvida na região Centro-Sul do Brasil (VIEIRA FILHO, 2018).

Ao serem implementadas as mudanças necessárias a essa nova estrutura produtiva, como a inserção de tecnologias no espaço rural, passaram a ocorrer também consequências negativas, registradas por diferentes autores, como Piffer (1997), Staduto et al. (2004) e Fredo et al. (2012). Os autores apontaram, em especial, que, ao serem utilizadas tecnologias para a produção alimentar, essa utilização provocou a redução da mão de obra demandada no espaço rural, porque a estrutura produtiva anterior era extensiva em mão de obra e as tecnologias rurais reduziam essa necessidade. Dessa maneira, Norder (2006) considera que o direcionamento do país para a produção em larga escala resultou, no âmbito rural, na pouca diversificação produtiva e na redução da geração de emprego e renda.

Com isso, criou-se um excedente populacional no campo, pois na época a maioria dos brasileiros residia no rural. Ocorre que essas pessoas em excesso precisavam continuar a trabalhar para sobreviver, e buscavam uma oportunidade ao migrar para o espaço urbano. No entender de Ugeda Júnior (2014), o crescimento recente das cidades no Brasil esteve

relacionado ao êxodo rural, ocorrido no período. Essa movimentação populacional pode ser associada ao aumento de oportunidades laborais criadas nas cidades e oriundas do processo de industrialização e do fortalecimento do comércio, bem como pela busca das pessoas por serviços de saúde e de educação, pois estas últimas, se não inexistentes, eram muito precárias no espaço rural no período.

Cabe, contudo, alertar para o fato de que essa migração de grande contingente populacional do espaço rural para o espaço urbano não foi tão simples e, para alguns desses migrantes não ocorreu da forma esperada. Nesse caso, duas situações desfavoráveis foram registradas referentes ao período. A primeira consistiu em que esses indivíduos/famílias, em sua maioria, foram encaminhados para as periferias urbanas. Este direcionamento ocorria porque as pessoas chegavam sem formação educacional e sem experiência de trabalho na indústria ou comércio, caracterizados, pois, como mão de obra pouco ou nada qualificada para as atividades laborais urbanas existentes. Dessa forma, o acesso da maioria das pessoas era a empregos com remuneração de valor baixo e pouco condizente com as despesas mais altas para residir nas cidades propriamente ditas. Assim, as pessoas precisam se fixar a locais de baixo custo, como a periferia. Nessas condições, o acesso esperado a serviços qualitativos relacionados a saúde e a educação era difícil, criando um descontentamento (MARQUES, 2006, CHAVEIRO; ANJOS, 2007).

A segunda situação negativa identificada remete àquelas pessoas que, ao chegarem a determinadas localidades e ao não terem as suas expectativas e necessidades garantidas, tomavam a decisão de realizar novos movimentos migratórios. Assim, a escolha dos novos locais ficava, por evidente, relacionada a alguma expectativa de melhorar a qualidade de vida, expectativa não suprida até o momento. Este movimento migratório entre os espaços rural e urbano foi registrado pelos Censos Demográfico. Os registros mostraram também que, em 1950, aproximadamente 64% da população do país residia em áreas rurais (IBGE, 2019). A cada Censo realizado posteriormente esse percentual foi reduzido, de forma que, já na década de 1970, a população urbana foi estimada maior que a rural pela primeira vez no país, e essa tendência permaneceu desde então (MATOS; BAENINGER, 2008). Tanto que em 1970, 44% da população nacional residia no espaço rural, enquanto que, em 2010, o último Censo Demográfico realizado registrou o percentual de 15,6% de população nacional localizada no rural (IBGE, 2019).

Ao considerar que essas situações foram negativas sob vários aspectos, deve-se, contudo, também atentar-se ao fato de que a inserção de tecnologias no espaço rural brasileiro trouxe benefícios em relação à produção e tem sido tornada acessível, em alguma medida, não



somente a grandes produtores rurais, mas também a médios e a pequenos. Essa acessibilidade, principalmente para pequenos produtores, está relacionada a programas governamentais desenvolvidos no decorrer dos anos, em especial programas que incentivaram a aquisição de novas tecnologias. Um dos benefícios gerados pelo uso das tecnologias é o efeito poupa-terra, descrito por Vieira Filho (2018), ao demonstrar que a produção agropecuária realizada entre 1990 a 2015 economizou cerca de 366 milhões de hectares de terras. Essa economia representa um volume de terras de aproximadamente 43% do território nacional. Dessa forma, seria necessário o acréscimo do desmatamento e uso de quase mais metade das terras do país para produzir a produção agropecuária realizada no período, caso esse efeito não tivesse ocorrido. Além disso, o processo de inovação dessas tecnologias é constante e novos produtos são comercializados a cada dia, possibilitando que o trabalho nas atividades rurais seja menos exaustivo para produtor ou trabalhador rural.

Esse viés da inserção de tecnologias e seus benefícios precisa ser enfaticamente reconhecido como importantes para a produção alimentar nacional, embora não seja tematizado nesta pesquisa. Neste, a temática vai enfocada nas alterações que foram propostas na estrutura produtiva rural para a utilização do solo e seus reflexos sociais, isso em razão de que esse processo tem consequências observadas na atualidade, pois o esvaziamento populacional do espaço rural é ainda uma tendência, como associação de outros fatores, como: i) queda da fecundidade humana (4 filhos por mulher brasileira em 1981 e 1,71 filhos por mulher em 2011), ii) alterações na estrutura das famílias (membros individuais e casais sem filhos) e iii) saída de membros familiares mais jovens do espaço rural (SAKAMOTO; MAIA, 2013; MAIA, BUAINAIN, 2015). Essa constatação implica possíveis situações-problema que estão sendo identificadas e pesquisadas em diferentes partes do mundo, pois essa questão de baixa população no espaço rural não é exclusiva do Brasil.

Vê-se então que as inquietações recorrentes dos pesquisadores que estudam a temática em diferentes partes do mundo se distribuem em: i) quem dará continuidade às propriedades rurais familiares, ii) se essa pessoa está sendo preparada para realizar essa função e iii) se o vínculo existente entre os jovens e as propriedades rurais pode contribuir para que eles permaneçam nesse espaço. Além disso, as questões relacionadas a iv) identificar maneiras possíveis para incentivar a permanência do jovem no espaço rural e v) a compreender a relação entre pessoas de diferentes gerações da família, no que se refere a transmitir o conhecimento necessário à continuidade das atividades laborais, bem como, à própria liderança da propriedade rural, são exemplos de pesquisas já realizadas. Caso não exista a possibilidade de haver a continuidade da propriedade através de pessoas da família, outras

questões são abordadas, como: vi) a perda dos legados laborais e do conhecimento criado e transmitido entre as gerações, e vii) qual o destino das propriedades sem sucessores.

Assim, há uma preocupação global em relação à continuidade das propriedades rurais familiares, pois se considera que o espaço rural está com a sua população em um processo de envelhecimento. Denota-se que esta questão não é exclusiva do espaço rural, ela também ocorre no espaço urbano, contudo ela é mais frequente no espaço rural devido seu esvaziamento populacional, especialmente da população mais jovem. Esse processo natural de envelhecimento populacional rural poderia ter outro enfoque, como lazer, saúde e convivência social, caso houvesse, na maioria dos casos, jovens interessados em dar continuidade ao legado familiar, como ocorreu no passado. Ao contrário, contudo, o que se pode observar na produção acadêmica é o estabelecimento da relação entre o envelhecer no espaço rural e o problema da continuidade da propriedade. Denota-se que a continuidade dos afazeres da propriedade rural familiar é considerada um legado laboral e uma tradição familiar que anteriormente foi repassado entre as gerações e que, na atualidade ou no futuro próximo, pode não vir a ocorrer.

No caso do Brasil, o Censo Agropecuário realizado em pelo IBGE (2017) indica que o envelhecimento populacional no espaço rural está ocorrendo. Essa constatação demonstra que haverá a necessidade, em um futuro próximo, de repassar a propriedade rural para a futura geração da família ou realizar outra ação com o intuito de destino da propriedade. Ressalta-se aqui que a interrupção da continuidade da propriedade rural familiar no país pode implicar um processo ainda maior de concentração de terras, ou seja, ser formada uma estrutura fundiária ainda mais desigual. A concentração de terras é um problema para o país, pois é um dos indicativos referentes à concentração de renda rural.

As análises de Suess-Reyes e Fuetch (2016) e Moraes et al. (2018) identificaram que propriedades com tamanhos maiores, ou seja aquelas consideradas latifúndios, provavelmente despertarão maior interesse da futura geração em dar continuidade a suas atividades, tendo em vista a possibilidade de maior retorno econômico. A partir disso, identifica-se a necessidade de investimentos governamentais, principalmente em propriedades consideradas pequenas e médias em tamanho, para incentivar a continuidade de suas atividades laborais. Essa parece ser a melhor alternativa para que seja dada continuidade a essas atividades, evitando a comercialização da propriedade para produtores que tenham uma propriedade rural próxima. No caso brasileiro, esses investimentos são importantes para evitar ou reduzir novas concentrações de terra, pois esse processo certamente influencia o desenvolvimento rural das regiões.

Mediante as considerações já realizadas, se investigará questões relacionadas ao contexto abordado. Enfatiza-se que nesta pesquisa, o contexto apresentado anteriormente, estará relacionado ao município de Assis Chateaubriand, região do interior paranaense da qual se pode dizer que foi, a partir de meados do século passado, disponibilizada para a colonização para atrair diferentes pessoas que buscavam a prosperidade econômica a partir do desenvolvimento de atividades rurais. Logo, essa localidade se tornou município em 1966 e as pessoas que ali chegaram vivenciaram o processo de alteração da estrutura produtiva rural do país. O início do município está relacionado a um período de transformações sobre a forma como o manejo das atividades rurais foi realizado – primeiramente iniciado com uso intensivo de mão de obra e, posteriormente, via tecnificação. O sucesso dos primeiros colonos tornou-se notícia, o que provocou a atração de pessoas, migrações que ali se fixaram e também se fixaram em variadas outras localidades próximas, promovendo o desenvolvimento local e regional.

A história do município é a concretização do processo de emigração descrito para o país anteriormente, realizado com a saída do espaço rural para o urbano, muitas vezes para outras localidades. Essa dinâmica esteve relacionada ao uso da terra no município e ao processo de intensificação do uso de tecnologias para o processo produtivo alimentar. Esse tipo de colonização ainda influencia a organização econômica da atualidade, pois as atividades primárias representam uma importante fonte de renda para as pessoas do município, de forma direta ou indireta. São essas atividades que ocupam a maior parte do território que o município possui. Dessa forma, o enfoque central atribuído à tese é o uso da terra do local a partir de diferentes olhares e tempos.

Será dado maior detalhamento às especificidades da pesquisa na seção 1.1.

## 1.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

O município de Assis Chateaubriand está localizado na Região Oeste do Paraná, tendo sido criado em 1966 a partir do seu desmembramento do município de Toledo. Foi considerado, no decorrer de sua história, como a “cidade cabocla” (SILVA, 2011), isso devido à sua miscigenação populacional, característica não comum aos municípios próximos. Essa característica não era percebida como benéfica para a Região Oeste do Paraná, tendo em vista que representava uma diversidade populacional extrapolava as origens europeias que predominavam na região. Então esse estereótipo de cidade cabocla foi apresentado no relato popular do jornal de município limítrofe – Toledo/PR (GREGORY, 2002). A atração das

peessoas para o município, a partir da década de 1960, ocorreu pela esperança de adquirir terras que possibilitassem a melhoria da qualidade de vida da família a partir da produção rural.

Havia ali, contudo, uma realidade prévia. Assim, ao mesmo tempo em que o município recebia essas pessoas vindas de diferentes partes do Brasil ocorria ali um processo de expulsão demográfica, realizado, muitas vezes, mediante o uso da força, principalmente com aqueles que habitavam o local anteriormente à instalação da empresa colonizadora Norte do Paraná. Foi desse modo que, na história do município, especialmente na época da sua colonização, foi sendo criado um cenário demográfico complexo, deixando, assim, uma marca na história local que, no cotidiano, é pouco lembrada, embora tenha sido um panorama de conflitos e de violência que originalmente ocorreu no município (RIPPEL, 2005).

Neste período inicial de colonização do município, cabe repetir, a principal atividade econômica era primária, com predominância agrícola com grande uso de mão de obra devido à baixa mecanização da produção. Foi essa característica que, inicialmente, possibilitou que as pessoas que chegavam ao município pudessem ser alocadas no espaço rural e ter renda para ali se manterem. Assim, o processo de formação do município propiciou a alteração da paisagem natural na área a partir da intervenção humana no meio ambiente orientada pelos objetivos que a sociedade local do período estabeleceu. Nesse movimento, vê-se que a vegetação densa, característica do bioma Mata Atlântica, foi suprimida e substituída a partir da ocupação humana e da produção econômica desenvolvida em ciclos relacionados à produção rural.

Isso resultou, com o passar dos anos, em áreas de vegetação natural cada vez menores em razão da expansão das paisagens de produção agropecuária e urbanização, sendo que essas características da produção econômica e social do município se estabeleceram e têm perdurado no decorrer dos anos. Quanto à elaboração do texto ao presente estudo, a respeito desse período desde a colonização até os dias atuais, se apoiou em três questões norteadoras da pesquisa: primeira questão: – *Que alterações ocorreram com a ocupação do solo e da paisagem do município de Assis Chateaubriand no decorrer de sua história?*, segunda questão: – *Que imagem é atribuída ao espaço rural pelas futuras gerações do município de análise?* e terceira questão: – *Qual é a percepção dos residentes de Assis Chateaubriand em relação ao uso da terra atual e as possíveis alterações que devem ocorrer no município com a implantação dessa empresa agroindustrial?*

Em relação ao primeiro questionamento cabe informar que o levantamento de informações está relacionado, principalmente, com o que ocorreu com o local a partir da

década de 1970, ano em que foram identificadas as primeiras informações oficiais, registradas pelo Censo Agropecuário. Ademais, ao observar o passado em contraste com o momento atual, identifica-se que o uso da terra é ocupado com predomínio de atividades agropecuárias, muito relevantes na economia do município, apontando a importância do setor primário, especialmente da agropecuária. Dessa forma, a continuidade da pesquisa se remete a compreender outras questões relacionadas ao espaço rural, inicialmente considerando os jovens e como percebem esse mesmo espaço. A opção por esse conjunto de indivíduos considerou que, provavelmente, serão essas as pessoas que darão continuidade ou poderão alterar ainda mais a paisagem do município a partir das atividades econômicas que desenvolverão.

Dessa forma, as percepções das novas gerações podem influenciar na manutenção ou não da estrutura fundiária local, tendo em vista que o interesse dos jovens pelas atividades rurais locais pode retardar ou acelerar o processo de concentração de terras pelo processo de sucessão rural. Assim sendo, essa questão poderá influenciar os aspectos sociais e culturais vinculados à propriedade rural vigentes em Assis Chateaubriand, visto que ainda vigoram características de concentração de propriedades rurais familiares. Há que se apontar que o conceito de propriedade familiar aqui utilizado é o do *United States Department of Agriculture* – USDA, que define que uma propriedade é familiar quando o indivíduo ou a família é proprietária da terra e realiza a sua gestão (USDA, 2016).

Essa concentração de propriedades familiares no município foi identificada no último Censo Agropecuário de 2017, informação não disponível para municípios brasileiros, nos Censos anteriores. O Censo registrou um total de 1.472 estabelecimentos agropecuários, dos quais 883 unidades estavam sendo geridas pelo produtor titular diretamente e 543 unidades vinham sendo geridas pelo casal de produtores, ou seja, 1.426 propriedades vinham sendo geridas com características familiares em relação à gestão. Do total de estabelecimentos agropecuários, as terras eram próprias em 1.285 estabelecimentos, casos em que a gestão estava sendo realizada em 96,5% pelo proprietário ou pelo casal (IBGE, 2017). Esses dados confirmam a concentração de propriedades familiares no município.

Em assim esse panorama se apresentando, o segundo questionamento norteador é proposto: – *Que imagem é atribuída ao espaço rural pelas futuras gerações do município de análise?* Para responder a esse questionamento foi proposta a elaboração de questionário e a coleta de dados primários, instrumentos de coleta de dados que foram detalhados na seção de procedimentos metodológicos.

Por fim, observa-se que o município tem prospecções de desenvolvimento a partir de mudanças no espaço rural local, mudanças que poderão vir a acentuar a relação dos proprietários rurais com a atividade pecuária. Essas modificações estão relacionadas à introdução de uma empresa agroindustrial para o abate de suínos no município, o que poderá influenciar, ainda mais, a reorganização do espaço rural, bem como o urbano. A importância deste empreendimento para o município é ainda maior, quando se observa que mesmo o estado do Paraná tendo se destacado em relação à industrialização no contexto nacional (FERRERA DE LIMA et al., 2007), o município de Assis Chateaubriand, ficou a margem deste processo (DENUZI, 2012). Assim, sua implantação poderá repercutir positivamente em relação ao aspecto econômico do município.

Contudo, cabe ressaltar que a abrangência de influência desta agroindústria não se restringe ao município de Assis Chateaubriand. A agroindústria poderá influenciar os municípios que estão em sua proximidade, tendo em vista que há possibilidades de que a matéria-prima – pelo menos em parte – para a empresa agroindustrial local tenha que vir a ser produzida nos municípios próximos a Assis Chateaubriand. A amplitude que essa empresa poderá ter em relação à localização produtiva de sua matéria-prima pode ser espacializada a partir de informações retiradas da literatura. Essa caracterização pode auxiliar na previsão de necessidades de planejamento e de organização dos municípios envolvidos, principalmente o de Assis Chateaubriand, no qual se localiza sua sede.

Denota-se então que, devido à alta estimativa de abate diário nessa unidade produtiva, a produção de suínos regional, que é considerada representativa na Mesorregião Oeste do Paraná, deverá expandir-se ainda mais. A concretizar-se essa estimativa, isso aumentará também o uso de recursos naturais destinados a essa finalidade produtiva, especialmente a demanda de água, impactando o meio ambiente e a economia local regional de modo muito relevante, ampliando a competição por água no Oeste paranaense. A partir desse contexto, cabe então o terceiro e último questionamento norteador: – *Qual é a percepção dos residentes de Assis Chateaubriand em relação ao uso da terra atual e as possíveis alterações que devem ocorrer no município com a implantação dessa empresa agroindustrial?*

Uma vez que os questionamentos foram colocados, elencam-se as hipóteses do estudo:

– A estrutura fundiária do município apresentou, ao longo de sua história, profundas alterações no período de 1970 a 2017, contudo a produção rural, apesar disso, ainda é predominantemente agrícola e não pecuária.

– Apesar do cenário evolutivo das tecnologias disponíveis para as propriedades rurais e da qualificação profissional ofertada no município aos jovens, qualificação essa relacionada

ao rural, esses indivíduos não se incluem como elemento necessário à continuidade da propriedade.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é o de analisar as transformações do uso da terra e da paisagem do município de Assis Chateaubriand e seus reflexos na sua estrutura produtiva. Mais especificadamente, pretende-se: (i) identificar e apontar as mudanças na paisagem da área em que se localiza o município de Assis Chateaubriand, (ii) apontar suas alterações populacionais e fundiárias a partir da década de 1970 e o uso da terra na atualidade, (iii) identificar como os jovens do município percebem o espaço rural e a continuidade da propriedade familiar rural, (iv) espacializar as possibilidades de atuação da agroindústria suína que está sendo construída no município e (v) indicar a percepção da população local em relação ao uso da terra do município de análise e as possíveis transformações locais oriundas da instalação da agroindústria suína.

Com as informações acima apresentadas, pretende-se ter suficientemente justificado a realização deste estudo/pesquisa, considerando também que o município em questão ainda está em processo de alteração do uso das terras e das atividades econômicas desenvolvidas ali. Em seguida, é apresentada uma síntese da estrutura da tese dos elementos apresentados na introdução (Figura 1).

**Figura 1:** Estrutura da Tese**Município de Assis Chateaubriand – Paraná***QUESTIONAMENTOS*

- 1- *Que alterações ocorreram com a ocupação do solo e da paisagem do município de Assis Chateaubriand no decorrer de sua história?*
- 2- *Que imagem é atribuída ao espaço rural pelas futuras gerações do município de análise?*
- 3- *Qual é a percepção dos residentes de Assis Chateaubriand em relação ao uso da terra e as possíveis alterações que devem ocorrer no município com a implantação de uma empresa agroindustrial de suínos?*

**HIPÓTESES**

- A estrutura fundiária do município apresentou, ao longo de sua história, profundas alterações no período de 1970 a 2017, contudo a produção rural, apesar disso, ainda é predominantemente agrícola e não pecuária.
- Apesar do cenário evolutivo das tecnologias disponíveis para as propriedades rurais e da qualificação profissional ofertada no município aos jovens, qualificação esta, relacionada ao rural, estes indivíduos não se incluem como elemento necessário à continuidade da propriedade.

***Objetivo Geral***

Analisar as transformações do uso da terra e da paisagem do município de Assis Chateaubriand e seus reflexos na sua estrutura produtiva.

***Objetivos Específicos***

- (i) identificar e apontar as mudanças na paisagem da área em que se localiza o município de Assis Chateaubriand;
- (ii) apontar suas alterações populacionais e fundiárias a partir da década de 1970 e o uso da terra na atualidade;
- (iii) identificar como os jovens do município percebem o espaço rural e a continuidade da propriedade familiar rural;
- (iv) espacializar as possibilidades de atuação da agroindústria suína que está sendo construída no município e
- (v) indicar a percepção da população local em relação ao uso da terra do município de análise e as possíveis transformações locais oriundas da instalação da agroindústria suína.

Na sequência vai apresentada uma revisão bibliográfica localizada e organizada para embasar a pesquisa.



## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica do estudo está estruturada em tópicos que abordam questões distintas, mas relacionadas ao problema de pesquisa. Inicia-se apresentando questões históricas referentes à colonização do município de análise e dá-se continuidade a partir de uma abordagem geral relacionada ao crescimento econômico. A revisão continua sendo tecida a partir da abordagem vinculada ao espaço e à paisagem, ao uso da terra, à estrutura fundiária e à continuidade da propriedade rural, considerando a percepção que pode ser atribuída ao local.

### 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND

Como já acima informado, o antes distrito de Assis Chateaubriand foi elevado à condição de município em 1966 pela Lei Estadual nº 5.389. Localiza-se na Mesorregião Oeste do Paraná, sendo que inicialmente a área pertenceu ao município de Guaíra e atualmente integra a microrregião de Toledo. A sua principal atividade econômica desde a colonização é a agricultura. Para Lima (2004), o projeto urbanístico do distrito sede municipal está associado a negociações agrícolas e imobiliárias. A criação do município esteve relacionada à expansão da fronteira agrícola do Oeste do Paraná na década de 1950, que tinha o objetivo de atender às demandas alimentares da região Sudeste do país (SWAIN, 1988). A história da ocupação do território do município é marcada por conflitos de terra entre a colonizadora responsável pela comercialização das terras e posseiros que habitavam o lugar antes da chegada da empresa (CRESTANI, 2011)<sup>1</sup>.

Segundo Swain (1988), a região Oeste do Paraná até meados do século XX vivenciou uma ocupação lenta de caboclos (miscigenação do homem branco com o índio), posseiros (aquele que ocupa e utiliza uma área de terra sem ter a posse do título da terra) e invasores (aquele que assume violenta ou clandestinamente a posse de um imóvel demarcado, de domínio privado ou público), que desmataram a floresta, característica do bioma Mata Atlântica, para a prática agrícola. Segundo Rippel (2005) a colonização propriamente dita da região foi adensada na década de 1940, a partir da ação do governo e de colonizadoras privadas. Ademais, para o Estado do Paraná (1954), a história da região é marcada pelas

---

<sup>1</sup> Mais informações em Boritza (1994, 2011).

disputas fundiárias desde 1843. Exemplo dessa situação se refere ao espaço em que se localiza o município tendo em vista as dúvidas que existiam à época sobre os limites das terras de Francisco Antônio dos Santos e de Salvador Correa da Silva, dúvidas que possibilitavam que o primeiro adentrasse os limites da propriedade vizinha. Na conciliação realizada pelo juiz de paz Joaquim José Lacerda, o posseiro Salvador teve seu imóvel localizado no lado direito do Rio Piquiri e o posseiro Francisco teve o seu imóvel localizado no lado esquerdo do rio (CRESTANI, 2012).

Assim, o interesse desta pesquisa está relacionado ao imóvel originário de Francisco Antônio dos Santos, a princípio denominado Cachoeira, que, posteriormente à decisão judicial, foi intitulado “imóvel Santa Cruz, Cachoeira ou Rio dos Patos”, e comercializado, por diversas vezes, sendo assim realizado o processo sucessório de direito sobre a área. Em 1952, 97,5% da área correspondente à propriedade foi comercializada para Adízio Figueiredo dos Santos, Luiz Matos e Constâncio R. Silveira Filho. O objetivo dessa comercialização era efetivar de fato a colonização, isso a partir da Sociedade Colonizadora D’Oeste Ltda. (ROMPATTO, 2016). Nessa aquisição, Adízio demonstrou que a compra das terras – em diálogo com os antigos proprietários – se referia a 90 mil hectares, contudo a titularidade da terra recebida pela Sociedade Colonizadora era de 180 mil hectares (BAZANELLA, 1984). No mesmo ano, a área referente ao município de Assis Chateaubriand deixou de fazer parte do município de Guaíra e passou a compor o município de Toledo.

Na mesma área, contudo, outra disputa de terra se instaurou, devido à emissão de diferentes títulos expedidos para as mesmas propriedades pelo governo de Moysés Lupion. Segundo Crestani (2011), o Estado do Paraná tentou reaver as terras, considerando que os adquirentes da propriedade posteriormente a Francisco Antônio dos Santos não tinham direito sobre ela. Essa tentativa, contudo, fracassou. Dessa forma, a década de 1950 foi marcada pela disputa judicial sobre a propriedade das terras localizadas à margem esquerda do rio Piquiri (BORITZA, 1994).

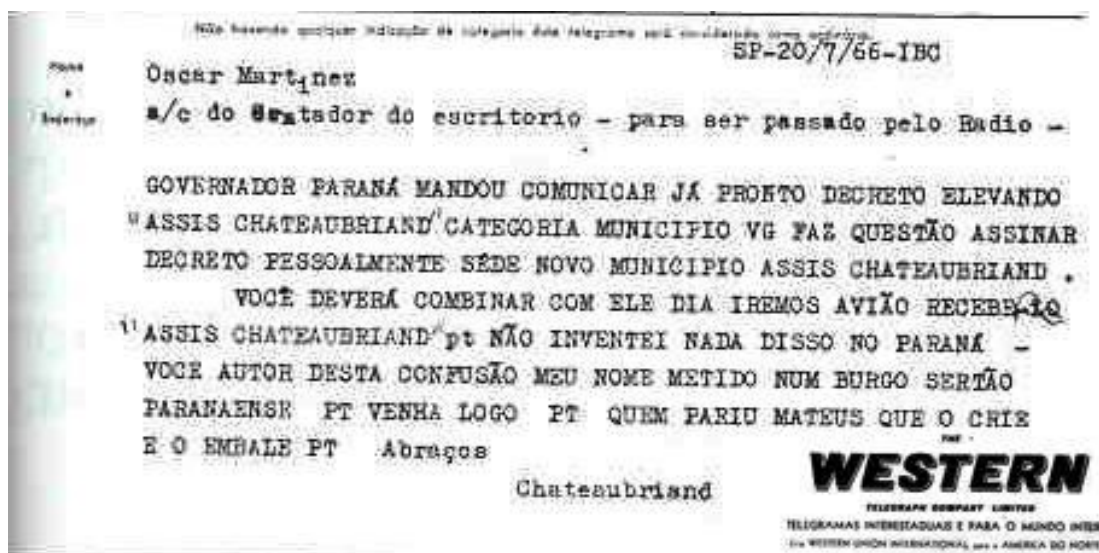
Esta também foi a década da chegada dos primeiros residentes do município, que começaram a derrubada da mata na região que, na atualidade, se denomina Jardim Progresso. Naquela área, na época, a mata nativa foi substituída pela produção de café, de hortelã, de feijão e de milho, culturas agrícolas intensivas de mão de obra (OLIVEIRA, 2010). Já no final da década, em 1958, as terras referentes ao município em questão foram comercializadas para a Colonizadora Norte do Paraná, administrada por Oscar Martinez (WACHOWICZ, 1987).

Nas palavras de Boritza (2011), a criação do município de Assis Chateaubriand foi muito trabalhosa e com desgastes políticos, tendo em vista que o município de Toledo,

responsável pela área do município de Assis Chateaubriand na época, não queria que ocorresse a emancipação da área. Tanto que o prefeito do município de Toledo na época, Dr. Avelino Campagnolo, ameaçou romper com o Estado do Paraná caso tal ação fosse realizada. Nesse contexto, Rudy Alvarez, gerente da Colonizadora Norte do Paraná, por intermédio de Oscar Martinez, procurou o jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, afirmando que, ao ser criado o município, o mesmo teria o nome do jornalista, contudo precisavam de sua intervenção junto ao então governador do Estado do Paraná Sr. Paulo Pimentel para que essa criação ocorresse.

O uso do nome de Assis Chateaubriand para o então novo município tornou-se uma vantagem. O jornalista Assis Chateaubriand era proprietário de canais de televisão e de jornais e a emancipação do município foi anunciada em cadeia nacional<sup>2</sup>. Com isso ocorreu repercussão nacional referente à criação do município, bem como das terras férteis que o compõem. Como resultado, muitas pessoas foram chegando ao local com a esperança de melhorar as suas condições de vida (BORITZA, 2011). A Figura 2 demonstra o diálogo entre Oscar Martinez e Assis Chateaubriand, sobre a criação do novo município no estado do Paraná, em 1966.

**Figura 2:** Diálogo entre Assis Chateaubriand e Oscar Martinez – 1966



Fonte: Acervo biblioteca municipal de Assis Chateaubriand (2018).

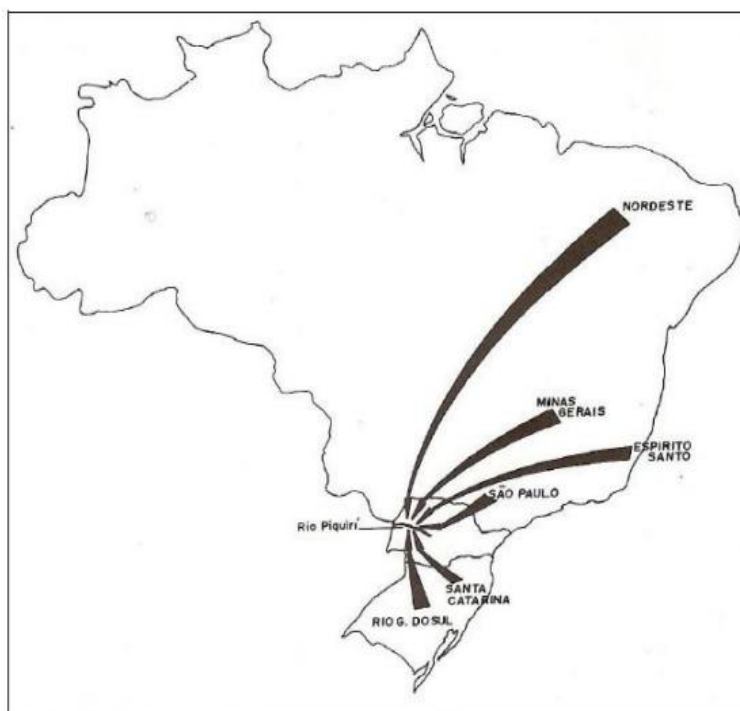
No telegrama pode ser identificado que Oscar Martinez fez a proposição do uso do nome do jornalista Assis Chateaubriand para o município que se localizava no “sertão

<sup>2</sup> Sobre o uso da mídia para a divulgação da emancipação do município, observa-se que Lorensetti (2017) evidência a importância de tal uso, tendo em vista que possibilitou a atração de pessoas de diferentes partes do Brasil, que tinham o intuito de adquirir terras e trabalho no local.

paranaense”<sup>3</sup>. A par disso, também é perceptível a influência do mesmo jornalista em relação ao governador do estado no período, para que houvesse a publicação do decreto. Essas relações identificadas no telegrama são intencionais, como demonstrado anteriormente, a partir das dificuldades apresentadas na emancipação do município.

Denota-se que esses desgastes apresentados por Boritza (2011) vão além das questões políticas. Incluem-se no contexto da colonização do município as diferenças culturais relacionadas à origem das pessoas que vinham para a localidade e daquelas que se fixaram nos municípios próximos a ele. Tanto que como dito anteriormente o município de Assis Chateaubriand apresenta uma expressiva diversidade de origem dos imigrantes, algo não comum na região (GREGORY, 2002). Nessa diversidade podem ser identificadas duas correntes migratórias (Figura 3), a primeira integrada por nordestinos, mineiros, capixabas e paulistas, e a segunda, originária da região Sul do país, especificadamente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (SOUTO MAIOR, 1996).

**Figura 3:** Origem da população inicial do município de Assis Chateaubriand na década de 1960



Fonte: Souto Maior (1996, p. 56).

Segundo Wachowicz (1982), tal diversidade de origens está relacionada à formação inicial do município na década de 1960 e apresenta-se distinta dos municípios limítrofes ou

<sup>3</sup> Chama a atenção à expressão, mas era comum para o período referir-se a região desta forma, o próprio Censo Agropecuário de 1970, denominava a região Oeste do Paraná como, Extremo Oeste Paranaense (IBGE, 1970).

próximos, nos quais a colonização foi mais homogênea. Um exemplo dessa questão é o município de Toledo, a apenas 45 quilômetros de distância aproximadamente, cuja colonização ocorreu predominantemente com pessoas oriundas do estado de Rio Grande do Sul. Para Wachowicz (1982, p. 167), a empresa colonizadora do município de Toledo tem origens étnicas claras, constituída em 33% de sócios descendentes de imigrantes italianos e 66% de imigrantes alemães, ou seja, “eurobrasileiros”. Nesse município, pessoas “sem origem” não tinha o direito de aquisição de terras devido às questões étnicas que influenciavam a aquisição de propriedades na localidade. Segundo Gregory (2002), os eurobrasileiros são aqueles descendentes de imigrantes europeus, enquanto pessoas “sem origem” são aquelas descendentes de indígenas, de paraguaios, de negros e de nordestinos.

Popularmente, a diversidade cultural relacionada à colonização do município de Assis Chateaubriand é expressa pelo recorte de jornal do município de Toledo, que apresentou o título “Cidade cabocla desafia o Oeste”, escrito a partir da diferenciação entre o município de Assis Chateaubriand e suas “irmãs brancas” (SILVA, 2011 apud A VOZ DO OESTE, 1968).

Trabalho pioneiro da Colonizadora Norte do Paraná, o município tem como sede uma cidade cheia de nortistas e nordestinos (o prefeito é alagoano) que, tomando café e ignorando o chimarrão, comendo churrasco para entreter as saudades da carne-de-sol, lutam abnegadamente a fim de conquistar e manter a vanguarda entre as urbes oestinas. Como que de gibão e chapéu de couro a cabeça. Com aquela mesma arrogância patriótica do caboclo diplomático que ia à Europa falar de vaqueiros e defender a classe do algodão Mocó, Assis Chateaubriand é, sem dúvidas, uma cidade cabocla, que cantando o “Muié Rendeira”, desafia as irmãs brancas do Oeste do paranaense. (SILVA, 2011, p. 17 apud A VOZ DO OESTE, 1968, p. 14).

Infelizmente, não foram identificados os percentuais da população que colonizou o município por origem de localidade. Contudo, em 2010, foram identificados, que se declaram brancos, 65%; negros, 3,1%; amarelos, 1,5%; pardos, 30,1%, índios, 0,3%, da população residente no município (IBGE, 2010). Informação esta não disponível no Censo Demográfico realizado em 1970. Por outro lado é possível identificar o número de residentes por faixa etária, no mesmo período (1970), as pessoas do intervalo de [0; 9] anos – totalizaram 28.538. Entre [10; 29] anos, a população existente no município era de 31.415, referente as pessoas de [30; 49] anos, somam juntas 13.706, para aqueles com idade entre [50; 69] anos, inteiram 4.145 e igual e ou maior a 70 anos, 592 indivíduos (IBGE, 1970). Totalizando o registro de 78.396 pessoas no município.

A colonização do município de Assis Chateaubriand foi constituída, como se depreende das informações acima, de diferentes interesses que possibilitaram a sua colonização. Dessa forma, exemplificam-se esses interesses a partir da colonizadora, para a

qual interessava prioritariamente o fator econômico relacionado aos lucros decorrentes da comercialização das terras. Ao Estado do Paraná interessava o desenvolvimento da política de povoamento e de segurança, considerando a proximidade da localização do município com a fronteira com o Paraguai e as poucas pessoas que habitavam a área. E, por fim, quanto às pessoas que adquiriram as propriedades comercializadas, a elas interessava a questão social e econômica, pois, para essas pessoas e suas famílias, a aquisição das terras criava a esperança de melhores condições nos aspectos citados a partir das atividades laborais que iriam desenvolver nas propriedades (MARQUES, 2017).

Essa colonização foi realizada, no início deste processo, pela primeira corrente migratória que chegou ao município, essa de origem da região Norte do país. Ela foi constituída de nordestinos e de mineiros que já haviam participado da colonização da região Norte do estado do Paraná. Essas pessoas trouxeram com eles a cultura agrícola cafeeira para a região. A segunda corrente migratória que chegou ao município foi intitulada como sulista. Os sulistas traziam o costume de produzir lavouras brancas, como milho e feijão, bem como introduziram a produção animal no local (SOUTO MAIOR, 1996). Cabe indicar que tanto os cultivos de cafezais como os de milho e feijão demandavam um número significativo de trabalhadores rurais, pois eram empreendidos manualmente (RIPPEL, 2005).

Não demorou, contudo, e o município de Assis Chateaubriand também aderiu ao movimento de modernização da produção agrícola que se espalhava pelo país – foi, inclusive, considerado um dos municípios pioneiros na mecanização agrícola do estado do Paraná (COSTA, 2013). Essa alteração resultou que fosse introduzida, no âmbito rural local, a produção do binômio soja/trigo. Tratava-se de cultivos mecanizados e que implicavam menor utilização de mão de obra, tal como ocorreu nos mais diversos municípios do estado do Paraná. O resultado dessas alterações no espaço rural foi a migração de agricultores locais para as regiões Centro-Oeste e Norte do país, com a esperança de aumentarem sua área produtiva em territórios ainda pouco habitados e com terras compráveis a preços acessíveis (OLIVEIRA, 2010). Ocorreu também outro deslocamento populacional, este para a Região Metropolitana de Curitiba, cuja economia se encontrava em expansão e com carência de mão de obra, apresentando-se então como uma região de oportunidades (RIPPEL, 2005).

Dentre as questões que influenciaram a substituição produtiva no espaço rural estão: (i) o não financiamento, a partir de 1962, da produção cafeeira pelo governo e (ii) o aumento das facilidades creditícias para a intensificação da mecanização na área rural na década de 1970 (FERREIRA, 1985). Ocorreram também (iii) geadas sequenciais nos anos de 1969, 1972 e 1975, em um cenário considerado negativo para o espaço rural, especialmente para a

economia cafeeira, haja vista que as geadas no estado do Paraná, em 1953 e 1955, anos considerados próximos ao período citado anteriormente, resultaram em danos de quebra de safra acima de 50%. Essas geadas desmotivaram muitos produtores de café no estado. As demais geadas posteriores tiveram perdas superiores e a geada de 1975 aniquilou a principal cultura produtiva do estado, o café, sendo ela considerada a “geada negra”, devido ao seu impacto devastador. Isso influenciou os produtores – aqueles que dispunham de reservas econômicas para tanto – a migrarem para outras culturas agrícolas (SERRA, 2010).

Essa sequência de graves geadas ocorridas no estado do Paraná influenciou a reorganização dos espaços rurais. Assis Chateaubriand, na década de 1970, possuía uma população superior a 70.000 habitantes, considerada a segunda maior população residente na região Oeste do Paraná. Desse contingente populacional, aproximadamente 14% residiam na área urbana do município, ou seja, a maioria da população habitava o espaço rural (REOLON, 2009). Ademais, especificamente quanto à geada negra de 1975, podem ser identificadas consequências diretas na produção agrícola do município e daqueles ao seu entorno. Havia a necessidade da substituição da cultura do café por outra que tivesse um ciclo produtivo menor. Consequentemente, essa substituição reduziu a necessidade de mão de obra na área rural. A junção da substituição da cultura agrícola e o uso de novas tecnologias resultaram na negação de condições de subsistência às pessoas que não possuíam propriedades rurais ou que possuíam pequenas propriedades e não dispunham de capital para o investimento necessário para a tecnificação (LORENSETTI, 2017).

Há de se perceber que o espaço temporal entre a criação do município de Assis Chateaubriand em 1966 e a redução populacional foi muito pequeno. Essa dinâmica populacional esteve relacionada com o uso da terra no município e as questões econômicas e sociais, como a disponibilidade de recursos e a atuação dos indivíduos na sociedade. Ao qual Santos e Ferrera de Lima (2015) indicam que na atualidade, a economia do município tem baixa participação da indústria, ou seja, de uma economia urbana, com um perfil de desenvolvimento local que necessita de avanços para a geração de emprego e renda. Essas características são descritas pela paisagem que pode ser observada no decorrer dos anos, pelo registro de imagens, pelos elementos que ainda estão visíveis no município e ainda, pela quantificação do uso da terra, realizada pelas instituições.

A partir desta breve apresentação relacionada à história de colonização do município, incluindo informações sobre os fluxos migratórios ocorridos na época e que possuem vínculo com a produção rural realizada no município de Assis Chateaubriand, observa-se a necessidade de abordar questões gerais relacionadas ao crescimento econômico.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Segundo Batista (2002), as discussões referentes ao crescimento econômico estão relacionadas ao período histórico e às escolas de pensamento que, a partir de enfoques diferenciados, se dedicaram a compreendê-lo. Nesse sentido, as práticas comerciais e a criação de Estados-nações coincidem com a história do pensamento econômico, iniciando-se na Idade Antiga mediante as contribuições filosóficas sobre essas práticas e passando por alterações conforme a sucessão dos períodos históricos. Assim, nesta seção vão apresentadas algumas considerações sobre como o crescimento econômico foi compreendido em diferentes momentos da história. Os pensadores e as escolas de pensamento que constituíram vão apresentados no texto a partir de suas principais características.

A primeira escola a ser apresentada é o mercantilismo. Trata-se de um período de práticas comerciais diretamente relacionadas com o Estado monárquico europeu e a disponibilidade de riqueza por meio de metais preciosos que influenciou o crescimento econômico das nações da Europa na Idade Moderna. Nesse contexto, apresentava-se a necessidade de o rei ter disponibilidade de capital para ter autonomia frente aos senhores feudais. Para isso os seus objetivos principais eram: (i) fortalecimento do Estado, (ii) controle da economia e (iii) abertura comercial. A abertura comercial estava atrelada ao controle do Estado, com o intuito de manter uma balança comercial favorável a partir do aumento das exportações e da redução das importações. Nesse período, a percepção da sociedade sobre os mercadores melhorou, possibilitando que eles exercessem influência sobre a sociedade, tendo em vista que a busca pela riqueza deixou de ser percebida como algo negativo e passível de punição, característica na Idade Média (MACEDO, 2018).

Assim, cabe mencionar três elementos a serem destacados no mercantilismo em relação ao Estado e a sua relação com as questões econômicas: (i) a sua atuação predominante, (ii) o caráter monopolístico e privilegiado de sua intervenção e (iii) o protecionismo. Esse funcionamento era possível devido ao arrecadamento de impostos a partir das alfândegas. Isso não significava uma inovação para o período, mas exigia atenção na execução das atividades para que houvesse êxito. Essa arrecadação se tornou efetiva devido à centralização burocrática e à unificação territorial de cada nação no decorrer dos séculos XVI e XVII na Europa. Havia o incentivo às exportações e o controle para a redução das importações, com o intuito de que os recursos permanecessem no local, bem como os empregos e para que, ao mesmo tempo, houvesse a atração de metais preciosos de outras



localidades. Dessa forma, as alfândegas eram consideradas os centros dessa organização estatal (RIOS, 1972).

Para fazer frente às mazelas do mercantilismo e também às do feudalismo, que ainda permanecia em várias regiões da França, foi criada a Escola Fisiocrata (BATISTA, 2002). Os fisiocratas atrelavam o crescimento econômico prioritariamente à agricultura – e não ao comércio –, considerando a capacidade da terra de multiplicar a produção alimentar. Assim, as atividades agrícolas deveriam ser valorizadas e incentivadas pelos governos, pois os bons resultados dessas atividades influenciariam positivamente as finanças do Estado e o bem-estar social da população. Nesse contexto, a população passou a ser organizada em três classes sociais: (i) classe produtiva – trabalhadores do campo (empregados e empregadores), (ii) a classe proprietária – receptores de renda fundiária, impostos e dízimo (a Coroa, o Clero, a Aristocracia Rural e a nova Burguesia proprietária de terras) e (iii) a classe estéril – todos os trabalhadores urbanos (CORAZZA; MARTINELLI JR., 2002). Além disso, os fisiocratas acreditavam que o governo deveria ser menos interventor nas questões econômicas da população e taxar apenas quem tivesse propriedade rural, considerando que a terra era o componente produtivo principal (BATISTA, 2002).

Na sequência surge a chamada Escola Clássica, constituída por diferentes economistas, como Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus. Para esse grupo de economistas, o excedente da produção e o fator trabalho são considerados fontes de riqueza (FONSECA, 1981). Adam Smith é considerado o precursor da Escola Clássica. Ele acreditava que existia uma “mão invisível”, no mercado, capaz de manter o equilíbrio entre a demanda e a oferta. Assim, as economias de mercados eram capazes de utilizar com eficiência todos os recursos produtivos sem a interferência do Estado (LOPES; VASCONCELLOS, 2000). Para Smith, a riqueza das nações é identificada a partir de seu produto anual *per capita*. O conjunto dessa produção seria resultado da produtividade do trabalho sobre os recursos naturais disponíveis, ou seja, a produção de excedentes em relação aos custos, dando-se ênfase ao trabalho, denominada espiral do crescimento.

Essa dinâmica foi, posteriormente, denominada “causalidade circular cumulativa” por Myrdal, o que significa que o aumento da produtividade do trabalho está relacionado à divisão e especialização no processo produtivo. O aumento do excedente sobre o salário influencia o aumento do estoque de capital. Esse estoque, por sua vez, aumenta a demanda por trabalho produtivo, que proporciona aumento nos salários, que influenciarão a condição de vida da população e na quantidade de pessoas ocupadas. A junção do aumento de emprego, salário e população resulta no aumento do tamanho dos mercados, sendo que esta última ampliação

possibilita a intensificação da divisão do trabalho, iniciando novamente a espiral do crescimento (FRITSCH, 1996).

Além disso, observa-se que, nesse contexto, Smith introduziu, em suas análises, uma variável que incide sobre a produtividade do trabalhador. Para ele, essa produtividade depende do capital empregado e do meio sociocultural. Nessa variável estão inclusas a questão de dedicação ao trabalho, da educação, de treinamentos e de políticas de governo. Dessa forma, a produtividade depende da disponibilidade de capital do trabalhador para investir em si próprio, bem como, das políticas educacional e de formação para o trabalho (SMITH, 1996). Deve-se considerar que, no decorrer do século XVIII, houve avanços na industrialização e esses avanços acirraram as disputas entre os latifundiários e os industriais. O primeiro grupo defendia uma política protecionista com restrições às importações e o segundo, o livre comércio. Nesse contexto estão inseridos dois pensadores econômicos: Thomas Malthus e David Ricardo.

Para David Ricardo, o aumento populacional e a baixa produção alimentar influenciam para uma maior ocupação de terras menos férteis. Essa ocupação eleva os custos produtivos tendo em vista que o trabalho realizado nessas áreas é maior para compensar a baixa fertilidade. Sem diferenciação de preços sobre o mesmo produto – o produzido em terra mais fértil e o produzido em terra menos fértil –, no mercado passa a haver elevação de preços pagos, isso devido à influência dos custos produtivos da produção de terras menos férteis. Disso resulta aumento da renda fundiária, que tende à ampliação tendo em vista que há tendência de incorporação de terras cada vez menos férteis. Nestas terras, parte da produção é convertida para os trabalhadores através do salário e o resto aos capitalistas, por meio do lucro. Assim, Ricardo enfoca, em sua discussão, como os excedentes relacionados ao processo produtivo são divididos (FONSECA, 1981).

Já Malthus, ao observar a miséria em que se encontravam os trabalhadores, elaborou a Teoria da População, relacionada às questões agrárias. Para ele, a população crescia geometricamente, enquanto os meios de subsistência cresciam por taxa aritmética. Essa discrepância entre recursos naturais e o aumento da população resultava na miséria da população, o que, então, demandaria um controle populacional. Nesse contexto, o controle populacional estava relacionado à fome, às doenças e às restrições, como forma de planejamento familiar. Assim, Malthus era contra as intervenções governamentais para resolver os problemas de miséria da população (MALTHUS, 1983).

Nesse contexto, apresentam-se, já no século XX, as considerações realizadas por John Maynard Keynes. Suas percepções estavam relacionadas à eficiência dos mercados através

das ações intervencionistas do Estado para que houvesse ações preventivas em relação a crises. Para Keynes, a forma como as pessoas percebem o futuro, na economia monetária, através da conjuntura atual, influencia o número de empregos ofertados. Tendo em vista que, ao decidir realizar um investimento, principalmente quando este é inovador, o empresário toma a decisão a partir de suas expectativas em recuperar seus investimentos. As expectativas estão vinculadas ao otimismo que o empresário tem espontaneamente ao perceber a conjuntura atual e compreendendo que esta poderá ser replicada a longo prazo. Através de suas crenças racionais e do dinamismo, o empresário planeja e executa ações que possibilitem, no longo prazo, ter suas necessidades atendidas para com aquele investimento. Assim, ao querer ampliar a sua riqueza, o empresário disponibiliza recursos para inovar e, ao mesmo tempo, ampliar o número de empregos ofertados no mercado (KEYNES, 1964).

Dessa forma, há necessidade de suavizar o ritmo das mudanças de pontos de vista das pessoas, principalmente dos empresários, para que os empregos sejam gerados. Para isso, o Estado precisa orientar a propensão ao consumo, através da tributação, de juros e de outras medidas que possibilitem essa orientação. Além disso, o meio mais eficiente para manter os empregos, para o autor, consiste em implementar políticas orientadoras. Tais políticas precisariam combinar três elementos: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. A eficiência econômica precisa de crítica, de precaução e de conhecimento técnico; a justiça social, de extinção do egoísmo; e a liberdade individual, de oportunidades para todos. Assim, a política econômica keynesiana utiliza o princípio da mobilização, ou seja, a teoria de Keynes é direcionada para as possíveis transformações da realidade por meio de mudanças nas crenças e nas opiniões referentes à realidade (CARVALHO, 2008)<sup>4</sup>.

Historicamente, na sequência surgem os marginalistas, ou seja, a Escola Neoclássica. Esses economistas se distinguiram dos da Escola Clássica devido à forma como pautavam a elaboração de sua teoria. Os clássicos teciam suas contribuições teóricas a partir da formação das classes sociais, enquanto os neoclássicos observavam os fatores de produção. Assim, a produção, para os neoclássicos, é resultado da combinação entre trabalho, capital e recursos naturais (FONSECA, 1981). Entre esses economistas se inclui Alfred Marshall, que acreditava na formação da riqueza nacional relacionada à população e não aos recursos naturais disponíveis. A política microeconômica, para Marshall, deveria abranger os investimentos em capital humano para a redução da pobreza. Além disso, Marshall compreendia a Teoria Neoclássica como um complemento à Teoria Clássica. Assim, havia

---

<sup>4</sup> Mais informações em Andrade (2000).

progresso no conhecimento econômico a partir das complementações propostas pelo novo pensamento de economia (FONSECA, 1992).

Para os neoclássicos, o mundo é ordenado e racional. Assim, o agente busca a obtenção máxima de benefícios sobre cada unidade investida de recursos (PAIVA; CUNHA, 2008). A respeito desse processo cabe mencionar o economista Joseph Lois Schumpeter, que relacionou o dinamismo da economia à inovação realizada pelos empresários. Mediante a "destruição criativa", nomenclatura adotada por Schumpeter para explicar o processo de substituição de bens e serviços existentes no mercado, seria possível a inserção de uma inovação na economia.

Isso equivale a dizer que as organizações que desenvolvem suas atividades a partir de tecnologias antecessoras, caso não se adaptem ou não realizem outras inovações, estariam fadadas à extinção devido à inserção de novos serviços e produtos no mercado. Dessa forma, o efeito da destruição criativa pode iniciar novos ciclos de crescimento econômico em uma região (MITCHELL, 2013)<sup>5</sup>. Ademais, ela é considerada um impulso para a renovação das indústrias de uma região, devido à competitividade entre as organizações incentivando a existência de um processo contínuo de inovações (ZHOU et al., 2017). Assim, o processo de destruição é considerado a essência do sistema capitalista e a esse processo se deve adaptar à organização para se manter no mercado (SCHUMPETER, 1961).

Após essas observações sobre como o crescimento econômico foi compreendido ao longo de seu processo histórico, observa-se a necessidade de abordar o elemento central desta tese, ou seja, o uso da terra e sua relação com os indivíduos. A seção 2.3 traz informações sobre a importância desse recurso natural, aborda a estrutura agrária e sua relação com o crescimento econômico e como o homem interage com a localidade determinando características de espaço e paisagem.

### 2.3 USO DA TERRA E SUA IMPORTÂNCIA

A primeira consideração a ser feita em relação à utilização e às mudanças no uso da terra é que a definição de suas características está relacionada à interação entre aqueles que tomam decisões e as questões políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e ambientais de uma determinada região (HERSPERGER et al., 2010). Dessa forma, cria-se uma arena de disputas na qual esses indivíduos, que possuem interesses diversos, declaram as suas

---

<sup>5</sup> Mais informações em Mitchell e Vanderwerf (2010).

perspectivas sobre o assunto. E, assim, esses atores utilizam os seus poderes nas disputas para alcançar os seus objetivos, que estão relacionados à determinação da forma como o uso da terra estará organizado pelo governo, o que, geralmente, é feito via políticas públicas (ACCIOLY; SÁNCHEZ, 2012).

As políticas públicas são instrumentos de intervenção do governo na sociedade. Elas causam efeitos de influência no cotidiano dos indivíduos por determinarem como as atividades produtivas devem ocorrer (MAZZINI; OLIVEIRA, 2010). Destaque-se, de pronto, que as características dessas políticas não são neutras, pois elas provêm de disputas e são dotadas de influências oriundas dos atores ou de grupos com interesses conflitantes (FONSECA, 2013)<sup>6</sup>. Em assim sendo, a política de uso da terra pode ser definida como a forma como o governo intervém para a determinação da alocação e da distribuição de terras. Essa intervenção pode ser alterada no decorrer dos anos, conforme diferentes fatores, dentre eles o econômico, o social e o ambiental (HARTMANN; SPIT, 2015).

Da análise das políticas de uso da terra se denota que, no que se refere ao uso da terra, as características desse uso são determinadas, em alguma medida, pela ação humana e, principalmente, pela ação daqueles que detêm maior poder de decisão em uma determinada localidade (HERSPERGER et al., 2010). No espaço rural, por exemplo, o uso da terra e as restrições de uso estão primeiramente determinados pelo Estado – detentor do maior poder – mediante os dispositivos legais inscritos no Código Florestal ou no zoneamento agrícola (GASPARDO, 2014)<sup>7</sup>. Em seguida vêm as decisões dos produtores em produzir produtos agrícolas e/ou pecuários e, a partir disso, a respectiva determinação de como será realizada a rotação de culturas ou que destinos terão os dejetos dos animais. E ainda ali, nesse amplo cenário, também acontecem as decisões quanto à sucessão ou não das propriedades rurais (YU et al., 2013).

Em relação ao espaço urbano, ali tem de ocorrer as definições dos agentes públicos sobre as características do zoneamento, uso e ocupação do solo urbano. No caso, o espaço urbano é considerado o lugar com maior dinamicidade em relação a mudanças no uso da terra. Essa questão deve ser agravada com as previsões de aumento populacional no urbano e com a criação de novos espaços para a acomodação dessa população (SETO et al., 2012). Admite-se, contudo, que novos espaços urbanos não se referem apenas a áreas centrais, mas a áreas periurbanas, ou seja, localidades próximas às cidades e que estão entre o urbano e o rural (BRENNER; SCHIMID, 2015).

---

<sup>6</sup> Mais informações em Salvador (2010).

<sup>7</sup> Mais informações em Accioly e Sánchez (2012); Hochsprung Miguel e Velho (2013)

É sabido também que as definições sobre o uso da terra podem determinar mudanças ambientais globais positivas ou negativas, sendo que esses usos são, efetivamente, os principais processos que contribuem para essas alterações (NYELELE et al., 2018)<sup>8</sup>. Dentre os diversos fatores envolvidos com a produção agrícola cabe considerar a questão da cobertura dos solos (NYELELE et al., 2018). Quando há substituição de coberturas lenhosas por áreas agrícolas ocorrem efeitos negativos seja no clima, seja nas reservas de carbono no solo, seja nos recursos hídricos e na biodiversidade (SIBANDA et al., 2016).

Esses efeitos negativos ocorrem devido ao fato de que essas mudanças na cobertura do solo influenciam a organização do *habitat* existente no local, influenciam o processo hidrológico e ocorre a perda da biodiversidade (LIU et al., 2008). Também podem ocorrer processos erosivos que aumentem a perda de solo, pode haver redução dos valores de evaporação e de precipitação pluviométrica e, ainda, alterações nos padrões de precipitação (BOUNOUA et al., 2002). Dessa forma, as mudanças no uso da terra podem afetar diretamente os serviços ecossistêmicos de provisão de uma região, ou seja, aqueles referentes à disponibilidade de alimentos condizentes com o bioma, componentes para a produção de energia vegetal, água, plantas ornamentais e medicinais (PULLANIKKATIL et al., 2016).

Por essas questões, a preocupação com a sustentabilidade da utilização da terra é um importante fator para as questões econômicas, provisão alimentar, conservação ambiental e desenvolvimento regional de determinada localidade (WANG et al., 2018b)<sup>9</sup>. Além disso, a realização de avaliação da sustentabilidade dos recursos relacionados à terra é importante para o processo de definições de políticas públicas, para que possam definir como o planejamento e o manejo do uso da terra devem ser realizados em uma região, tendo em vista que essa avaliação pode identificar as características referentes à disponibilidade de recursos hídricos, perda de solo, uso da mecanização agrícola, poluição e controles ambientais (CHEN et al., 2018).

Além disso, devem ser levadas em consideração as características do solo, as condições ambientais e o sistema de produção agrícola, visto que esses três elementos são considerados interdependentes. Assim, ao alterar um elemento, todo o sistema pode ser alterado (TÓTH et al., 2007). Segundo Zhang (2018a)<sup>10</sup>, há que considerar que a terra é o mais importante recurso natural que influencia o desenvolvimento da sociedade, pois as atividades humanas, em sua maioria, estão relacionadas ao seu uso. É imprescindível dar

---

<sup>8</sup> Mais informações em Magliocca et al. (2015) e Verburg et al. (2015).

<sup>9</sup> Mais informações em Spalding (2017) e Mertz e Merens (2017).

<sup>10</sup> Mais informações em Baja et al. (2002) e Bestelmeyer et al. (2004).

atenção aos modos como os solos são utilizados, pois, por exemplo, problemas de degradação e de erosão podem reduzir ou inviabilizar o uso da terra.

Diante disso, a sustentabilidade do solo deve estar vinculada ao planejamento do seu uso. Esse planejamento está relacionado à análise de potencialidades e de limitações, de clima e de relevo para a determinação das possíveis atividades que podem ser desenvolvidas no local de forma a garantir a combinação do controle erosivo, da produção agrícola e da biodiversidade (CAMPOS et al., 2010)<sup>11</sup>. Ao observar o uso do solo para atividades agrícolas, independentemente das condições climáticas, as práticas de manejo agrícolas devem ser capazes de evitar o empobrecimento do solo por causa da retirada de nutrientes pelas colheitas, entre outras ações, como a sua compactação. Dessa maneira, o planejamento das atividades referentes ao uso do solo deve ser seletivo, respeitando as características da região (SERRA, 2005). Essa seletividade de uso é uma prerrogativa também para o uso do solo urbano, onde a determinação de atividades sem a preocupação com as características do solo pode levar ao comprometimento de outros recursos naturais, como o das águas subterrâneas (EMBRAPA, 2013).

Considerando os apontamentos relacionados ao uso da terra e sua importância para os indivíduos, denota-se que existem cuidados que precisam ser observados quando mudanças no uso da terra serão realizadas. A próxima subseção é constituída pelas questões relacionadas ao uso da terra e que determinam a estrutura agrária e sua relação com o crescimento econômico em determinada localidade.

### 2.3.1 Estrutura agrária e a relação com o crescimento econômico

A estrutura agrária de uma região é um componente importante para vários elementos das discussões do assunto e de seus aspectos relacionados (i) ao crescimento econômico do local, (ii) ao delineamento de política pública agrícola (RADA; FUGLIE, 2018) e (iii) à indicação de quem e de quantos indivíduos podem ser beneficiados por ações governamentais, conforme o enfoque dado à ação pública (THIESENHUSEN; MELMED-SANJAK, 1990). Ademais, a organização do espaço rural pode revelar possíveis disparidades na distribuição da renda proveniente da produção agropecuária. Essas disparidades podem estar relacionadas à concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, fenômeno que a estrutura agrária, ao ser estudada, pode revelar (THIESENHUSEN; MELMED-SANJAK, 1990).

---

<sup>11</sup> Mais informações em Cunha e Pinton (2012).

Observa-se também que são consideradas estruturas agrárias desiguais aquelas que, segundo Janvry (1981), apresentam a coexistência de produtores com concentração de terras em grandes áreas paralelamente à existência de pequenas propriedades. Nesses casos, a desigualdade está além das questões econômicas, sendo refletida na grande discrepância de poder desses diferentes atores rurais. É preciso ter em vista que o acúmulo de poder dos latifundiários sobre a formação da política agrária garante a permanência da desigualdade da estrutura, o que pode dificultar a sua alteração para uma melhor organização do território agrícola.

Já em relação às disparidades existentes em um cenário de concentração de terras, cenário em que a estrutura fundiária apresenta diversidade em relação ao tamanho das propriedades, a eficiência do uso dos recursos produtivos pode ser questionada. Observa-se também a existência de evidências, na literatura, que identificam que propriedades menores conseguem melhores resultados produtivos em relação à produção agrícola por hectare, isso em relação a propriedades com maiores extensões territoriais, tal qual apontado por Eastwood et al. (2010)<sup>12</sup>. Por outro lado, há também considerações, em estudos publicados, que pequenas propriedades podem reduzir as possibilidades de crescimento agrícola e a competitividade dos produtos (OTSUKA et al., 2016)<sup>13</sup>.

Ou seja, neste último apontamento, haveria problemas em manter uma estrutura agrária com pequenas propriedades rurais. Mesmo assim, em relação a essa situação, foi observado a partir dos Censos Agropecuários e utilizando como metodologia a produtividade total dos fatores, a partir da comparação entre o desempenho agrícola por tamanho da propriedade, que as pequenas propriedades não são um problema ao crescimento agrícola (RADA et al., 2018). Além disso, a competitividade dos produtos produzidos por pequenos produtores pode ser ampliada a partir das ações coletivas (AKAHOSHI; BINOTTO, 2016)<sup>14</sup>. Esses estudos indicam que os problemas relacionados às pequenas propriedades presentes em estruturas agrárias podem ser superados.

Em geral, as questões fundiárias no Brasil são consideradas complexas. Essa complexidade é atribuída à forma como ocorreu a ocupação territorial no decorrer da história do país. Com o passar dos séculos, as desigualdades nas relações humanas e no acesso a terra foram transferidas como herança popular. A ocupação de terras no país deu-se por duas vias: a primeira, referente ao pequeno produtor, que ocupava terras devolutas (terras públicas, sem

---

<sup>12</sup> Mais informações em Binswanger et al. (1995).

<sup>13</sup> Mais informações em Adamopoulos e Restuccia (2014).

<sup>14</sup> Mais informações em Sachs (2003) e em Verschoore e Balestrin (2008).



destinação) por meio da posse, e a segunda, pelo senhor de escravos e proprietário de grandes áreas, adquiridas legalmente por meio de cartas de sesmarias. Quando ocorria a sobreposição de área de sesmaria e posse, essas cartas se sobrepunham à posse da terra. O processo de solução dessa sobreposição se dava, em menor frequência, a partir da compra da terra do posseiro ou da sua anexação como agregado das terras do senhor de escravo, e, em maior frequência, expulsando o posseiro do local. Quando o número de posseiros era muito grande na área, tornava-se inviável a aquisição da sesmaria, porque o processo para a retirada desses indivíduos era considerado oneroso. Assim, a aquisição de terras implicava muitos riscos antes da Lei de Terras de 1850, devido às características apresentadas em relação à ocupação das áreas (MARTINS, 2010).

É, contudo, necessário considerar que a Lei de Terras não democratizou o acesso a terra no país, pois a referida lei contribuiu para assegurar a legalidade dos latifúndios. Assim, após a publicação da mesma, a aquisição de terras não seria mais realizada por meio de doações após a comprovação de uso da terra por no mínimo três anos, como no caso das sesmarias, mas somente pela compra. Além disso, como resultado, a publicação dessa lei criou barreiras para o acesso do pequeno produtor à propriedade rural, pela sua pouca disponibilidade de recursos para adquirir uma propriedade, negando-lhe, assim, o direito de trabalhar para ele próprio e sendo obrigado a desenvolver atividades laborais nas grandes propriedades para obter o seu sustento (MARTINS, 2010).

Para Martins (2010), os empecilhos criados pela Lei de Terras de 1850 para a aquisição de áreas não ocorreram por acaso. Depreende-se que a dificuldade imposta ao acesso à propriedade rural estava relacionada, em um primeiro momento, à necessidade de mão de obra para a execução da produção agropecuária nos latifúndios. Os latifundiários necessitavam ter disponibilidade de mão de obra para as atividades agropecuárias desenvolvidas no período, tendo em vista que as atividades rurais utilizavam um número grande de trabalhadores devido à falta de tecnologias rurais. E, ainda, havia uma relação entre o prestígio social do produtor rural e a sua atuação na vida pública, fato proporcional ao controle que ele exercia sobre as terras e sobre as pessoas. Nesse caso, as pessoas não estão limitadas àquelas consideradas escravas, mas incorporavam os pobres livres e os estrangeiros que chegavam ao Brasil com a intenção de ter melhores condições de vida. Negando-lhe o acesso fácil a terra, o indivíduo livre e ou estrangeiro era obrigado a trabalhar para terceiros para sustentar-se e, ainda, em melhores situações, acumular algum dinheiro que possibilitasse o seu acesso à propriedade rural mediante compra. Nos casos em que a compra não é possível

se criava uma relação de dependência e de lealdade entre os trabalhadores e os donos das grandes propriedades.

Essa realidade histórica expressa a forma como a estrutura fundiária é constituída e ainda, reflete a estrutura social de uma localidade. Pode-se considerar que a expressão física da estrutura social é representada pela organização das propriedades rurais e urbanas (LINHARES; DA SILVA, 1999). Na atualidade, os resquícios do processo histórico de ocupação das terras no Brasil repercutem na ocupação de terras urbanas e rurais, em maior ou menor medida, conforme a região. A forma como a divisão de terras é realizada e o anseio da sociedade em ter a posse de uma área são questões que refletem a estrutura social atual. Assim, considera-se que há um contraponto entre a especulação imobiliária realizada na precificação de terras urbanas e rurais no país e o interesse populacional em fixar-se em um local próprio para residir e ou trabalhar – o que demonstra as desigualdades estruturais relacionadas às questões fundiárias nacionais (FERNANDES, 2016). Observa-se, ainda, que, mesmo sendo considerado um país agropecuário, o universo rural brasileiro, devido às características da sua modernização na atualidade, rejeita pessoas pobres e trabalhadores, de forma a forçá-las a se deslocarem para os espaços urbanos (SANTOS, 2009).

Além disso, segundo a FAO (2012), é importante considerar que ter segurança no acesso a terra, a partir das garantias do direito à propriedade, são considerados elementos essenciais para a redução da pobreza e para a conservação ambiental. Além disso, segundo Alchian e Demsetz (1972), caso não houvesse proteção para a posse de terra, as pessoas não estariam dispostas a investir. Sobre essa questão há que se entender que grandes problemas são relacionados à insegurança da posse da terra, como a falta de direito à propriedade, são apontadas como as principais causas do desmatamento ilegal (REYDON, 2011). Mesmo assim, a forma como foi desenhada a política pública sobre terras no Brasil, visando a garantia da titularidade para povos locais, tem, de forma não intencional, resultado na substituição de atividades em pequena escala por exploração extensiva de recursos e, além disso, não garantido melhores condições de vida para a população local. Dessa forma, abordagens multidisciplinares podem contribuir com a determinação de características das políticas públicas, para que resultem em situações inversas às observadas (CHIARAVALLOTI et al., 2017).

Diante deste panorama a próxima seção aborda as questões referentes ao espaço e à paisagem, tendo em vista que a forma como se determina o uso da terra em um determinado local auxilia na definição do espaço e da paisagem do mesmo, pois as características dos indivíduos e as relações entre eles determinam a formação dessas duas categorias geográficas.

### 2.3.2 Ações antrópicas para a formação de espaço e paisagem

A partir da intenção de representar as mudanças na estrutura fundiária de Assis Chateaubriand em relação ao espaço rural e, em momentos específicos, em relação ao espaço rural e ao espaço urbano, percebeu-se a relação dessas mudanças com as mudanças na paisagem local. Para entender uma estrutura fundiária é preciso fazer incidir a análise nos momentos da apropriação das terras, através de agentes públicos e privados, tanto da terra urbana como da rural disponível em uma determinada área, pois a maneira como essa apropriação ocorre determina a formação da paisagem local. Por isso se faz necessária a inclusão das categorias de análise geográficas identificadas como "espaço" e "paisagem" nesse contexto.

A noção de "espaço" pode ser conceituada de três formas. A primeira se refere ao conceito utilizado pelos agrimensores e cartógrafos, que, a partir de determinadas convenções geográficas, em especial a latitude e a longitude, delimitam uma porção territorial e a denominam "espaço". O segundo conceito se refere a um espaço relativo em que é ressaltada a relação entre objetos. Exemplifica-se esse conceito apontando três localidades: A, B e C. As duas primeiras (A e B) têm distâncias físicas mais próximas, contudo a localidade C tem meios de transporte melhores para ir até a localidade A. Assim, considera-se que A e C estão mais próximos, em termos espaciais relativos, que A e B.

Por fim, há o conceito de espaço relacional, que se remete à interação entre os objetos geográficos, naturais e sociais, com os indivíduos. Assim, o espaço, neste último conceito, é o resultado da interação da sociedade com os objetos citados, através da espacialidade, ou seja, da ocupação territorial realizada pelo homem e, ainda, das relações de produções econômicas realizadas no passado com as que são produzidas na atualidade (SANTOS, 1988).

Já "paisagem" pode ser definida como o conjunto de formas visíveis aos indivíduos. A partir dela é possível representar as relações entre os homens e a natureza no decorrer do tempo. Assim, os elementos físicos, naturais e artificiais disponíveis em uma área constituem a sua paisagem. A paisagem e o espaço são distintos e, dessa forma, não são considerados sinônimos, sendo que a primeira transcende o tempo, possibilitando a interação do passado com o presente, por ser objeto de mudança. O espaço se restringe ao presente, como uma fotografia. Assim, ele é representado de forma única em cada dado momento do tempo, porque as relações da sociedade com os objetos naturais e sociais, por exemplo, mudam ao longo dos anos, especificando as relações e influenciando a formação do espaço (SANTOS, 2006).

Então considera-se que a paisagem pode ser caracterizada em três classes: (i) paisagem natural, (ii) paisagem modificada e (iii) paisagem organizada. A primeira trata de áreas de que, em período recente, não se tem a indicação da ação humana. A segunda corresponde a uma área em que houve ação humana sem planejamento. E a terceira se remete a áreas constituídas a partir da ação humana meditada, combinada e contínua, em relação ao meio natural. Por ação meditada se compreende a ação humana consciente se apropriando de elementos naturais para conseguir alguma vantagem. Dessa maneira, a área é organizada a partir das características do sistema econômico que será desenvolvido no local, da estrutura social e das técnicas disponíveis para essa apropriação (DOLLFUS, 1982).

Já ações combinadas são aquelas realizadas por conjuntos de indivíduos visando alcançar objetivos em relação ao uso da área. Para isso, os indivíduos se organizam para a execução das atividades conforme as suas tradições, profissões e, em alguns casos, origem étnica. Por fim, a característica da continuidade se refere à combinação das características anteriores no decorrer do tempo e que resultam em alterações do meio, tendo em vista que toda ação necessita de tempo, entre a operação inicial e as transformações, para gerar o produto final. Assim, as transformações da paisagem combinam o meio e a técnica que organizaram o espaço, ou seja, combinam as características naturais de uma área e a evolução econômica e social da sociedade (DOLLFUS, 1982).

Cabe perceber que a paisagem não é constituída por completo de uma só vez. Ao longo do tempo, a paisagem utiliza o processo de substituição e de adição de elementos para se ir moldando de forma a representar a respectiva sociedade, pois segue as características de produção do momento vigente. Assim, a formação da paisagem ocorre pela permanência ou pela mudança de elementos no decorrer dos anos, a partir da funcionalidade ou não desses mesmos elementos. Nesse contexto, o espaço e a paisagem podem ser compreendidos como complementares, pois entre eles há interdependências. No espaço ocorrem as formas físicas e o fazer social, enquanto, por sua vez, esse processo social define a paisagem. Em relação ao social, a paisagem representa as ações que a sociedade local desenvolveu no decorrer dos anos, incluindo a atualidade (SANTOS, 1988).

Nesse contexto de abordagem da relação entre tempo e paisagem, a paisagem pode ser compreendida como uma herança. Nesta forma de entendimento, pode ser considerada ampla, o que inclui tanto as questões biológicas relacionadas à natureza, como também as características econômicas, sociais, produtivas e culturais dos povos que antecederam a população atual. Nesse sentido, pensar na paisagem como herança exige responsabilidade da atual geração em relação às interações com a natureza e como evoluirá a configuração dessa

paisagem para as futuras gerações (AB'SABER, 2003). Cumpre observar ainda que haverá cada vez menos extensões territoriais de vegetação nativa, ou seja, sem a intervenção humana. Essa questão leva a implicações, por exemplo, na diminuição da diversidade biológica, assunto com que as futuras gerações terão de lidar para sobreviver (MARTINS, 2012).

Segundo Tatham (1959), essa percepção que relaciona a ação humana à paisagem, como herança repassada às próximas gerações, foi introduzida por Carl Ritter, em 1865, ao observar que o homem era o agente responsável pelas mudanças causadas na forma superficial da terra. Dessa forma, o momento presente era considerado fruto das relações ocorridas no passado entre o homem e a natureza em um determinado lugar. Para Moraes (1994), dentre as contribuições do geógrafo Carl Ritter, em relação ao assunto, está a possibilidade de análises geográficas de porções do todo, ou seja, a delimitação de áreas identificadas como sistemas naturais que possuem individualidade em suas características.

Dessa forma, o autor contribuiu com a introdução das análises geográficas do local e das regiões, com a finalidade de compará-las. Ele compreendia a existência de diferentes características para diferentes porções geográficas. Nessa particularidade, Carl Ritter aborda a questão da paisagem, na mesma perspectiva regional, mesmo não sendo o objetivo central de sua análise. Assim, o autor considera que a paisagem possa ser local ou regional, conforme a interação do homem com a natureza (MORAES, 1994). A esse propósito, Santos (2006) considerou que cada paisagem é formada por uma distribuição original de formas e objetos, constituídos por conteúdos técnicos, ou seja, pela inserção de tecnologias produtivas na área, possibilitando que a paisagem possa ser individualizada ou regionalizada.

Ademais, a natureza e a ação do homem são responsáveis pelo conjunto de formas materiais que estão disponíveis em uma área. A esse conjunto intitula-se paisagem, e a essas formas são atribuídos significados e funções (CORRÊA, 2014). Ressalta-se que o homem, ao transformar o seu meio, possibilita a formação de uma segunda natureza, pautada em elementos artificiais (SANTOS, 2006). O problema é que os indivíduos estão cada vez mais próximos do artificial e distantes do natural e isso resulta em desequilíbrio (SANTOS, 1988). Além disso, a interpretação de uma paisagem é singular. Uma mesma paisagem tem diferentes interpretações, seja de um observador para outro, seja do mesmo observador em tempos diferentes. A interpretação da paisagem está relacionada ao contexto vivenciado pelo observador no decorrer de sua história, pois as experiências do observador são fatores influentes na forma como esse indivíduo interpreta aquilo que lhe está visível (SANTOS, 1988).

Dessa maneira, a paisagem relata a organização do espaço mediante as imagens que disponibiliza para os indivíduos observarem. Nessas imagens, o modo de produção, a organização social, costumes da população local, entre outros fatores, podem ser observados, como foi observado anteriormente. A continuidade ou a manutenção da paisagem está relacionada à incorporação, à retirada ou à permanência de elementos do espaço.

Considerando que esta pesquisa utiliza outros elementos, além dos geográficos, para analisar as questões relacionadas ao rural, o próximo tópico traz a abordagem referente à imagem do rural a partir de características da economia comportamental. Para tanto, faz-se uso de um modelo teórico que identifica a percepção dos jovens sobre o rural. Essa análise foi aqui inserida considerando a importância que o rural tem para o município – em especial o fato de que, quanto ao uso da terra local, dos mais de 96 mil hectares disponíveis, as atividades agropecuárias utilizam mais de 89 mil hectares. Dessa forma, 92% dos usos da terra do município em análise, em 2017, estavam destinados às atividades agropecuárias (MAPBIOMAS, 2018).

Além disso, parte da qualificação profissional ofertada no município se apoia em várias estruturas escolares universitárias de modo especial, pelo Instituto Federal, que está relacionada às atividades agropecuárias, através dos cursos de (i) agricultura, (ii) agropecuária e (iii) agroecologia (IFPR, 2018). Também se constata que, na atualidade, os empregos formais do município, em sua maioria, são ofertados pelos setores (i) do comércio, (ii) dos serviços e (iii) da administração pública (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018), estrutura que poderá ser alterada a partir do funcionamento do abatedouro de suínos, que está em fase de construção, isso devido às previsões de aumento na geração de empregos formais. Ocorre que o aumento do número desses empregos no município está relacionado à agroindustrialização, reforçando a importância do rural para o local.

## 2.4 A CONTINUIDADE DA PROPRIEDADE RURAL E A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE ESSE ESPAÇO

Segundo Rye (2006), há muito tempo o conceito de "rural" tem sido discutido, contudo Newby (1980) considera que se tem observado é um vazio conceitual em relação ao rural e a uma preocupação dos sociólogos em relação a essa lacuna. A partir da década de 1990, a demanda por conceituar o rural é substituída pela necessidade de identificar como os atores desenvolvem socialmente a ruralidade (RYE, 2006). Percebe-se que a descrição do âmbito rural inclui características tangíveis e intangíveis, ou seja, a primeira relacionada às

características visíveis, relacionadas à terra e à produção realizada e características sociais sendo elas as que constantemente são descritas pelas interpretações acadêmicas sociológicas. As características tangíveis são constituídas pela paisagem, pela produção agropecuária e pelo trabalho desenvolvido nas áreas agricultáveis, por exemplo. As características intangíveis ou abstratas se referem à vida social dos indivíduos, como a coletividade, o tradicionalismo, a interação entre as pessoas na comunidade, entre outras (RYE, 2006)<sup>15</sup>.

No Brasil, o conceito atribuído ao âmbito rural está relacionado ao âmbito urbano. A partir do Decreto-Lei Federal nº 311/1938 e ainda utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é primeiro caracterizado o que é urbano, ou seja, o urbano corresponde aos territórios ocupados pelas cidades e o restante do território é o rural (IBGE, 2010). Assim, rural é o espaço que não é urbano. Para Grisa et al. (2013)<sup>16</sup>, o espaço rural no país foi, por muito tempo, compreendido como um espaço inferior ao urbano, sendo até considerado não desenvolvido, contudo um novo conceito de ruralidade foi criado até o final da década de 1980 no país, principalmente nas regiões de centro-sul, regiões essas atingidas pela chamada modernização tecnológica. Essas alterações promoveram a redução da desigualdade existente entre o rural e o urbano, em especial quanto ao mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2010)<sup>17</sup>.

Assim, o rural passou a diversificar as atividades desenvolvidas e as famílias residentes no rural foram consideradas pluriativas, isso a partir da combinação da tríade de atividade agrícola, de atividade não agrícola setorial (produção, comercialização e prestação de serviços) e de atividade não agrícola espacial (inteiração entre o rural e urbano). Em relação às atividades desenvolvidas, existe uma agropecuária moderna, produtora de *commodity* encadeada com a agroindústria e produções agrícolas direcionadas ao atendimento de nichos de mercado. Há também o desenvolvimento de atividades não agrícolas, como prestações de serviços relacionados ao lazer e áreas destinadas a moradias (GRISA et al., 2013)<sup>18</sup>.

Mediante essas considerações iniciais, a presente seção foi organizada para atender a duas questões referentes ao rural que estão interligadas. A primeira remete-se à importância da continuidade da propriedade rural para o município em análise e a segunda trata da percepção que os indivíduos jovens têm sobre o rural. Considera-se que essa percepção é um fator influenciador para a continuidade da estrutura fundiária e da paisagem da localidade,

---

<sup>15</sup> Mais informações em Murdoch e Pratt (1993) e Halfacree (1993).

<sup>16</sup> Mais informações em Ramalho e Moreira (2010).

<sup>17</sup> Mais informações em Graziano da Silva (2001).

<sup>18</sup> Mais informações em Graziano da Silva (1999), Schneider (2010) e Sposito e Goes (2013).

tendo em vista que esses indivíduos podem ser os próximos na sucessão dos empreendimentos rurais. A sua falta de interesse por essas atividades pode implicar uma mudança da organização do espaço, resultando na concentração da estrutura fundiária. Além disso, ressalta-se que foram considerados jovens os indivíduos com faixa etária entre 15 e 29 anos de idade, conforme o Estatuto da Juventude – Lei Federal nº 12.852/2013 (BRASIL, 2013). A próxima seção abordará questões vinculadas à continuidade da propriedade rural.

#### 2.4.1 Considerações sobre a continuidade da propriedade rural

Segundo Alston (2009), o acesso mais comum a terra no mundo ocorre por meio da agricultura familiar geracional, ou seja, a agricultura familiar, caracterizada pela titularidade da propriedade e respectiva gestão realizada pela família. A tradição da agricultura familiar foi transmitida de geração a geração como uma forma de compreender o mundo (BRANDTH; OVERREIN, 2013). Assim, a geração mais velha tem um forte apego em relação à sua propriedade, pois nela estão fundidas as atividades de moradia e de produção econômica (DOWNEY et al., 2017). É nesse cenário que ocorre a herança no universo rural familiar, em que pai/mãe transferem para filho/a não apenas o fator de produção terra, mas também as práticas produtivas familiares (CHESHIRE et al., 2013).

De modo que a propriedade é considerada um símbolo do espaço rural. Correlata à história de uma propriedade está a história da família que tem a posse dela, pela gestão dos negócios repassados de geração em geração (LOBLEY; BAKER, 2012). Dessa forma, ao manter-se proprietário das terras, o indivíduo mantém o legado familiar. A partir desse entendimento, ser um produtor rural pode ser considerado uma herança profissional (POTTER; LOBLEY, 1996).

Existem, contudo, mudanças no espaço rural em relação às características demográficas, sociais, ambientais e econômicas, que podem influenciar a continuidade da propriedade. Em especial devido às novas exigências que podem influenciar a forma como os processos produtivos são realizados dentro da porteira. Assim, o mundo passa por alterações que podem influenciar a maneira como a produção agrícola é realizada. Como exemplo podem ser citadas as mudanças climáticas, o controle do uso da água na produção agrícola (DOWNEY et al., 2013), a comercialização global da produção rural, a competitividade e as exigências nas questões sanitárias, ambiental e social, bem como o bem-estar animal



(ZAGATA; SUTHERLAND, 2015)<sup>19</sup>. Esses elementos impõem que sejam realizadas alterações no modo de gerenciamento da propriedade (DOWNEY et al., 2017).

Ademais, o envelhecimento da população residente no espaço rural é uma realidade em diferentes partes do mundo (DUESBERG et al., 2017)<sup>20</sup>. Visto que envelhecer no espaço rural implica redução da disponibilidade da força de trabalho do indivíduo, necessitando que um sucessor substitua o gestor da propriedade (HARRIS et al., 2012)<sup>21</sup>. A par disso, aposentar-se representa um contexto de mudanças para os produtores, que necessitam organizar suas vidas a partir dessa nova condição (SAPPEY et al., 2012). Diante desses apontamentos, os produtores rurais próximos da aposentadoria são desafiados pela falta de herdeiros ou pela falta de herdeiros interessados em permanecer na propriedade rural e, ainda, pela necessidade de mudanças no processo produtivo (DOWNEY et al., 2017).

Assim, o envelhecimento dos proprietários rurais, a falta de sucessores para as propriedades e a estruturação do setor agrícola, são fatores considerados problemas relacionados à forma como estão sendo utilizadas as terras, a respeito da eficiência do uso e da sustentabilidade (GIANNAKIS; BRUGGEMAN, 2015)<sup>22</sup>. Esses problemas se tornam ainda mais significativos quando se considera o aumento da população global e a necessidade de aumento da produção para alimentá-la (DUESBERG et al., 2017).

Além disso, a migração das pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas também é um fator que deve ser considerado como negativo ao contexto, tendo em vista que a migração está relacionada ao desenvolvimento econômico e à mudança estrutural da sociedade (LUCAS, 2004)<sup>23</sup>. Então a sucessão em propriedades rurais é percebida como uma questão complexa, sendo que a decisão de transferir a propriedade para um sucessor pode ser influenciada por fatores econômicos e sociais (LEONARD et al., 2017). Acrescenta-se, a essa complexidade, a necessidade de um processo contínuo e relativamente longo que resulte na transferência dos deveres e da gestão dos ativos para o sucessor (BOYD et al., 2014)<sup>24</sup>. Assim, o processo de sucessão não se refere apenas a uma alteração jurídica do proprietário de um fator de produção, mas da transmissão do acúmulo do conhecimento adquirido ao longo de uma geração familiar, bem como a relação desse novo proprietário com a terra (CHESHIRE et al., 2013).

---

<sup>19</sup> Mais informações em Wheeler et al. (2012).

<sup>20</sup> Mais informações em Howley et al. (2012), Zagata e Sutherland (2015) e Foguesatto et al. (2016).

<sup>21</sup> Mais informações em Lobley (2010) e Sottomayor et al. (2011).

<sup>22</sup> Mais informações em Laepple e Hennessy (2012).

<sup>23</sup> Mais informações em Mundlak (1979).

<sup>24</sup> Mais informações em Steier e Miller (2010).

Outrossim, a falta de sucessão nas propriedades rurais, além dos impactos na produção, pode ocasionar outras desvantagens. A primeira se refere ao desaparecimento do conhecimento criado e compartilhado pelas gerações que residiram no respectivo espaço rural. A segunda trata da destinação da área, que poderá ter diferentes finalidades, relacionadas ou não às atividades rurais (CARILLO et al., 2013). Mesmo que outros proprietários (pessoas físicas ou pessoas jurídicas) adquiram as terras sem sucessores e aumentem a sua escala produtiva agropecuária, ainda não se pode afirmar que esses ganhos compensem a perda de capital humano específico existente em cada propriedade rural (BERTONI; CAVICCHIOLI, 2016). Além disso, quando a sucessão não ocorre, geralmente há redução dos negócios (INWOOD; SHARP, 2012)<sup>25</sup>.

Nas propriedades em que ocorre a sucessão, nelas logo se reverte o processo de desaceleração da produtividade e ocorre a aquisição de inovações, pois a tendência é a expansão e a diversificação das atividades agrícolas (HARRIS et al., 2012)<sup>26</sup>. Dessa forma, as discussões sobre a sucessão da propriedade rural são percebidas, cada vez mais, como importantes para a sustentabilidade e para o desenvolvimento da agricultura global, isso porque os agricultores mais jovens, possivelmente, estão sendo associados a produções mais eficientes e eficazes (LEONARD et al., 2017). E, ainda, os mais jovens são também aqueles mais propensos à aceitação de inovações que criam menores impactos ambientais (HOWLEY et al., 2012)<sup>27</sup>. Mesmo assim, a transferência da propriedade rural para um sucessor mais jovem não é um procedimento facilmente realizável (LEONARD et al., 2017).

Dessa forma, considera-se que a sucessão, em qualquer tipo de negócio, precisa ser planejada em longo prazo, evitando frustrações em relação ao resultado (HOR et al., 2010). O gestor da propriedade rural não pode escolher um sucessor em situações críticas, pois esse processo depende da interação entre o proprietário, o sucessor e a propriedade (FISCHER; BURTON, 2014). Essa decisão é influenciada por diferentes fatores, como: (i) manutenção da viabilidade do negócio para o sucessor, (ii) ser justo com todos os filhos e (iii) aposentar-se com qualidade financeira (BARCLAY et al., 2011). Outras características podem ser consideradas nesse contexto, como: (iv) os produtores são autônomos e seu local de trabalho e a moradia interagem no mesmo espaço (RILEY, 2016) e (v) eles são intimamente ligados com as suas atividades e a propriedade rural (RILEY, 2016)<sup>28</sup>. Além disso, (vi) a partir das atividades laborais são definidas a identidade do produtor e seu *status* na comunidade onde

---

<sup>25</sup> Mais informações em Sottomayor et al. (2011).

<sup>26</sup> Mais informações em Lobley (2010) e Sottomayor et al. (2011).

<sup>27</sup> Mais informações em Lobley et al (2010).

<sup>28</sup> Mais informações em Gasson (1973) e Kuehne (2013).

reside (KUEHNE, 2013)<sup>29</sup>. Por isso, os produtores têm dificuldades para aposentar-se e transferir os afazeres da gestão para os seus sucessores.

Outra questão apresentada em relação à continuidade da propriedade é que, nas localidades em que existem sucessores dentro da família, os gestores, na atualidade, conseguem com maior facilidade realizar a transferência da gestão da propriedade. Caso esses sucessores não sejam familiares, existem maiores complicações no processo sucessório (RILEY, 2016). O planejamento sucessório é importante para que haja êxito na sucessão realizada. Esse planejamento disponibilizará, ao sucessor, experiências em relação às atividades que são atribuídas ao gestor do negócio (HOR et al., 2010). Para isso, o gestor precisa compartilhar e depois transferir suas atividades, em relação à propriedade rural, para o sucessor (CONWAY et al., 2016).

Ressalta-se que a sucessão não necessariamente precisa ser realizada por um indivíduo. Há possibilidade, quando existem diferentes potenciais sucessores, da existência de uma liderança compartilhada, de forma que a empresa familiar obtenha vantagens em relação à existência da confiança mútua entre os gestores (CARTER III; KIDWELL, 2014). As possíveis influências para a ocorrência da sucessão na propriedade rural foram identificadas em quatro fatores recorrentes na produção acadêmica: (i) o tamanho da propriedade rural, (ii) a idade do produtor, (iii) os resultados econômicos da produção agropecuária e (iv) a diversificação da produção (BARCLAY et al., 2011)<sup>30</sup>. Por outro lado, as possibilidades de sucessão são reduzidas quando o herdeiro tem educação formal mais elevada (HENNESSY; REHMAN, 2007). Essa realidade pode, contudo, sofrer alterações devido à inserção da agricultura inteligente no contexto rural. Nesse caso, o produtor necessitará capacitar-se tecnologicamente para conseguir realizar a gestão da propriedade (WOLFERT et al., 2017)<sup>31</sup>.

Assim, para que a sucessão ocorra, é necessário que os jovens tenham interesse em permanecer no rural desenvolvendo as atividades laborais relacionadas às propriedades. Há que se observar que em relação a essa permanência, foram identificados dois componentes que favorecem essa permanência: (i) a conexão que os jovens adquirem ao longo de suas vidas com as atividades desenvolvidas nas propriedades e (ii) os incentivos governamentais oriundos das políticas públicas direcionadas à permanência das pessoas nas propriedades rurais (BEDNAŘÍKOVÁ et al., 2016). Há casos, porém, em que não existem sucessores para assumirem a gestão da propriedade. Nessa situação costumam ocorrer problemas em relação

---

<sup>29</sup> Mais informações em Ingram e Kirwan (2011) e Riley (2012).

<sup>30</sup> Mais informações em Glauben et al. (2009) e Mishra et al. (2010).

<sup>31</sup> Mais informações em Wolfert et al. (2014).

às tendências de inovação e de redução dos impactos ambientais vinculados à produção rural. Os produtores rurais sem sucessores costumam ser resistentes a implementar inovações que possam aumentar a produtividade e a sustentabilidade ambiental da produção, isso em razão da falta de perspectiva de continuidade familiar da propriedade rural (DUESBERG et al., 2017).

A partir dessa contextualização, observa-se que, para a continuidade de adequados investimentos, é indispensável o interesse dos jovens agricultores pelo universo rural. Assim, de forma complementar, foram, para este estudo, buscadas informações teóricas a respeito da formação de uma percepção da vida rural, considerando que a adequação dessa percepção é determinante em um processo de tomada de decisão – assunto a ser abordado na próxima seção.

#### 2.4.2 Compreendendo os fatores influenciadores das percepções

Segundo Robbins (2005) o comportamento das pessoas está relacionado à percepção que elas têm da realidade. E conforme Godin e Kok (1996) para a teoria do comportamento planejado, a percepção é um constructo de destaque devido à sua relação com o comportamento humano (GODIN; KOK, 1996). Então as percepções são consideradas construções mentais. Assim, a primeira impressão dos sentidos não as define (PEIRCE et al., 1960). Além disso, a maneira como os indivíduos percebem a realidade é distinta de uma pessoa para outra (JAGER; MOK, 1999), tendo em vista que essa percepção está relacionada ao *frame* de referência que a pessoa tem (DEWULF et al., 2005)<sup>32</sup>.

O termo "*frame*" foi introduzido, em 1978, por Marvin Minsky, no campo da inteligência artificial, para referir-se a uma maneira individual de representar algo, como, por exemplo, o conhecimento (REIN; SCHÖN, 1986). Assim, tratando-se de determinar como se estabelece uma percepção, o *frame* de referência é compreendido como um enquadramento individual, ou seja, como uma maneira de organizar e de dar sentido a uma realidade (REIN; SCHÖN, 1986).

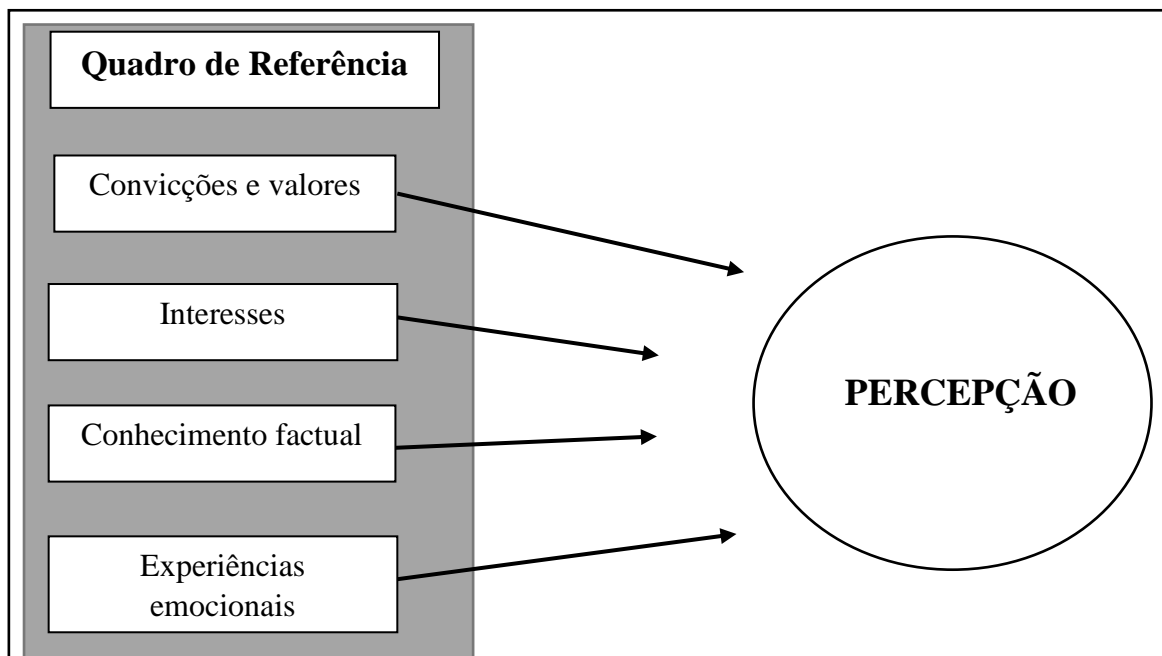
Nesse contexto, considera-se que as estruturas mentais dos indivíduos são formadas de maneiras diferentes, cada maneira dependendo dos contextos, social e histórico no qual foi constituída (MANNHEIM, 1936). Assim, "estruturas mentais" e "enquadramentos" são termos utilizados para identificar as características dos processos relacionados às maneiras

---

<sup>32</sup> Mais informações em Rein e Schön (1986).

como são realizadas as interpretações individuais sobre as situações. Ambos os elementos determinam marcos avaliativos que indicam como a pessoa deve agir mediante o contexto que lhe é apresentado (REIN; SCHÖN, 1986). Existem elementos que influenciam a constituição do *frame* de referência: (i) as convicções (opiniões sobre o modo como as coisas são), (ii) os valores (opiniões sobre como as coisas deveriam ser), (iii) as normas (regras de conduta), (iv) o conhecimento (adquirido com as experiências) e (v) os interesses (social, econômico e moral) (TE VELDE et al., 2002)<sup>33</sup>. Mediante essa identificação de influências, Aarts e Woerkum (1994) propuseram um modelo conceitual com elementos que possam influenciar a formação da percepção das pessoas sobre as situações vivenciadas (Figura 4).

**Figura 4:** Quadro de referência para a determinação da percepção humana



**Fonte:** adaptado de Aarts e Woerkum (1994).

Segundo o quadro de referência, "convicções e valores" são considerados verdades que dificilmente são alteradas (AARTS; WOERKUM, 1994). Um valor é uma crença duradoura, decorrente da compreensão de que uma forma de conduta é preferível para o indivíduo ou para uma sociedade em relação à sua conduta inversa (SCHWARTZ; BILSKY, 1987). Em relação ao fator interesse, nesta pesquisa o mesmo não é incluído na análise, em função de que a investigação segue as considerações de Jager e Mok (1999). Segundo esses autores, os interesses não são compreendidos como um elemento do quadro de referência. Os

<sup>33</sup> Mais informações em Rein e Schön (1986).

elementos "conhecimento factual" e "experiências emocionais" são derivados das experiências dos indivíduos no cotidiano. No primeiro caso, isso se realiza mediante leituras ou compartilhamento de conhecimentos oralmente e, no segundo caso, as experiências se originam do contato do indivíduo com aquele determinado contexto (BOOGAARD et al., 2006). Trata-se, no caso deste estudo, do contexto das propriedades rurais e das atividades desenvolvidas nessas áreas.

Além disso, deve-se considerar que crenças e percepções são elementos de base para as atitudes humanas (AJZEN; COTE, 2008). As pessoas têm atitudes mediante um comportamento que é pautado em suas percepções sobre a situação, sendo percepções favoráveis ou não àquilo que está sendo realizado. Dessa forma, avaliações positivas estão relacionadas a percepções favoráveis sobre determinado comportamento, bem como avaliações negativas estão relacionadas a percepções desfavoráveis (AJZEN, 1991). Assim, a percepção é um componente de destaque para compreender o comportamento humano (MALEKIAN et al., 2017). Nesse sentido, a percepção que um indivíduo tem sobre determinado produto pode influenciar, por exemplo, o consumo desse mesmo produto (ZHANG et al., 2018b)<sup>34</sup>. Assim, ter informações sobre as percepções de determinado grupo social possibilita a compreensão sobre a forma como essas pessoas tomam decisões (QUINTAS-SORIANO et al., 2016).

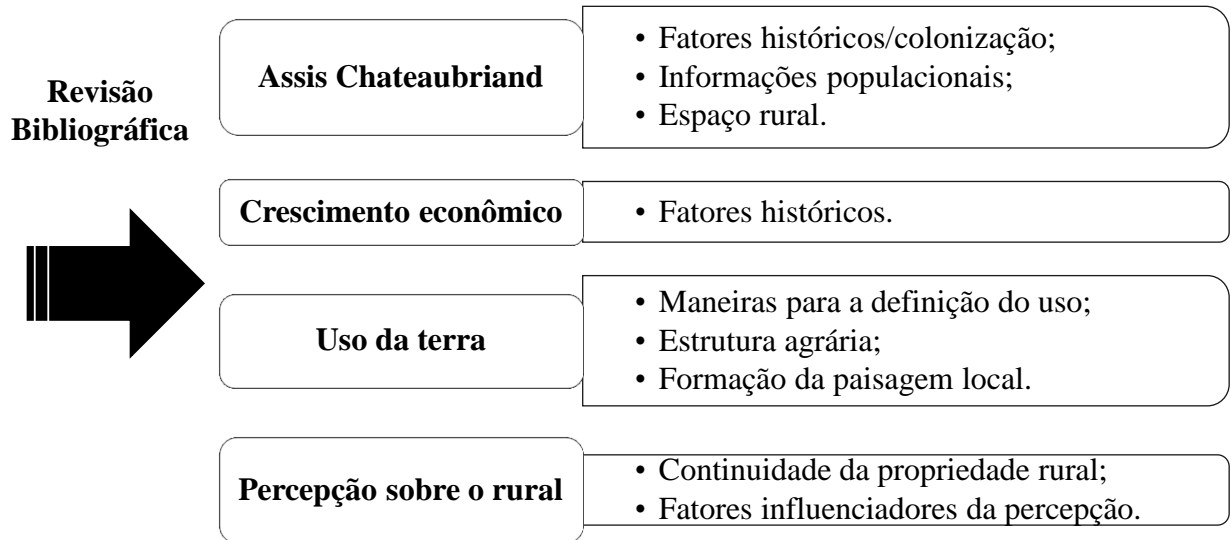
Mediante isso, considerando a importância da percepção para o processo de tomada de decisão, optou-se por essa abordagem teórica para compreender a imagem que os jovens têm atualmente sobre o espaço rural. O pressuposto é que esses indivíduos podem vir a ser responsáveis pela continuidade ou por alterações nas atividades rurais de uma localidade. Também aqui se pressupõe que Assis Chateaubriand esteja no início de um processo de transição das atividades rurais, tendendo à ampliação de atividades pecuárias, cabendo uma abordagem da temática a partir do viés da diversificação da produção.

A Figura 5 sintetiza os elementos que foram abordados no decorrer da revisão bibliográfica.

---

<sup>34</sup> Mais informações em De Barcellos et al. (2010).

**Figura 5:** Síntese da Revisão Bibliográfica



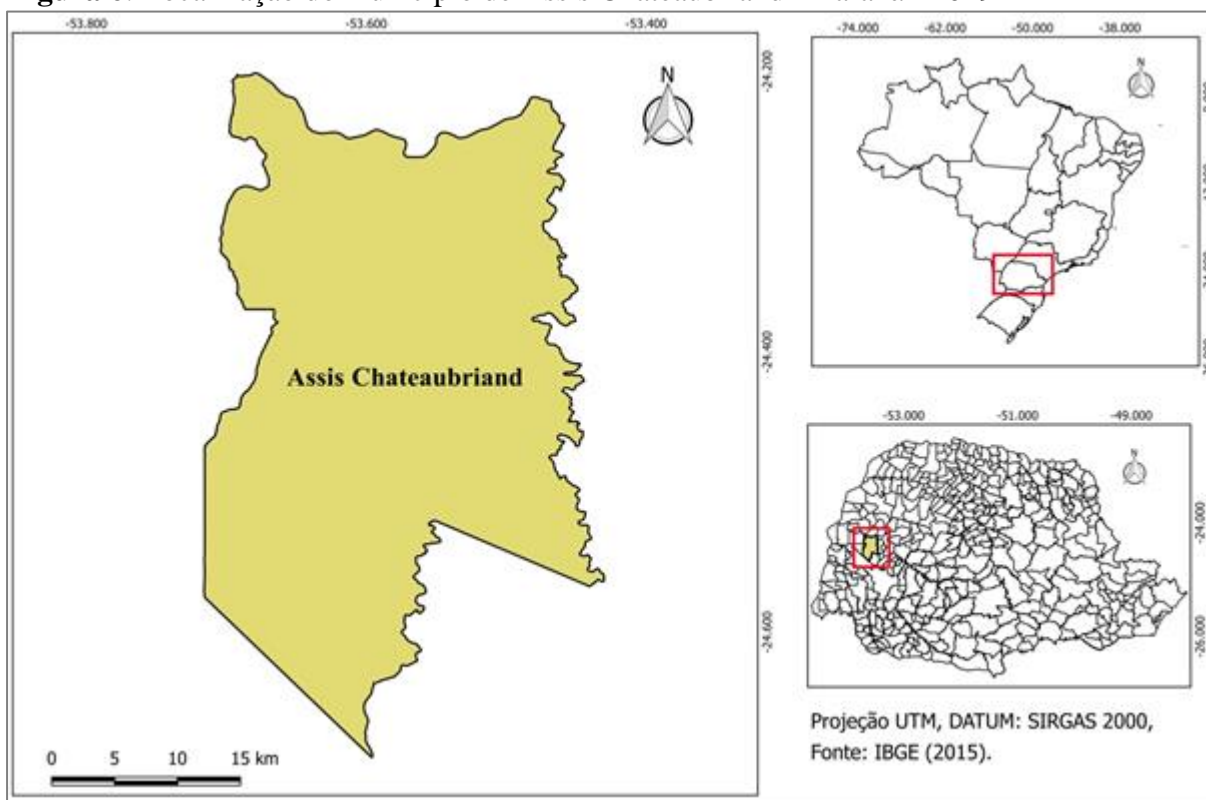
**Fonte:** elaborado pela autora (2019).

Na sequência são apresentadas as características referentes à metodologia da pesquisa, ou seja, os procedimentos utilizados para a coleta e o processamento de dados, para gerar as informações ou os resultados deste trabalho.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem utilizada neste trabalho pode ser caracterizada como uso misto de métodos. Para Creswell (2010), em um projeto de pesquisa, a caracterização do/s método/s é aquilo que pode ser considerado o mais concreto e específico em uma pesquisa. A abordagem com métodos mistos contempla a junção dos métodos qualitativo e quantitativo. Além disso, a presente pesquisa é de natureza aplicada e, em relação aos objetivos, explicativa. Este tópico está organizado em três seções, que abordam individualmente os procedimentos e as fontes que serão utilizados para identificar os resultados da pesquisa referente ao município de Assis Chateaubriand – Paraná (Figura 6).

**Figura 6:** Localização do município de Assis Chateaubriand – Paraná - 2019



**Fonte:** elaborado a partir do IBGE (2015).

Pode-se observar que o município está localizado na região Oeste do Paraná. Ao qual a estimativa de sua população segundo IBGE (2020) é de 33.362 habitantes em 2019, com densidade demográfica de 34,06 habitantes por quilômetros quadrados. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,729. O percentual de arborização de vias públicas é de 91,3%, com características da vegetação do bioma Mata Atlântica. Após a



identificação da sua localização, as próximas seções sobre a metodologia do trabalho serão utilizadas para descrever a maneira utilizada para identificar os resultados da pesquisa.

### 3.1 PAISAGEM E O USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND – 1970 A 2018

O primeiro e segundo objetivos específicos da pesquisa serão respondidos em conjunto, tendo em vista que se complementam. Para isso, inicialmente fez-se uso da triangulação de dados. A triangulação de dados é um procedimento que concilia diferentes maneiras para a coleta de dados sobre uma determinada situação, problema ou amostra. Dessa forma, a primeira etapa da triangulação consiste na coleta de fotografias disponibilizadas no acervo da biblioteca municipal de Assis Chateaubriand. As imagens auxiliarão a representar as características iniciais do município, bem como as características da atualidade, isso acrescido de coletas de imagens de satélite. Considerando que o ferramental imagético (imagens) é um importante meio de comunicação, o uso de fotografias que representam um dado momento no tempo, pode ser considerado um registro do mesmo (RODRIGUES, 2007). Dessa forma, realizando uma análise imagética, pretende-se responder ao máximo de questionamentos apontados por Panofsky (1979)<sup>35</sup> e exemplificados por Manini (2001), sendo eles:

**Quem** ou o que aparece na imagem (descrição ou nome das pessoas e/ou lugares); **Que** lugar aparece na imagem (localização espacial e geográfica); **Quando** foi realizada a tomada (indicação de data, tempo cronológico ou ocasião); **Como** são ou estão os principais elementos da imagem (complementação da descrição inicial feita do motivo principal da imagem); **O que** indica esta imagem (de que ela é o traço, a marca, o sinal). As respostas a estas perguntas devem ser dadas com base em informações concretas provenientes da imagem ou de seu referente (MANINI, 2001, p. 4).

Considerando a importância do território rural para o município, a segunda etapa da triangulação, consiste em caracterizar a estrutura desse espaço. Para isso foi realizada uma coleta de dados a partir da década de 1970 até os dias atuais. O estabelecimento desse período esteve relacionado à disponibilidade de dados, tendo em vista que a área de estudo foi considerada município em 1966. Assim a análise foi realizada através da comparação das informações no período de análise. Sendo que as variáveis utilizadas foram (i) uso da terra, (ii) produção rural, (iii) estrutura fundiária e (iv) informações populacionais. As informações foram coletadas nos Censos Agropecuário e Demográfico do IBGE, estando disponibilizadas

---

<sup>35</sup> Mais informações em Manini (2001) e Maimone e Gracioso (2007).

em respectiva plataforma *on-line* e documentos impressos. Ademais, no que se refere às mudanças no uso da terra, o período de análise compreendeu o ano de 1985 a 2017, a partir de informações geradas pela MapBiomas (2019), é uma iniciativa multi institucional, constituída por universidade, ONGs e empresas de tecnologia que disponibilizam uma plataforma de dados *on-line*, referente ao uso da terra.

Então, mediante as informações coletadas sobre o uso da terra, optou-se pelo uso do modelo *Shift-Share*. Essa técnica é comum e muito utilizada em análises regionais (ROLIM, 1999). Utilizadas por Shikida e Alves (2009), Botassio e Batista de Oliveira (2013) e Prestes e Bezerra (2019), por exemplo. Esse modelo também pode ser conhecido como análise dos componentes de variações, embora haja críticas quanto ao seu uso, há uma concordância em relação a ser um excelente instrumento de sintetização de dados estatísticos (ROLIM, 1999). Dentre as possibilidades de seu uso foram utilizados o Efeito Área, que foi decomposto nos Efeitos Escala (EE) e Substituição (ES). O EE estimou, nesta pesquisa, as alterações referentes a tamanho ou escala do uso da terra do município e uso da terra da produção agropecuária, que podem ter sido ampliados ou reduzidos. O ES identificou áreas que foram substituídas pela expansão de outros usos da terra (CARVALHO et al., 2017)<sup>36</sup>.

Assim sendo, o modelo *Shift-Share* pode ser expresso, por:

$$A_{i2} - A_{i1} = (\alpha A_{i1} - A_{i1}) + (A_{i2} - \alpha A_{i1}) \quad (1)$$

Em que:  $A_{i2} - A_{i1}$  é a variação da área, para uso da terra municipal ou uso da terra da produção agropecuária, entre o período de tempo  $T_1$  (1985) e  $T_2$  (2017);  $(\alpha A_{i1} - A_{i1}) = EE$ ;  $(A_{i2} - \alpha A_{i1}) = ES$ . O EE é o resultado da multiplicação do coeficiente de variação ( $\alpha$ ) pela área de uso da terra do ano de análise inicial ( $A_{i1}$ ), subtraindo-se deste resultado, a mesma área inicial. O ES é o resultado da subtração da área de uso da terra do ano de análise final ( $A_{i2}$ ) pelo resultado da multiplicação do coeficiente de variação e a área de uso da terra do período inicial. Em ambos os casos, a área analisada é específica para cada categoria de uso da terra. O coeficiente de variação ( $\alpha$ ) é o resultado da razão entre a área total de uso da terra do ano final pelo ano inicial, do recorte temporal determinado (CARVALHO et al., 2017)<sup>37</sup>.

Depreende-se que valores positivos e negativos do EE significam, nesta ordem, tendências de expansão ou redução do uso da terra analisado. De tal modo que os valores de EE indicam como seria o comportamento do uso da terra, no caso da pesquisa, se o aumento

<sup>36</sup> Mais informações em Fagundes e Borges (2015) e Garcia e Buainain (2016).

<sup>37</sup> Mais informações em Fagundes e Borges (2015).

ou a redução da área ocorre de forma uniforme entre as categorias de uso (SANTOS et al., 2008). O ES, quando tem resultado positivo, indica a ocupação de áreas de outros usos da terra, por aquele uso analisado. Caso o resultado seja negativo, indica que o uso da terra analisado teve áreas substituídas por outros usos. Além disso, no ES o resultado entre adição dos valores de cada categoria de uso da terra deve ser igual a zero, isso tendo em vista que, neste modelo, as áreas substituídas são ocupadas proporcionalmente por aqueles usos da terra que se expandiram (LOURENZANI; CALDAS, 2014).

Depois disso foram identificadas as características referentes ao uso da terra da atualidade, a partir do uso de geotecnologias. Para isso foi utilizada imagem do sensor Landsat 8 – órbita ponto 223/077, datada de 23 de junho de 2018, com ausência de nuvens. Na sequência foi realizada a classificação de imagem, em que se utilizou a classificação não supervisionada, com uso do algoritmo ISODATA, ou seja, esse algoritmo agrupou os *pixels* (ponto imageado pelo sensor) da imagem conforme suas características espectrais, proporcionando a formação de *clusters*.

Essa classificação foi realizada com auxílio do *software* ENVI versão 5.5, Harris Geospatial Solutions Inc., licenciado para Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Posteriormente realizou-se o processamento da imagem a partir das bandas espectrais (energia refletida em faixas), 2 (comprimento de onda: 450-510nm), 3 (comprimento de onda: 530-590nm), 4 (comprimento de onda: 640-670nm), 5 (comprimento de onda: 850-880nm), 6 (comprimento de onda: 1570-1650nm) e 7 (comprimento de onda: 2110-2290nm). A imagem do uso da terra foi confeccionada a partir do uso do *software* Arcmap (ArcGis) Esri® versão 10.6, licenciado pela UFGD.

Por fim, realizou-se a avaliação da paisagem da área rural do município, utilizando-se o fluxo de prestação de serviços ecossistêmicos relacionados ao uso da terra (Quadro 1). Observa-se que a metodologia foi utilizada anteriormente por Nowak e Grunewald (2018). A composição da avaliação considerou os serviços prestados pela natureza que puderam ser identificados nas áreas estudadas pelos autores e adequados para esta pesquisa.

**Quadro 1:** Avaliação qualitativa da paisagem

Avaliação Qualitativa da Paisagem		Baixa	Média	Alta
Serviços		Representação → 1	Representação → 2	Representação → 3
Regulação	Clima	<10% de floresta	[10-40%[ de floresta	≥ 40% de floresta
	Qualidade do ar			
	Fluxo de água			
	Purificação de água			
	Nutrientes			
	Erosão			
	Polinização			
	Controle de pragas			
Provisionamento	Agricultura	< 30% de solo arável	[30-60%[ de solo arável	≥ 60% de solo arável
	Pecuária	< 10% de pastagem	[10-40%[ de pastagem	≥ 40% de pastagem
	Alimento silvestre	< 10% de floresta	[10-70%[ de floresta	≥ 70% de floresta
	Madeira	sem registro de área	[0-40%[ floresta plantada	≥ 40% floresta plantada
Cultural	Estética da paisagem	< 10% de floresta e < 10% de pastagem	[10-40%[ de floresta e [10-40%[ de pastagem	≥ 40% de floresta e ≥ 40% de pastagem

**Fonte:** Elaborado a partir Nowak e Grunewald (2018).

Como pode ser observado o Quadro é composto por diferentes serviços ecossistêmicos, e por três classificações qualitativas da paisagem, que utiliza como critério o percentual de uso da terra destinado com situações específicas como floresta, solo arável e pastagem. Além disso, a próxima subseção abordará a forma utilizada para identificar informações sobre os jovens e suas percepções sobre a continuidade da propriedade rural.

### 3.2 A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE O ESPAÇO RURAL E SUA FIXAÇÃO NO LOCAL

Para responder ao terceiro objetivo específico da pesquisa foi estimada a percepção dos jovens do município sobre o espaço rural. Dessa forma, os dados referentes a essa etapa da pesquisa foram adquiridos a partir da coleta de dados primários, com uso da aplicação de questionários individuais. Para estimar a percepção, faz-se necessário o uso de questões fechadas, que utilizam uma escala ancorada nos extremos (ROSENBERG, 1960).

Rye (2006) outro autor a pesquisar a relação entre os jovens e o rural, identificou como tal população residente no interior da Noruega, a percepção desses indivíduos em relação ao rural. Dessa forma, a partir de 15 palavras-chave classificadas pelos jovens, ele caracterizou o rural norueguês, a partir das considerações realizadas pelos mesmos.

Assim, também na presente pesquisa adaptou-se o questionário de Rye (2006) mantendo o número de palavras-chave, inserindo questões referentes às características do rural no Brasil descritas na literatura e considerando o modelo teórico de Aarts e Woerkum (1994). Assim, estabeleceu-se o conjunto de palavras relevantes organizadas em três grupos quais sejam:

Experiências Emocionais: tranquilidade, comunidade, segurança, masculinização e saúde;

Convicções e Valores: honestidade, cooperação, solidariedade, respeito e fé;

Conhecimento Factual: tecnologias agrícolas, cuidados com solo, preservação ambiental, diversificação da produção e sucessão na propriedade rural.

O questionário está disponibilizado no Apêndice 1. Diante disso, a população de interesse desta pesquisa foram os jovens com idade entre 15 e 29 anos. A amostragem utilizada é a bola de neve. Segundo Magnani et al. (2005), essa forma de coleta de dados é considerada uma amostragem não probabilística. A escolha dessa técnica se deve ao fato de ela ser eficaz para a obtenção de informações relacionadas à população de difícil acesso. Os jovens no município, foram considerados população de difícil acesso, pois não há registros oficiais em relação à sua localização, podendo eles estar distribuídos por todo o território de Assis Chateaubriand.

Para dar início a essa amostragem foi necessário entrar em contato com pessoas responsáveis por escolas da rede básica de ensino localizadas nos distritos do município e no Instituto Federal local, para que esses profissionais indicassem indivíduos que fazem parte da população-alvo deste estudo e que pudessem participar da pesquisa. O período de aplicação dos questionários referiu-se a Agosto de 2018 e Abril de 2019. O questionário foi construído na plataforma *Google Docs* e compartilhado com os jovens, via *Whatsapp* e a partir de material impresso, onde as respostas aparecem, mas sem a identificação de autoria. Previamente foi aplicado um pré-teste com dez jovens, cujo resultado indicou que não havia a necessidade de realizar modificações no questionário. Ao todo foram aplicados 153 questionários, destes, 10 unidades foram descartadas devido à repetição de respostas em uma única alternativa.

### 3.2.1 Análise estatística

Em um primeiro momento foram realizadas análises de estatísticas descritivas para caracterizar a amostra. Foi então utilizada Análise Fatorial com o intuito de reduzir as

variáveis em fatores e identificar a percepção dos jovens sobre o rural local. Isto porque a análise fatorial analisa a estrutura das inter-relações das variáveis e aquelas fortemente relacionadas são agrupadas em fatores (HAIR et al., 2009). Esta técnica estatística foi amplamente utilizada anteriormente em pesquisas desenvolvidas por autores, por exemplo, como Rocha Junior et al. (2008) e Gonçalves Júnior et al. (2010).

Essa análise estatística pode ser distribuída nas seguintes etapas: Etapa 1 – análise da matriz de correlações e adequação da utilização da análise fatorial, para isso foi utilizando o teste *Kaiser-Meyer-Olkin* – KMO e teste de esfericidade de *Bartlett* (FÁVERO et al., 2009). Ambos os testes avaliam a adequação da amostra para o uso da análise fatorial. Para o teste KMO foram aceitos resultados maiores ou iguais a 0,5, pois quanto mais próximos a 1, mais adequada é a amostra para a aplicação da análise. Para o teste de esfericidade é necessária fazer a rejeição da hipótese nula, significando que a matriz não é identidade – assim há indícios de correlações significativas entre as variáveis (FÁVERO et al., 2009).

Na Etapa 2 – foi efetuada a extração dos fatores iniciais e da determinação do número de fatores, foi utilizada a análise de componentes principais, que faz uso da variância total dos dados, informando que é a análise mais indicada para quando a intenção do estudo é a identificação de fatores (FÁVERO et al., 2009). Para a determinação do número de fatores utilizou-se o critério de Kaiser, em que são extraídos fatores com valores de autovalor (*eigenvalue*) acima de 1,0. Além disso, a carga fatorial igual ou superior a 0,5 foi escolhida para indicar em qual fator é alocada a variável (HAIR et al., 2009).

Para a Etapa 3, realizou-se a rotação dos fatores, foi utilizado o método Varimax, escolhido devido às suas contribuições para o potencial interpretativo, ou seja, a solução mais simples e significativa. O Varimax é um método de rotação ortogonal que possibilita minimizar o número de variáveis com altas cargas em cada fator (HAIR et al., 2009). E, por fim, a Etapa 4, de interpretação dos fatores, que indicou como o rural é percebido pelos jovens. Na sequência, foi realizado o coeficiente de  $\alpha$  de *Cronbach*, para estimar a confiabilidade dos fatores identificados. Em relação ao resultado desse coeficiente, quanto mais próximo de 1,0, mais consistente são os resultados apresentados (PINTO et al., 2014). Sendo considerados resultados que indicam a confiabilidade valores acima de 0,7 (MICHEELS; NOLAN, 2016).

Também se questionou aos jovens sobre como eles esperavam que ocorresse a produção agropecuária na região em um futuro próximo. Para a identificação desses resultados foram utilizadas questões abertas e análise de conteúdo. As respostas referentes as questões abertas, foram lidas duas vezes e agrupadas em categorias relacionadas à produção

rural. Buscou-se também a opinião dos jovens em relação à influência de cinco variáveis, extraídas da literatura, em relação à continuidade da pequena propriedade rural na região. Sendo as variáveis, (i) sucessão de herdeiros, (ii) lucro com a comercialização da produção rural, (iii) novas tecnologias rurais, (iv) aumento da participação feminina na gestão da propriedade e (v) acesso a serviços urbanos no rural (como água encanada, energia elétrica, internet, entre outros). Essas variáveis foram identificadas no decorrer da pesquisa como questões importantes e atuais para a produção rural no Brasil, além de serem consideradas importantes para a continuidade da propriedade rural familiar na literatura internacional. Para estimar os percentuais de respostas foi utilizada estatística descritiva.

Das várias atividades rurais desenvolvidas em Assis Chateaubriand desde o início de sua colonização, a suinocultura é uma atividade que ainda tem continuidade no município. A proposta que se configura para o crescimento econômico do município está relacionada a essa atividade produtiva, mais especificadamente a atividade relacionada ao abate de suínos, ou seja, a sua agroindustrialização. Na seção 3.3 tratar-se-á, dos elementos essenciais os objetivos específicos quatro e cinco.

### 3.3 ESPACIALIZAÇÃO E PERCEPÇÃO LOCAL SOBRE O USO DA TERRA E MUDANÇAS PRODUTIVAS

#### 3.3.1 Contextualização

O município de Assis Chateaubriand está recebendo investimentos para a construção de um abatedouro de suínos que pretende ser o maior abatedouro de suínos da América Latina, sendo que esse empreendimento está sendo viabilizado na forma da ampliação da unidade de abate da Cooperativa Central Frimesa. Estima-se que, até 2022, o local terá capacidade de abate de 7.000 mil cabeças ao dia e aumentará em mais 7.000 abates até 2030, totalizando 14.000 abates de suínos por dia (IFPR, 2017). Essa cooperativa é gerida pelo conjunto de cinco cooperativas que, dentre as suas produções, fazem o encadeamento produtivo de suínos, sendo elas: (i) Cooperativa Agroindustrial Lar (sede no município de Medianeira e cujo abate de suínos é realizado pela Frimesa), (ii) C.Vale Cooperativa Agroindustrial (sede no município de Palotina e a industrialização de suínos pela Frimesa), (iii) Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol – sede no município de Nova Aurora e o abate de suínos é realizado pela Frimesa), (iv) Primato Cooperativa Agroindustrial (sede no município de Toledo e a industrialização de suínos pela Frimesa) e (v) Cooperativa

Agroindustrial Copagril (sede no município de Marechal Cândido do Rondon e o abate de suínos é realizado pela Frimesa). Observa-se que o estado do Paraná é o segundo maior produtor de carne suína e o município de Assis Chateaubriand está inserido na região Oeste do Paraná, principal região produtiva do estado (ENGEL et al., 2019).

### 3.3.2. Percepção dos residentes locais sobre o uso da terra em Assis Chateaubriand e as possíveis transformações oriundas da instalação de agroindústria suína

Esta etapa da pesquisa foi realizada com o uso de dados primários coletados com a aplicação do questionário que está disponível no Apêndice 2. A população de interesse do trabalho foi constituída por residentes locais no município de estudo e a amostragem foi considerada não probabilística. Observa-se que foram coletados 201 questionários aplicados a indivíduos diferentes, no período de Maio a Agosto de 2019. Cabe informar que esta etapa da pesquisa foi segmentada em momentos distintos. Então, no caso, o primeiro momento consistiu na análise de informações a partir do uso de estatística descritiva para caracterizar a amostra em relação aos respondentes.

Já no segundo momento foi feito uso da análise fatorial exploratória – assunto já explicado na seção anterior (3.2.1) – para identificar a percepção dos moradores em relação ao uso da terra na atualidade. Para essa identificação foi utilizado um conjunto de 12 frases afirmativas referentes ao espaço rural do município e 13 frases afirmativas relacionadas ao espaço urbano (Apêndice 2). Esse procedimento levou em consideração os trabalhos publicados por Hall et al. (2004) e Gilg (2009) especificamente para a elaboração das afirmativas sobre o uso da terra.

Identificados os fatores, utilizou-se o coeficiente de  $\alpha$  de *Cronbach* para estimar a consistência interna dos fatores, ou seja, verificar se há evidências que os fatores medem a percepção das pessoas sobre o assunto. Para isso, adotou-se, como indicador de consistência, o valor igual ou superior a 0,7. Para finalizar essa etapa, calculou-se a média dos elementos que compõem cada fator para identificar sobre o quanto eles concordam que o uso da terra do município contempla as características listadas. Como foi utilizada uma escala de resposta de 1 a 5, determinou-se que 1 e 2 representa baixa concordância, 3 uma possível concordância e 4 e 5 que há concordância em que aquelas variáveis retratem características referentes ao uso da terra (QUEIROZ et al., 2018).

Na seguinte etapa foi realizada a espacialização da possibilidade de atuação da agroindústria. A partir das informações de latitude e de longitude do novo frigorífico no



município, foi confeccionado o mapa de distância com uso da ferramenta *buffer*, disponível no programa QGIS, com distância fixa, de 100 quilômetros de raio. Esse procedimento auxiliará na identificação da espacialização das possibilidades de atuação da organização, bem como a possível mudança do uso da terra que poderá ser realizada, no decorrer dos anos, para suprir a demanda de abate do frigorífico.

A distância foi determinada a partir das considerações realizadas por Amaral et al. (2006). Para esses autores, a distância entre as granjas suínas e os frigoríficos de suínos é de aproximadamente 100 quilômetros, percorridos em 3 horas de viagem, na região Sul do Brasil (AMARAL et al., 2006). A distância é determinada observando que o tempo de viagem contribui com o aumento do estresse do animal. Observa-se que, após três horas de viagem, há necessidade de cuidados adicionais com os suínos para que não se eleve o estresse (EMBRAPA, 2012). As preocupações com o estresse dos suínos estão relacionadas ao bem-estar animal e às possíveis perdas produtivas no trajeto entre a granja e o frigorífico (SANTOS et al., 2013).

A partir da espacialização foram identificados os municípios com possibilidades produtivas para abastecer de modo eficiente o empreendimento. A partir disso, através da realização de pesquisa com a sede da cooperativa central, obtiveram-se as informações a respeito das possíveis restrições municipais para a implantação da produção suína nas propriedades rurais. As restrições dizem respeito ao meio ambiente e à localização da cooperativa central ou de uma das cooperativas que são proprietárias da primeira no município produtor. Mediante a identificação dessas características, buscou-se, na literatura, informações sobre as restrições da produção suína em relação ao meio ambiente. Ademais, foi também possível identificar informações sobre os municípios de atuação das cooperativas em seus *sites* institucionais, isso resultando em informações de possibilidade de ampliação municipal dessas empresas.

Dando continuidade à pesquisa, foram também utilizadas outras informações coletadas com o questionário sobre a percepção dos respondentes referente às possíveis mudanças que podem ocorrer no município com a implantação da agroindústria suína. Assim, foram utilizadas 14 afirmações considerando o tripé da sustentabilidade: sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social e sustentabilidade econômica (Apêndice 2), elementos consolidados como necessários ao processo produtivo. O tripé da sustentabilidade é um reconhecido elemento teórico que é constituído por três áreas (ambiental, social e econômica) que, ao serem consideradas no processo produtivo de uma empresa, possibilitam que a sua produção tenha característica sustentável. Ou seja, que seja uma produção que contemple um menor

impacto ambiental, uma maior amplitude social e um resultado econômico positivo. A opção pelo uso do tripé da sustentabilidade para a elaboração das 14 afirmações decorreu do fato de que a implantação da agroindústria implica, primeiro, limitações ambientais, como já exposto. O segundo pé, refere-se a oferta de empregos para a localidade, sendo esse seu elemento social inicial, pois outros poderão ser desenvolvidos. E, em terceiro aspecto, a iniciativa deve ser lucrativa para manter-se em funcionamento e produzir encadeamentos que também produzam resultados econômicos positivos.

Para o conjunto de respostas foi utilizada a análise de *cluster*. A análise incluiu a perspectiva da mudança, a idade dos respondentes e o tempo de residência no município. Como forma de avaliar se essas variáveis eram significativas para a formação do *cluster* utilizou-se a ANOVA – análise da variância. Optou-se pelo uso de método não hierárquico para a definição dos *clusters* devido o número de respondentes e, ainda, o uso da distância euclidiana (menor distância) para realizar os agrupamentos. Assim foram verificadas as expectativas de mudanças dos respondentes. Depois foi utilizada a correlação de *Spearman* para verificar se havia relações entre as percepções referentes ao espaço urbano e rural, bem como, com a percepção de mudanças. Por fim, utilizou-se a média para identificar a perspectiva de mudanças, sendo utilizada como regra de interpretação a mesma relacionada ao uso da terra.

Mediante isto, a partir do que foi exposto sobre a forma como foram coletados e tratados os dados, a próxima seção é utilizada para expressar as informações obtidas no decorrer deste trabalho. A organização da seção seguirá a sequência dos objetivos específicos, iniciando-se por questões históricas do município, prosseguindo com os achados com os jovens e finalizando com aquilo que foi identificado com a população geral.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 O MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: 48 ANOS DE DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL (1970 – 2018)

A Figura 7 apresenta uma vista aérea do município de Assis Chateaubriand, em 1961, de autor desconhecido, fotografia confeccionada em preto e branco. Observa-se que mesmo esta imagem não corresponder ao período temporal da análise proposta sobre o município, considerou-se que a mesma deveria ser utilizada, devido sua importância para demonstrar a paisagem que havia na localidade. A fotografia, na pesquisa, foi considerada a representação inicial da formação do município. Assim, nota-se a urbanização inicial do município a partir da derrubada da vegetação natural e substituição por ruas e construções. Pode-se observar ainda, que a clareira aberta na mata densa é ocupada por um número pequeno de construções características da área urbana de uma localidade. Além disso, nos extremos da clareira podem ser identificadas áreas em que a mata já havia sido retirada e ainda não havia sido substituída, ou seja, áreas expostas aguardando seu novo uso. Observa-se, ainda, para além da clareira, a vegetação natural referente ao bioma Mata Atlântica, característico da região e ainda não substituído no momento da fotografia.

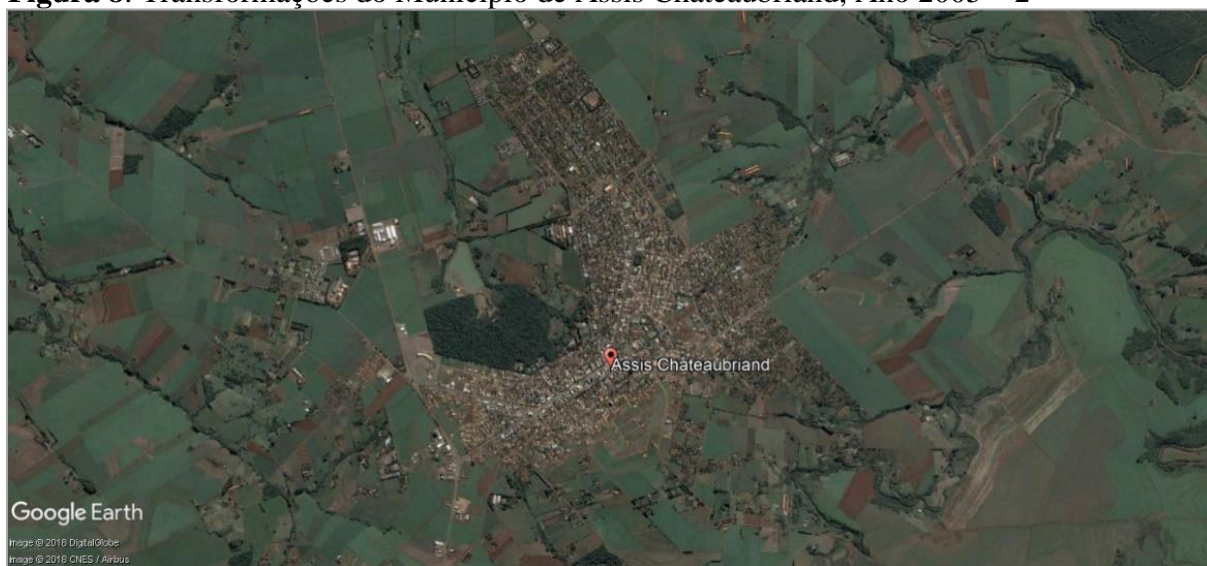
**Figura 7:** Transformações do Município de Assis Chateaubriand, 1961 – 1



**Fonte:** Acervo da biblioteca municipal de Assis Chateaubriand (1961).

A Figura 8 refere-se ao ano de 2005, é colorida e foi coletada por meio do uso de geotecnologias, disponibilizada pelo *Google Earth* Pró. O ano de 2005 é o primeiro com registros no *Google Earth* Pró para o município e mostra uma localidade totalmente diferente, se comparada à Figura 7. A imagem mostra uma maior abrangência sobre a área do município. Essa maior abrangência foi possível devido ao desenvolvimento tecnológico ocorrido na área das geotecnologias, que têm proporcionado aumento na qualidade de informações via imagem de satélite. Além disso, é possível observar, com a imagem, a indicação da substituição da maioria da vegetação natural do município na proporção territorial captada pela imagem, por área rural e urbana, com predominância rural. A vegetação natural remanescente em área urbana é a denominada área de conservação – Parque Ecológico São Francisco de Assis, criado em 1978, também conhecido popularmente como “horto”. Essa área totaliza 496.100 m<sup>2</sup> e é utilizada como lazer pelos residentes do município de Assis Chateaubriand.

**Figura 8:** Transformações do Município de Assis Chateaubriand, Ano 2005 – 2



**Fonte:** *Google Earth* Pró (2018).

A Figura 9 mostra uma imagem do município referente ao ano de 2018. É colorida e foi coletada também por meio do uso de geotecnologias, disponibilizada pelo *Google Earth* Pró. A comparação da área urbana nas três imagens denota que ocorreu um adensamento urbano maior em 2018.

**Figura 9:** Transformações do Município de Assis Chateaubriand, Ano 2018 – 3



**Fonte:** *Google Earth* Pró (2018).

Neste movimento de análise, também fez-se uso do Ipardes (2019) que disponibiliza informações sobre o Grau de Urbanização dos municípios paranaenses, para anos próximos aos das imagens, que auxiliam na verificação do aumento da população urbana no município. Assim, o Grau de Urbanização é o resultado da relação (%) entre a população urbana e a população total de uma localidade. Em 1980, o Grau de urbanização para o município de Assis Chateaubriand era de 52%, aumentado para 86% em 2007 e para 88% em 2010. Infelizmente não há informações censitárias anteriores a 1980 ou posteriores a 2010, contudo o que se pode observar em relação à área urbana do município, nas três imagens disponibilizadas anteriormente e confirmado pelo Grau de urbanização, é que, quanto mais recente, maior é a área em que há presença de construções e pessoas.

As imagens dos anos de 2005 e 2018 proporcionam a visibilidade da paisagem alternada característica do processo produtivo agrícola e urbano. Em 2005, a vegetação agrícola está aparente, ou seja, de forma que há cobertura do solo. Em 2018, a imagem mostra o encerramento de um ciclo produtivo dentro da propriedade rural, de forma que o solo está exposto, aguardando novo plantio ou o crescimento da vegetação. Poderia haver outros motivos para que o solo estivesse exposto como mineração ou degradação de terra, porém não foram identificados estudos que revelem essas características para o município. Além disso, o mês da imagem corresponde ao período de colheita da produção. Por isso se justifica a exposição do solo com o encerramento de um ciclo produtivo dentro da porteira.

Swain (1988) considera que a criação do município esteve relacionada à expansão da fronteira agrícola da Região Oeste do Paraná, ocorrida na década de 1950, com o intuito de

auxiliar o suprimento da demanda alimentar da Região Sudeste do país. Dessa forma, o projeto urbanístico do município, para Lima (2004), está associado a negociações agrícolas e imobiliárias. Além disso, Marques (2017) observa que essa colonização esteve vinculada a um conjunto de interesses por parte dos diferentes agentes que compuseram o cenário. No que se refere à colonizadora, essa empresa estava focada nos lucros gerados com a comercialização das terras. Quanto ao estado do Paraná, devido ao fato de a área municipal estar no raio de ação da fronteira Brasil-Paraguai, interessava reforçar o desenvolvimento da política de povoamento e segurança. E, quanto à população atraída ao território, de diversificada procedência, a esperança de melhoria das condições de vida.

Em relação a essa esperança de melhorias, a Figura 10 reforça a ideia apresentada por Boritza (2011), que indica que houve uma propaganda intencional dos promotores iniciais do município para atração das pessoas para uma localidade que criava expectativas de progresso. A imagem ilustra a Avenida Tupãssi, área central do município na década de 1960, de autor desconhecido. Observa-se que não havia asfaltamento na época, ocorrido posteriormente, em meados da década de 1970. Na placa, o município de Assis Chateaubriand foi considerado a “capital do progresso” e se fazia um convite para que as pessoas de fora o conhecessem. A mensagem induz à crença de que os indivíduos que residiam no local eram beneficiados pelos resultados oriundos do progresso que estava acontecendo.

**Figura 10:** “Capital do Progresso” – Assis Chateaubriand na década de 1960



**Fonte:** Acervo da biblioteca municipal de Assis Chateaubriand – 2018.

Posteriormente, contudo, mesmo com o uso do *slogan* “Capital do Progresso” e o deslocamento das pessoas para o município, como demonstrou Souto Maior (1996), esses fatores não garantiram a permanência de todos os que ali chegaram, como apontado também por Rippele (2005). De tal modo que outro *slogan* poderia ter sido utilizado para o município no decorrer de sua história, “Capital da Promessa”, devido alguns mitos criados no local, sobre a atração de empresas ou instituições que poderiam ter contribuído para que houvesse um maior desenvolvimento do município. Contudo, as mesmas estavam destinadas a outras localidades, ou como Souto Maior (1996) relata, foram implantadas no município, inicialmente anunciadas como algo próspero, mas a história demonstra que não trouxeram os resultados esperados.

Quanto à população chateaubriandense, pode ser identificada a sua variação no decorrer dos anos, sendo que, quando negativa, indica que houve insucessos na permanência das pessoas no local, de maneira que parte dos indivíduos migrou para outras localidades. Observa-se que os registros realizados pelos Censos Demográficos revelam que a população do município foi reduzida a cada pesquisa realizada no período de 1970 a 2010, tendo essas reduções sido de 30,5% entre 1970 e 1980, de 27,3% entre 1980 e 1991, de 16% entre 1991 e 2000 e de 0,9% entre 2000 e 2010.

Comparando o primeiro com o último ano (1970 e 2010), a redução da população foi de 58%. Pois, em 1970, o município possuía um total de 78.600 pessoas e em 2010, este valor foi reduzido para 33.025. Outro aspecto que pode ser verificado são os percentuais entre a população masculina e feminina no município, tanto no espaço urbano quanto no rural. Por fim, observa-se que, no município, apenas na década de 1970 a população rural era predominante no município (86%) e em 2010, houve inversão, tornando o urbano com a maior concentração populacional (88%) (Tabela 1). Isso novamente se refere ao Grau de urbanização, conforme disponibilizado pelo IPARDES (2019), para demonstrar o adensamento populacional do município na área urbana em período de tempo maior, iniciado em 1980 com 52%, alterado para 73% em 1991, ampliado para 81% em 2000 e aumentado para 88% em 2010.

**Tabela 1:** Residentes no município de Assis Chateaubriand, por sexo e situação do domicílio – 1970 a 2010

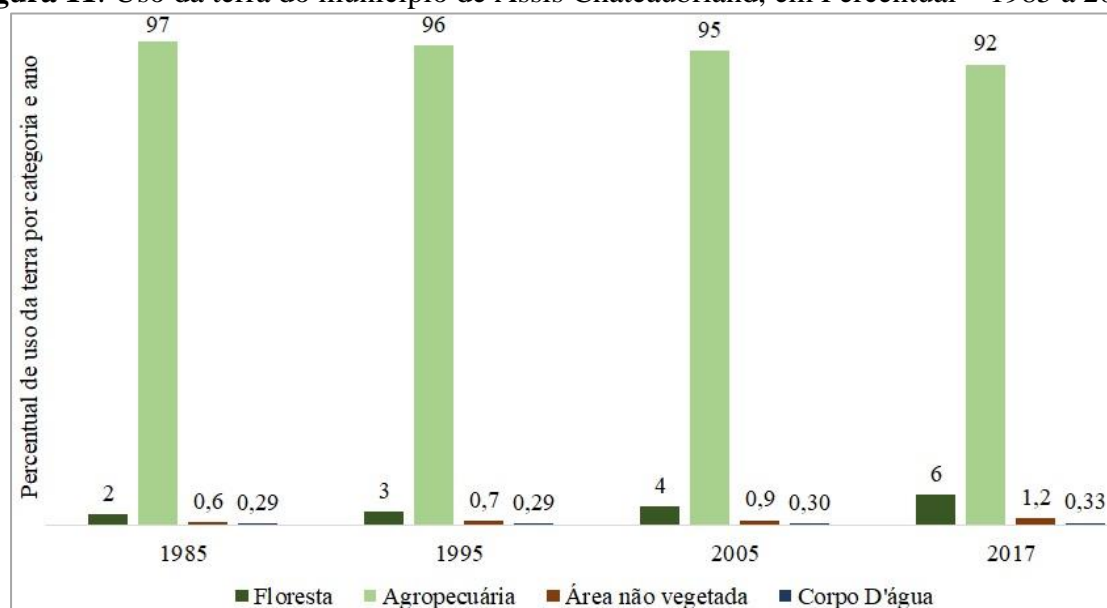
	1970			1980			1991		
	Homens (%)	Mulheres (%)	Total	Homens (%)	Mulheres (%)	Total	Homens (%)	Mulheres (%)	Total
<b>Total</b>	52	48	78.600	51	49	54.629	50	50	39.737
<b>Urbana</b>	51	49	11.239	50	50	28.379	49	51	28.835
<b>Rural</b>	53	47	67.361	52	48	26.250	52	48	10.902

	2000			2010			Variação População Total - 1970 e 2010 (%)		
	Homens (%)	Mulheres (%)	Total	Homens (%)	Mulheres (%)	Total	Total	Homens	Mulheres
<b>Total</b>	49	51	33317	49	51	33025	-58	-61	-55
<b>Urbana</b>	49	51	27.052	49	51	29.013	158	149	168
<b>Rural</b>	51	49	6.265	51	49	4.012	-94	-94	-94

Fonte: Elaborado a partir do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Após verificar os dados sobre a população do município, outras informações puderam ser identificadas. Dentre as informações disponíveis está o uso da terra. A Figura 11 traz as informações referentes a essa organização no período de 1985 a 2017. Foi estimado o percentual de participação das categorias de uso da terra, i) Floresta, ii) Agropecuária, iii) Área Não Vegetada e iv) Corpo d'Água, sendo essas as categorias tradicionais de análise de uso da terra na Geografia. Pode-se observar que a categoria de uso da terra identificada como Agropecuária é aquela que ocupou, em todos os anos de análise, o maior número de hectares de terra disponíveis no município.

**Figura 11:** Uso da terra do município de Assis Chateaubriand, em Percentual – 1985 a 2017

Fonte: Elaborado a partir de MapBiomias (2019a).

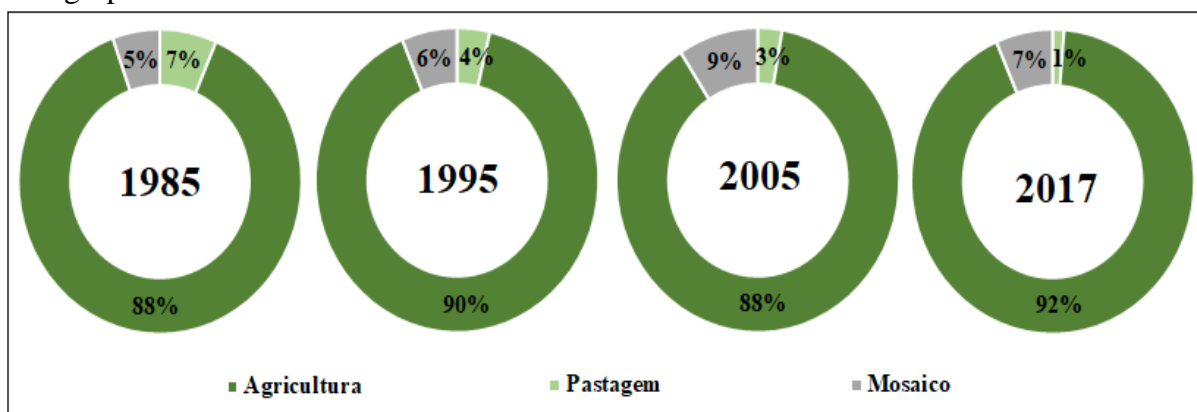


Destaca-se que as categorias de uso da terra podem ser distribuídas em subcategorias, de forma a oferecer informações mais detalhadas sobre cada categoria. A primeira categoria é Floresta, que, em Assis Chateaubriand, nos anos de 1985 e 1995, foi constituída exclusivamente por Floresta Natural, ou seja, formação vegetal natural. Em 2005, essa composição já se encontrava alterada, pois 0,34% dos hectares referentes à categoria Floresta estavam ocupados por Florestas Plantadas, sendo que, em levantamento recente, em 2017, esse percentual aumentou para 7,3%, indicando a permanência e a ampliação dessa produção rural. Cabe aqui mencionar que florestas plantadas são aquelas produzidas com a finalidade comercial, como, por exemplo, as de eucalipto (MAPBIOMAS, 2019b).

A segunda categoria de análise é a Agropecuária, que pode ser distribuída em três subcategorias, quais sejam, a) Pastagem, b) Agricultura e c) Mosaico de agricultura ou pastagem – observando-se que esta última subcategoria contém as áreas em que não foi possível distinguir se eram áreas de pastagem ou agrícolas (MAPBIOMAS, 2019b). Mediante os resultados identificados com o uso da terra de Assis Chateaubriand, a partir de suas características, considerando a relevância da categoria Agropecuária para o município, optou-se por detalhá-la, a partir de suas subcategorias.

Entre as subcategorias que compõem a categoria Agropecuária, destaca-se a Agricultura, que ocupa o maior percentual de hectares da categoria (Figura 12). O valor identificado nos anos analisados nunca foi inferior a 88%, sendo esse considerado um valor expressivo, indicando a relevância desse uso da terra para município e, ainda, a manutenção desse perfil no decorrer dos anos. Além disso, observa-se que a subcategoria Pastagem tem sido reduzida no decorrer do tempo, passando de 7% em 1985 para 1% em 2017. E no caso do mosaico observa-se uma variação no decorrer dos anos.

**Figura 12:** Percentual de uso da terra do município de Assis Chateaubriand, por subcategorias da Agropecuária - 1985 a 2017



Fonte: Elabora pelo autor a partir MapBiomias (2019b).

Dando continuidade à análise das categorias utilizadas para identificar o uso da terra do município, no decorrer dos anos, a próxima categoria é a área não vegetada. Esse agrupamento de uso da terra do município é formado, desde 1985, pelas subcategorias Infraestrutura Urbana e Outra Área Não Vegetada. Esta última subcategoria, para o MapBiomias (2019b), no bioma Mata Atlântica, é formada por áreas de superfícies não permeáveis que não puderam ser classificadas nem infraestrutura urbana nem em mineração. Ocorre que essa categoria de análise tem aumentado no decorrer dos anos, entre 1985 e 2017, pois há um crescimento de 124,5% no uso da terra. A predominância de classificação nas subcategorias identificadas refere-se à infraestrutura urbana, superior a 85%, em todos os anos de análise.

E, por último, a categoria Corpo d'Água, é relacionada a todo tipo de recurso hídrico, porém em Assis especifica-se a local com água doce. Os registros denotam que há um aumento de 15% no número de hectares de recursos hídricos identificado em 1985 e 2017. Esse aumento está relacionado a ações governamentais de incentivo à preservação de mata ciliar nos rios e à conservação de nascentes, tendo em vista que o estado tem uma trajetória de incentivos a implantação de políticas públicas ambientais, como o caso do pagamento, por serviços ambientais (NASCIMENTO et al., 2011).

Depreende-se que deve ser considerado que a terra é um recurso natural utilizado em diferentes atividades humanas e, por isso, é reconhecida a sua importância (BAJA et al., 2002; BESTELMEYER et al., 2004). Dessa forma, medidas devem ser utilizadas para reduzir as possibilidades de haver problemas com esse recurso, como para reduzir a degradação e processos erosivos que possam inviabilizar seu uso (ZHANG et al., 2018a). No caso de Assis Chateaubriand, foi identificado um uso da terra direcionado, em sua maioria, para atividades agrícolas e, dessa forma, é exigida, segundo Serra (2005), a utilização de manejos específicos para as características produtivas. Essa medida pode ser eficiente na redução do empobrecimento do solo ao final ciclos produtivos, dentre outros problemas que a falta do uso de manejo pode ocasionar.

Observa-se que problemas de comprometimento do solo podem ocorrer em espaços rurais e urbanos. Por isso, identificar as características dos solos antes de realizar seu planejamento de uso, de forma a criar uma seletividade para as áreas, é uma importante medida a ser tomada, seja por gestores, seja por usuários desse recurso natural (CAMPOS et al., 2010; CUNHA; PINTON, 2012). Há que considerar que impactos ambientais no solo, ocasionados por atividades não compatíveis com as suas características, podem resultar em outros aspectos negativos nos demais recursos naturais relacionados, como a contaminação de

águas subterrâneas (EMBRAPA, 2013). Dessa forma, a sustentabilidade da utilização da terra deve ser considerada como sendo um aspecto influente para as questões econômicas, de provisão alimentar, de conservação ambiental e de desenvolvimento regional de determinada localidade (SPALDING, 2017; MERTZ; MERENS, 2017; WANG et al., 2018b).

Para complementar a análise referente ao uso da terra foram utilizados indicadores do Efeito Escala – EE e o Efeito Substituição – ES a partir do modelo *Shift-Share*, o que possibilitou identificar a variação da área em relação a cada uso da terra no município, no período de 1987 a 2017. Em relação ao EE, denota-se que seu comportamento foi distinto conforme o período analisado, positivo em 1987-1997, indicando expansão total de 9,2 hectares de terra. O ES revela quais foram os usos da terra que cederam ou absorveram terras no período de análise. No período 1987-1997, a categoria Floresta ampliou o seu uso da terra (514,3 hectares), enquanto as demais reduziram o seu tamanho, sendo que a maior redução no uso da terra ocorreu na categoria Agropecuária (449,2 hectares) (Tabela 2).

**Tabela 2:** Decomposição do Efeito Área em Efeito Escala – EE e em Efeito Substituição – ES no período de 1987-1997 – Uso da terra no município

Uso da terra no município - Ano	Variação da área (1987-1997)		EE (1987-1997)		ES (1987-1997)	
	1987	1997	(ha)	(%)	(ha)	(ha)
Floresta	2.255,89	2.770,4	514,6	22,8	0,2	514,3
Agropecuária	93.838,6	93.398,00	-440	-0,5	8,9	-449,2
Corpo D'água	283,58	275,09	-8,49	-3,0	0	-8,5
Área Urbana	538,17	481,62	-56,6	-10,5	0,1	-56,6
<b>Total</b>	<b>96.916,2</b>	<b>96.925,11</b>				

**Fonte:** Elaborado a partir Mapbiomas (2019).

Na Tabela 3 entre 1997-2007, o EE foi negativo, indicando retração de 166,7 hectares de terra. Em relação ao ES, em 1997-2007, a categoria Agropecuária reduziu a sua área (1.694 hectares), enquanto as demais categorias absorveram os hectares cedidos, tendo a categoria Floresta provocado a principal absorção (48,3%) (1.344,3 hectares).

**Tabela 3:** Decomposição do Efeito Área em Efeito Escala – EE e em Efeito Substituição – ES no período de 1997 - 2007 – Uso da terra no município

Uso da terra no município - Ano	Variação da área (1997-2007)		EE (1997-2007)		ES (1997-2007)	
	1997	2007	(ha)	(%)	(ha)	(ha)
Floresta	2.770,4	4.109,92	1.339,48	48,3	-4,8	1.344,3
Agropecuária	93.398,00	91.543,7	-1.854,58	-2,0	-160,6	-1.694,0
Corpo D'água	275,09	285,44	10,35	3,8	-0,5	10,8
Área Urbana	481,62	819,74	338,12	70,2	-0,8	338,9
<b>Total</b>	<b>96.925,11</b>	<b>96.758,8</b>				

Fonte: Elaborado a partir Mapbiomas (2019).

Por fim, entre 2007-2017, o comportamento do EE retornou a ser positivo, voltando a expandir 10,3 hectares. A principal variação de uso do EE está na categoria agropecuária. Esses comportamentos indicam mudanças no uso da terra no município no decorrer dos anos analisados. Há que aqui lembrar que a maioria dos hectares utilizados no município tem finalidades agropecuárias desde a década de 1970. Possivelmente por esse motivo ocorra uma maior variação nessa categoria, pois o uso pode ter sido alterado conforme o mercado de comercialização de produtos agropecuários. Em relação ao ES do período de 2007-2017, novamente a categoria Agropecuária reduziu a sua área (1.986,1 hectares) e novamente em razão da absorção principalmente pela categoria Floresta (1.752,5 hectares) (Tabela 4). O uso da terra na categoria Floresta pode estar relacionado à atividade econômica rural de produção vegetal, para a confecção de produtos em que a matéria-prima é a celulose, bem como, pode referir-se a áreas de conservação ambiental.

**Tabela 4:** Decomposição do Efeito Área em Efeito Escala – EE e em Efeito Substituição – ES no período de 2007-2017 – Uso da terra no município

Uso da terra no município - Ano	Variação da área (2007-2017)		EE (2007-2017)		ES (2007-2017)	
	2007	2017	(ha)	(%)	(ha)	(ha)
Floresta	4.109,92	5.862,8	1.752,88	42,6	0,4	1.752,5
Agropecuária	91.543,7	89.567,4	-1.976,3	-2,2	9,8	-1.986,1
Corpo D'água	285,44	320,21	34,77	12,2	0	34,7
Área Urbana	819,74	1.018,75	199,01	24,3	0,1	198,9
<b>Total</b>	<b>96.758,8</b>	<b>96.769,16</b>				

Fonte: Elaborado a partir Mapbiomas (2019).

Utilizando os indicadores EE e ES, foram analisadas as especificidades do uso da terra do rural de Assis Chateaubriand no período de 1970-2017 (Tabela 5). Em relação ao EE, ocorre que no primeiro período de 1970-1995, o comportamento indicou a expansão de 1.638,9 hectares de terra. O uso da terra com finalidades da produção de culturas agrícolas

temporárias foi responsável por 64% dessa alteração. Já no segundo período, o de 1995-2017, se visualiza a redução de 11.117 hectares, em que se destaca novamente o uso da terra para produção de cultura temporária, representada por 84% da alteração, seguida de pastagem plantada, representada por 10% do total.

No tocante ao ES, ocorreu a identificação de que a atração de terras para a substituição, entre 1970-1995, referiu-se ao plantio de culturas temporárias (95% dos hectares de terra) e matas e florestas plantadas (5% dos hectares de terra substituídos). Para que houvesse essa substituição, foram reduzidos, principalmente, os usos de terra com o plantio de culturas agrícolas permanentes (53% dos hectares cedidos), matas e florestas naturais (39% dos hectares cedidos) e terras produtivas não utilizadas (6% dos hectares cedidos).

**Tabela 5:** Decomposição do Efeito Área em Efeito Escala – EE e Efeito Substituição – ES no período de 1970-2017 – Uso da terra rural

Uso da terra rural - ano			Variação da área (1970-1995)		EE (1970- 1995)	ES (1970- 1995)
	1970	1995	(ha)	(%)	(ha)	(ha)
Permanente	10.263	385,00	-9.878	-96,2	194,6	-10.072,6
Temporária	55.024	74.182,00	19.158	34,8	1.043,2	18.114,8
Pastagem natural	698	602,00	-96	-13,7	13,2	-109,2
Pastagem plantada	9.008	8.959,00	-49	-0,5	170,8	-219,8
Matas e florestas naturais	9.678	2.437,00	-7.241	-74,8	183,5	-7.424,5
Matas e florestas plantadas	105	994,00	889	846,7	1,9	887,0
Terras produtivas não utilizadas	1.671	527,00	-1.144	-68,7	31,7	-1.175,7
<b>Total</b>	<b>86.447</b>	<b>88.086</b>				
Uso da terra rural - ano			Variação da área (1995-2017)		EE (1995- 2017)	ES (1995- 2017)
	1995	2017	(ha)	(%)	(ha)	(ha)
Permanente	385,00	55	-10.208	-99,5	-48,6	-281,4
Temporária	74.182,00	67.684	12.660	23,0	-9.362,2	2.864,2
Pastagem natural	602,00	1.197	499	71,5	-76,0	671,0
Pastagem plantada	8.959,00	1.315	-7.693	-85,4	-1.130,7	-6.513,3
Matas e florestas naturais	2.437,00	6.464	-3.214	-33,2	-307,6	4.334,6
Matas e florestas plantadas	994,00	254	149	141,9	-125,4	-614,6
Terras produtivas não utilizadas	527,00	0	-1.671	-100,0	-66,5	-460,5
<b>Total</b>	<b>88.086</b>	<b>76.969</b>				

**Fonte:** Elaborado a partir de IBGE (1970; 1995; 2017).

Na segunda análise referente ao período, 1995-2017, os usos que atraíram áreas foram o plantio de culturas agrícolas temporárias (36,4% dos hectares substituídos), matas e florestas naturais (55,1% dos hectares substituídos) e pastagem natural (8,5% dos hectares substituídos). Nesse contexto, matas e florestas naturais foi a categoria responsável pela maior

atração para a substituição de uso da terra. Isso indica que as políticas públicas ambientais para o espaço rural têm influenciado o uso da terra no município, como o Código Florestal. A principal redução no uso da terra esteve na categoria pastagem plantada (83% das áreas cedidas para a substituição).

Após essas análises referentes às alterações que foram realizadas no uso da terra do município, optou-se por verificar de forma imagética o uso da terra na atualidade. Para isso foi necessário identificar os valores referente ao uso da terra e realizar análise de imagens de satélite. Em 2018, o uso da terra do município de Assis Chateaubriand foi identificado como sendo composto por categorias de análise i) Agropecuária, ii) Área Urbana, iii) Corpo d'Água, iv) Solo Exposto e v) Vegetação Natural, conforme exposto na Tabela 6. Percebe-se que foi acrescida, nesta análise, se comparada às informações obtidas no MapBiomas (2019a), a categoria Solo Exposto. Essa informação é o resultado da análise do processamento da imagem referente ao mês de junho de 2018. No caso, a existência de solo exposto no município pode ser resultado da colheita do chamado milho safrinha, colheita geralmente realizada entre os meses de abril e junho do respectivo ano (PEREIRA FILHO, 2015).

**Tabela 6:** Distribuição do uso da terra, no município de Assis Chateaubriand – 2018

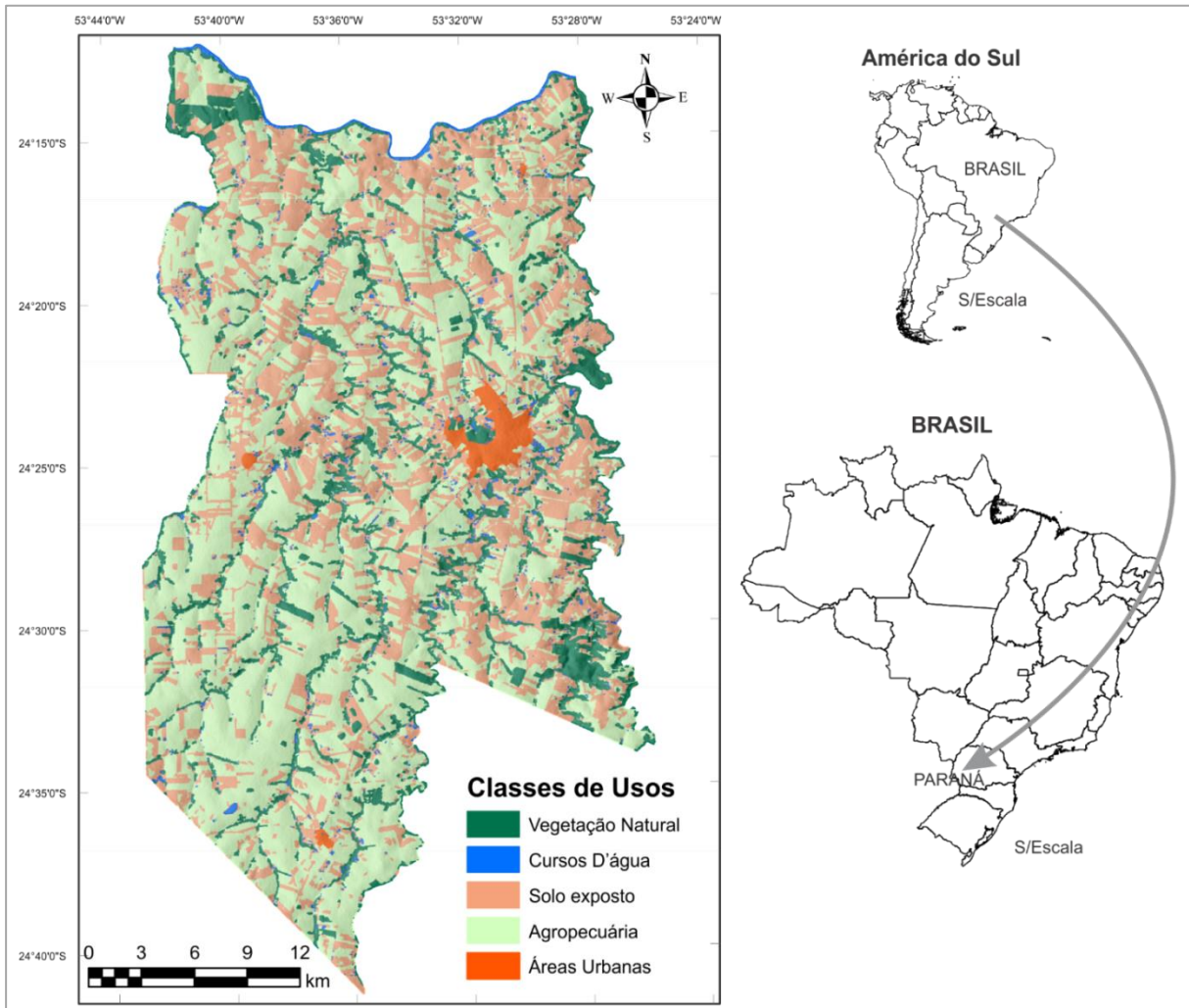
Classe de uso da terra	Quantidade de hectares	%
Agropecuária (agricultura, pecuária e florestal)	59.420	61,5
Área Urbana	1.509	1,6
Corpo d'Água	3.253	3,4
Solo Exposto	23.290	24
Vegetação Natural	9.143	9,5
Total	96.615	100

**Fonte:** Dados da pesquisa (2018) e IPARDES (2018).

Na sequência, a Figura 13 representa o uso da terra do município de análise em 2018, ou seja, ela representa as informações contidas na Tabela 4, em que cada classe de uso está representada por uma cor distinta. Como indicado anteriormente, é visível o uso predominante da terra no município com finalidade da categoria Agropecuária. Vale dizer que são predominantes as áreas em que houve a substituição da cobertura vegetal natural com finalidades de produção rural. Tal medida tem consequências ambientais específicas para o bioma local. No caso, o bioma Mata Atlântica pode ser caracterizado como uma floresta tropical. Dessa forma, ao ser realizada a substituição da cobertura lenhosa por área agrária, como é o caso do município, provoca efeitos negativos no clima, nas reservas de carbono do solo, nos recursos hídricos e na biodiversidade (SIBANDA et al., 2016). As mudanças no uso da terra ocorridas podem ter afetado os serviços ecossistêmicos locais referentes à produção

de alimentos, energia vegetal, água, plantas ornamentais e medicinais, condizentes com o bioma (PULLANIKKATIL et al., 2016).

**Figura 13:** Uso da terra do município de Assis Chateaubriand – Paraná – 2018.



**Fonte:** Elaborado a partir de arquivos vetoriais obtidos no IBGE (2015).

Nesse contexto, como um adicional às análises realizadas, foi proposta a análise qualitativa da paisagem rural (Tabela 7) a partir da metodologia desenvolvida por Nowak e Grunewald (2018) e adaptada para o contexto do município de Assis Chateaubriand. Por essa análise se pode observar que no município há altos fluxos de serviços ecossistêmicos de provisionamento específico para a produção agrícola nos diferentes anos de análise, isso representado pelo valor 3. E, em relação aos demais serviços, eles são considerados baixos fluxos, representados pelo valor 1, o que indica que a paisagem é homogênea e que concentra o uso da terra nas práticas agrícolas.

**Tabela 7:** Avaliação Qualitativa da Paisagem

Avaliação Qualitativa da Paisagem		1987	1997	2007	2017
<b>Serviços</b>					
Regulação	Clima	1	1	1	1
	Qualidade do Ar	1	1	1	1
	Fluxo de Água	1	1	1	1
	Purificação de Água	1	1	1	1
	Nutrientes	1	1	1	1
	Erosão	1	1	1	1
	Polinização	1	1	1	1
	Controle de Pragas	1	1	1	1
	Agricultura	3	3	3	3
Provisionamento	Pecuária	1	1	1	1
	Alimento Silvestre	1	1	1	1
	Madeira	1	1	1	1
Cultural	Estética da Paisagem	1	1	1	1

**Fonte:** Elaborado a partir de Nowak e Grunewald (2018) e Mapbiomas (2019a).

Observa-se que a variedade no uso da terra é mais favorável à sustentabilidade da paisagem do que a homogeneidade (PALOMO et al., 2014), contudo ainda é desconhecida a estimativa de valor referente à heterogeneidade desejada (BLASCHKE, 2006). Tendo em vista que a diversidade espacial aumenta a possibilidade de preservação de *habitats* (BIGGS et al., 2012), bem como a existência de número maior de espécies e de processos ecossistêmicos (NOWAK, GRUNEWALD, 2018), então os resultados identificados tendem a implicar para o município perdas no âmbito da biodiversidade no decorrer de seu processo de colonização, ou seja, a redução de espécies vegetais e animais no decorrer de seu processo de substituição de vegetação natural.

Nesse contexto referente ao uso da terra, quando relacionada ao espaço rural, detecta-se que há uma relação direta com a produção realizada na localidade, ou seja, a terra, principalmente no espaço rural, é um recurso natural que possibilita a produção, tradicionalmente alimentar. Para corroborar com esse cenário, foram identificados alguns registros de algumas produções realizadas no município de Assis Chateaubriand nas décadas de 1960 e de 1970. A Figura 14, de autor desconhecido, é um registro do desmatamento da vegetação nativa do município.

Observe-se o gigantismo do tronco de árvore sobre o caminhão – gigantismo característico do Bioma Mata Atlântica. O tamanho dessa árvore abatida possibilita considerar que transcorreram muitas e muitas década, senão séculos, para que ela alcançasse esse diâmetro. Possivelmente se trata de uma madeira de lei, que despertava o interesse das pessoas devido à qualidade para construções próprias e para a comercialização. Souto Maior (2006) registrou esse interesse no município em seu livro ao considerar que a colonização



ocorreu quando a localidade era coberta por madeiras de lei, palmito e por terra roxa. E, ainda, “[...] apresentava-se aos cobiçosos olhos dos desbravadores do Vale do Rio Piquiri como um presente divino da mãe natureza aos futuros colonizadores, sofridos pioneiros de sonhos de riqueza, poder e glória” (SOUTO MAIOR, 2006, p. 25).

**Figura 14:** Extração da vegetação nativa no município de Assis Chateaubriand, entre 1960 e 1970



**Fonte:** Acervo da biblioteca municipal de Assis Chateaubriand – 2018.

A substituição da vegetação natural foi realizada por uma agricultura de subsistência e também comercial. Dentre as variedades cultivadas havia uma produção expressiva de hortelã, de que era extraído o seu óleo, o que demandava grande quantia de mão de obra (PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND, 2019). A Figura 15 retrata o transporte dessa produção após a colheita. Trata-se, novamente, de uma imagem em preto e branco, registrada por autor desconhecido.

**Figura 15:** Transporte da produção de hortelã, entre 1960 e 1970



**Fonte:** Acervo da biblioteca municipal de Assis Chateaubriand – 2018.

Outra produção agrícola realizada no período no município e de que há disponível uma imagem é a produção de café, registrada por autor desconhecido (Figura 16). A produção de café era realizada nas áreas mais altas das propriedades, ou seja, nas cabeceiras, devido às geadas, como medida para evitar a sua perda (PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND, 2019). As geadas eram frequentes no período no estado do Paraná e caracterizadas como muito fortes, por isso matavam a produção agrícola que estava no campo, o que merecia uma atenção adequada dos produtores. Os registros desse fenômeno natural, no período, referem-se aos anos de 1953, 1955, 1969, 1972, resultando em quebras de safra de café em 50%, sendo que em 1975 ocorreu a geada considerada mais forte, que aniquilou esse cultivo (SERRA, 2010). Observa-se que o município, nesse período, produzia outras culturas alimentares, porém não foram identificados registros fotográficos referentes a essas produções. Posteriormente irão especificadas as culturas alimentares que eram produzidas.

**Figura 16:** Produção de café, entre 1960 e 1970



**Fonte:** Acervo da biblioteca municipal de Assis Chateaubriand – 2018.

Tal como se observou em vários processos de colonização do país, havia, em Assis Chateaubriand, uma demanda intensa por imigrantes, trabalhadores que eram fundamentais para realizar o desbravamento e a ocupação econômico-demográfica do local e da região tal qual apontado por Rippel (2005). Dessa forma, em 1970 as pessoas ocupadas com as atividades rurais, com ou sem remuneração no município, totalizavam 43.629 indivíduos, sendo 24.840 homens, dos quais aproximadamente 70% tinham 14 anos ou mais de idade. O total de mulheres ocupadas era de 18.789, das quais cerca de 65% tinham idade igual ou superior a 14 anos. Segundo o IBGE (1970), a maioria da mão de obra utilizada era constituída pelo proprietário rural e os seus familiares, perfazendo um total de, aproximadamente, 90% dos indivíduos ocupados.

Dentre as produções agropecuárias realizadas no decorrer da história do município, há predominância agrícola referente à produção de culturas temporárias. Essa configuração permaneceu no decorrer dos anos analisados (Tabela 8). O fato mais curioso nessa configuração do espaço rural chateaubriandense está na predominância produtiva de culturas temporárias, de modo a contrariar os ditos populares referentes à predominância da produção

cafeieira, com muitas culturas no estado do Paraná até meados da década de 1970, porém em regiões no norte-noroeste do mapa paranaense.

**Tabela 8:** Uso da terra rural do município de Assis Chateaubriand – Paraná – 1970 a 2017

Uso da terra rural	Ano/hectares					
	1.970	1.975	1.985	1.995/96	2006	2017
Permanente	10.263	12.980	774	385	423	55
Temporária	55.024	74.194	74.260	74.182	70.109	67.684
Pastagem natural	698	2.642	188	602	592	1.197
Pastagem plantada	9.008	9.010	8.217	8.959	4.536	1.315
Matas e florestas naturais	9.678	2.724	1.218	2.437	7.359	6.464
Matas e florestas plantadas	105	103	696	994	69	254
Terras produtivas não utilizadas	1.671	2.143	1.183	527	0	0
<b>Total</b>	<b>86.447</b>	<b>103.796</b>	<b>86.536</b>	<b>88.086</b>	<b>83.088</b>	<b>76.969</b>

**Fonte:** Elaborado a partir do IBGE (1970, 1975, 1985, 1996, 2006, 2017).

Na hipótese de ter havido, no município, uma produção cafeeira maior, ou seja, em áreas produtivas maiores, essa produção provavelmente já tinha sido substituída por outra cultura agrícola antes mesmo da geada negra de 1975. O que se depreende dessas substituições é que houve sucessivas geadas anuais a partir de 1953 (SERRA, 2010) e que podem ter sido a motivação principal para a mudança produtiva. Essa constatação fica mais evidente quando se observam os registros do Censo Agropecuário de 1970. Em relação ao valor da produção do respectivo ano, foi identificado que o setor rural chateaubriandense produziu Cr\$ 35.254 mil cruzeiros, dos quais, 86% se referiam ao que foi produzido pelas lavouras temporárias e 0,44% por lavouras permanentes.

Ademais, a Tabela 9 a seguir indica as áreas utilizadas para a produção de culturas agrícolas com disponibilidade de informação entre 1970 e 1985, informação em que as maiores áreas para culturas temporárias e permanentes foram evidenciadas. Dessa informação se pode depreender que as culturas temporárias são aquelas com as maiores áreas produtivas, sendo a soja e o milho incluídos no agrupamento com maior área produtiva em todos os anos.

**Tabela 9:** Área (ha) destinada à produção agrícola por cultura – 1970 a 2018

Cultura Agrícola	Área (ha)/Ano					
	Cultura Permanente	1970	1985	1995	2005	2018
Banana		<b>148</b>	30	12	0	<b>20</b>
Café		90	<b>252</b>	0	<b>16</b>	14
Laranja		16	59	10	0	0
Tangerina		0	83	<b>16</b>	0	0
Uva		15	13	<b>16</b>	0	5
<b>Cultura Temporária</b>						
Algodão em caroço		<b>19.280</b>	<b>6.025</b>	<b>6.000</b>	10	0
Amendoim em casca		371	576	5	50	0
Arroz em casca		2.680	0	800	600	10
Aveia em casca		0	24	0	600	0
Batata inglesa		14	1	0	0	0
Cana		46	18	0	0	50
Feijão em grão		<b>23.624</b>	717	700	0	0
Fumo em folha		0	39	1	0	0
Mamona		0	23	0	0	0
Mandioca		534	130	800	2.000	2.540
Milho em grão		<b>32.043</b>	<b>4.608</b>	<b>37.000</b>	<b>30.500</b>	<b>65.500</b>
Soja		<b>22.901</b>	<b>61.621</b>	<b>61.500</b>	<b>72.200</b>	<b>70.100</b>
Sorgo em grão		0	56	0	0	0
Tomate		0	144	0	0	6
Trigo		3.044	<b>67.726</b>	<b>30.000</b>	<b>40.000</b>	<b>5.000</b>

**Fonte:** Elaborado a partir de IBGE (1970; 1985; 1995; 2005; 2018).

Mediante a redução do número de culturas produzidas com o passar dos anos, foi recorrido ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná (2015) para identificar se existem restrições de culturas produtivas para o local. O documento considera que a Zona 11, é aquela ao qual o município de Assis Chateaubriand está incluído e sobre a mesma relata-se que,

[...] não apresenta restrições significativas para a produção agrícola, devido ao predomínio de baixa fragilidade geoambiental em relação aos relevos de baixa declividade e solos bem desenvolvidos [...] apresenta potencialidade para agricultura intensiva de grãos em função da alta aptidão agrícola e crescimento da atividade agroindustrial e de equipamentos agrícolas [...] As diretrizes preferenciais vinculam-se a manutenção e melhoramento da agricultura intensiva de grãos, inclusive com desenvolvimento das técnicas da agricultura de precisão na pequena propriedade, ampliação das atividades agroindustriais e indústria de equipamentos agrícolas; expansão da avicultura e suinocultura; expansão da indústria de processamento de carnes; implementação de políticas de incentivo ao turismo em áreas específicas; e incentivo à atividades de alto valor adicionado por meio da utilização do capital humano existente (ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO PARANÁ, 2015, p. 233).

O Zoneamento deixa claro que não se encontram restrições significativas para a região em relação à produção agrícola, pelo contrário, a mesma é incentivada incluindo a expansão da produção animal na região. Por outro lado, outros fatores apresentados por Ferreira (1985) podem ter influenciado os produtores em relação ao processo de tomada de decisão sobre o plantio no decorrer dos anos. A partir de 1962, o governo reduziu os financiamentos da produção cafeeira no país, iniciativa que visava incentivar a produção de outras culturas agrícolas, e, na década de 1970, facilitou as condições do crédito para a intensificação de mecanização rural, necessária a outras produções,

Verifica-se que, em relação aos financiamentos realizados na década de 1970, 963 indivíduos declaram ter recebido algum tipo de financiamento para a área rural (IBGE, 1970). Desse financiamento, 80% foram relacionados ao custeio da produção, isso indicando a necessidade de atração de recursos externos por parte desses produtores para realizarem o processo produtivo.

A origem desses recursos esteve relacionada em 54% dos casos a entidades governamentais (IBGE, 1970). Essas informações auxiliam a sustentar, nesses casos, a compreensão de que as ações governamentais (o não financiamento, a partir de 1962, da produção cafeeira pelo governo e o aumento das facilidades creditícias para a intensificação da mecanização na área rural na década de 1970), em relação à produção agrícola indicada por Ferreira (1985), podem ter motivado a produção de culturas temporárias no município.

Como, contudo, havia mais de 8.000 propriedades rurais na época, outra possibilidade para explicar a existência das culturas temporárias está no processo migratório. As correntes de migração do município ocorreram oriundas das regiões Norte e Sul do país, portanto com tradições agrícolas diferentes, e então esses agricultores realizavam as suas produções rurais cada um de acordo com a sua origem. Assim, o tipo de produção realizado em Assis Chateaubriand, era distinto, ou seja, exclusivamente agrícola e com predominância da cafeicultura no caso dos migrantes vindos da região Norte e, diferentemente, produção agropecuária com a chamada lavoura branca por aqueles oriundos da região Sul (SOUTO MAIOR, 2006). Nesse caso, o uso da terra no período pode indicar que o maior acesso à aquisição de áreas foi de pessoas que vieram de Santa Catarina, de outras localidades do Paraná e do Rio Grande do Sul, pois o Censo Agropecuário do período mostra o predomínio das culturas agrícolas temporárias nas áreas colhidas e elas eram características das pessoas com origem na região Sul do país.

Em relação à produção rural observa-se, ainda, que o IBGE (1970) disponibilizou informações que mostraram que, na década de 1970, Assis Chateaubriand apresentava uma

produção agrícola diversificada e que, em parte, demandava a inserção de tecnologias rurais, contudo mantinha a necessidade do uso de mão de obra humana. O Censo Agropecuário indicou a produção de sete produtos de forma permanente e 37 itens de produção temporária. As culturas agrícolas que utilizavam as maiores áreas produtivas eram, pela ordem, milho, feijão e soja.

Em 2017, a pesquisa de Produção Agrícola Municipal, realizada pelo IBGE, indicou a produção agrícola permanente de seis itens e produção agrícola temporária de 10 itens, sendo soja e milho, respectivamente, as principais culturas, o que se deduz do fato de terem ocupado as maiores áreas produtivas (IBGE, 2019). Dessa forma, o município reduziu a sua diversidade produtiva e ainda está mais direcionado à produção de culturas agrícolas com maior exigência de tecnologias rurais. Para Costa (2013), o município de Assis Chateaubriand foi um dos pioneiros no uso da mecanização agrícola no estado do Paraná, isso possibilitando, com o passar do tempo, que o panorama produtivo de 2017 estivesse consolidado.

Em relação ao uso de tecnologias rurais, a Figura 17 mostra a valorização da inserção desses componentes para as lideranças locais, tendo em vista que um conjunto de tratores foi inserido em um dos desfiles cívicos que ocorreu na cidade, como a imagem demonstra. Também se pode observar, na imagem, a aglomeração das pessoas que frequentaram esse evento. O ano da fotografia e sua autoria não puderam ser identificados, contudo acredita-se que a fotografia tenha sido realizada entre as décadas de 1960 e 1970 por isso o ano não foi identificado na figura. Existem registros sobre o número de tratores adquiridos por produtores no município. Observa-se que o Censo Agropecuário registrou, em 1970, a existência de 73 tratores em Assis Chateaubriand e, em 2017, esse número aumentou para 1.519 unidades (IBGE, 1970, 2017).

**Figura 17:** Trator – Tecnologia rural em desfile cívico



**Fonte:** Acervo da biblioteca municipal de Assis Chateaubriand – 2018.

Após a abordagem sobre o uso da terra, vê-se a necessidade de incluir na análise a estrutura fundiária do local e seu comportamento no decorrer dos anos. Observa-se que essa estrutura tem alterações registradas a cada Censo Agropecuário no período de 1970 a 2017. Essas alterações implicam um relevante processo de concentração de terras, tendo em vista que a redução no número de propriedade é de 82%, comparando-se os anos de 1970 e 2017 (Tabela 10).

Dessa forma, até os anos 2000, o maior número de propriedades se encontrava sempre no mesmo grupo de área, ou seja, o agrupamento com áreas entre 2 e menos de 50 hectares de terras. Em 2017, esse agrupamento de propriedades apareceu alterado para áreas com 5 e menos de 100 hectares. Outra questão a ser observada é que, com exceção do grupo com áreas menores que 1 hectare, todos os grupos com áreas até menos de 50 hectares tiveram uma variação negativa, ou seja, redução no número de propriedades quando comparadas as situações de 1970 e de 2017. Por outro lado, os grupos com áreas maiores que 50 hectares têm crescido na variação percentual. No caso dos grupos com áreas entre 500 e menos de 1000 e com 1000 a menos de 2500 hectares não foi possível estabelecer uma variação percentual,



isso devido ao fato de em 1970 não existirem registros de propriedades com essa extensão de terra, porém é visível, nos anos seguintes, o aumento no número das propriedades com essas características (Tabela 10).

**Tabela 10:** Estrutura fundiária (em hectares) de Assis Chateaubriand – 1970 a 2017

<b>Grupo de área - Hectares</b>	<b>1970</b>	<b>1985</b>	<b>1995/96</b>	<b>2006</b>	<b>2017</b>	<b>Variação 1970-2017 (%)</b>
Menos de 1	7	56	52	28	75	971
1 a menos de 2	145	67	76	41	24	-83
2 a menos de 5	<b>2702</b>	<b>748</b>	<b>618</b>	<b>443</b>	158	-94
5 a menos de 10	<b>2617</b>	<b>848</b>	<b>651</b>	<b>508</b>	<b>180</b>	-93
10 a menos de 20	<b>2071</b>	<b>1234</b>	<b>894</b>	<b>713</b>	<b>297</b>	-86
20 a menos de 50	<b>733</b>	<b>809</b>	<b>765</b>	<b>660</b>	<b>370</b>	-50
50 a menos de 100	59	202	240	264	<b>178</b>	202
100 a menos de 200	14	81	97	98	99	607
200 a menos de 500	15	31	45	29	69	360
500 a menos de 1000	0	4	4	10	16	-
1000 a menos de 2500	0	1	1	2	3	-
<b>Total</b>	8363	4081	3443	2796	1469	-82

**Fonte:** Elaborado a partir do IBGE (1970, 1985, 1996, 2006, 2017).

A respeito desta situação é importante apontar que o tipo de estrutura fundiária é um componente que se destaca no estudo das questões relacionadas ao crescimento econômico da localidade, para a caracterização das políticas públicas agrárias (RADA; FUGLIE, 2018) e também para indicar quem e quantos indivíduos podem ser beneficiados por ações governamentais, conforme o enfoque dado à ação pública (THIESENHUSEN; MELMED-SANJAK, 1990). Além disso, na estrutura fundiária de uma determinada localidade são reveladas as possíveis disparidades de renda ocorridas no espaço rural (THIESENHUSEN; MELMED-SANJAK, 1990).

Assim sendo, são consideradas estruturas agrárias desiguais aquelas que apresentam a coexistência de produtores com concentração de terras em grandes áreas paralelamente à existência de pequenas propriedades (JANVRY, 1981). Os dados apresentados indicam que o município de Assis Chateaubriand possui uma estrutura agrária que, a cada registro oficial de informações, se torna mais desigual. Nesses casos, a desigualdade está além das questões econômicas, sendo refletida na grande discrepância de poder desses diferentes atores rurais. Tanto que segundo Janvry (1981) o acúmulo de poder dos latifundiários sobre a formação da política agrária garante a permanência da desigualdade da estrutura.

Então, neste estudo, neste primeiro momento foram abordadas as questões históricas referentes ao uso da terra e à organização do espaço rural do município. Dar-se-á continuidade com as informações que foram identificadas com um grupo de jovens do município sobre a continuidade da propriedade rural familiar, tendo em vista a importância econômica e social dessas informações para a localidade.

## 4.2 A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE O RURAL LOCAL

### 4.2.1 Características sociais da amostra

Quanto à questão da continuidade da propriedade rural familiar, a partir de um questionário foram coletadas as opiniões de jovens residentes no município e de estudantes em escolas localizadas nos distritos do município, bem como no Instituto Federal que oferece cursos profissionalizantes na área. Assim, essa etapa da pesquisa está baseada em informações primárias. Entre os respondentes, 61% eram do sexo feminino e 39% do sexo masculino. Todos os participantes da pesquisa eram estudantes, sendo 82% residentes em áreas urbanas e os demais na área rural.

Nesse grupo, 61,5% dos jovens, com idade entre 15 e 29 anos, informaram ter pais ou avós com propriedade rural e 45,5% informaram que os pais desenvolvem atividades laborais rurais. Além disso, apenas 8,4% nunca tiveram algum tipo de contato com uma propriedade rural, dos demais que tiveram contato, 77% podem ser agrupados em dois grupos com maior frequência, sendo o primeiro, com 50% dos participantes, que justificaram que a sua proximidade com a propriedade rural era devida ao fato de um familiar ser proprietário de área rural e 27% alegaram que, em algum momento, tinham residido em uma propriedade. Ademais, 58% dos respondentes do grupo manifestaram interesse futuro em trabalhar com atividades agropecuárias.

### 4.2.2 A percepção dos jovens sobre o espaço rural local

Ao iniciar os procedimentos referentes à análise fatorial há necessidade de verificar o teste KMO e o de esfericidade de Bartlett, que são pré-requisitos a serem cumpridos como indicativos de adequabilidade da amostra para o uso da análise fatorial. Esses padrões são indicados, por Favero et al. (2009), como necessários para que a análise fatorial possa ser realizada. Dessa forma, o teste KMO apresentou valor 0,846, cumprindo o pré-requisito

( $KMO \geq 0,5$ ). Da mesma forma, o teste de esfericidade de Bartlett foi estatisticamente significativo ( $p < 0,000$ ).

Após a realização dos testes foi necessário realizar a extração dos fatores. Foram então identificados 2 fatores com raízes características maior que 1 (Tabela 11), utilizando o critério Kaiser. Conjuntamente, esses fatores explicam 71,7% da variância total dos dados. Os resultados mostraram que o Fator 1 explica aproximadamente 38,6% e o Fator 2 explica 33%, da variância após a rotação Varimax (essa rotação procura minimizar o número de variáveis com altas cargas num fator, ou seja, destinar cada variável a um único fator). Segundo Favero et al. (2009), o valor mínimo para a explicação da variância total é 60%, logo o valor de explicação obtido com os fatores é satisfatório.

**Tabela 11:** Variância explicada e acumulada pelos fatores com raízes características normais e rotacionadas

Fator	Raiz	Variância %	Variância Acumulada	Rotação Varimax		
				Raiz	Variância %	Variância Acumulada %
1	4,520	56,495	56,495	3,091	38,641	38,641
2	1,218	15,224	71,719	2,646	33,078	71,719

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

A análise fatorial reconheceu dois fatores resultantes da análise (Tabela 12), o primeiro denominado como "o novo rural", que inclui as variáveis i) diversidade da produção, ii) preservação ambiental, iii) cuidados com o solo, iv) sucessão e v) inovação. Denota-se que o conjunto das variáveis que compõem o fator engloba a complexidade do processo produtivo rural da atualidade. Aqui cabe ter em vista que a comercialização global da produção acarreta o aumento da competitividade, em que o mercado consumidor – principalmente, aqueles compradores que realizam os melhores pagamentos pelos produtos e, assim, aqueles com maior concorrência –, está cada vez mais interessado nas questões sanitária, ambiental e social, bem como no bem-estar animal, que está implícito no processo produtivo rural. Dessa forma, esse mercado realiza exigências no processo produtivo vinculadas a essas características que precisam ser cumpridas para que haja a comercialização (WHEELER et al., 2012; ZAGATA; SUTHERLAND, 2015). Assim, o mercado pode determinar as características do processo produtivo realizado, que implica a necessidade da profissionalização da gestão da propriedade para atender a essas características.

Por outro lado, o segundo fator foi intitulado como "boa-fé", que inclui as variáveis i) fé, ii) cooperação e iii) honestidade, aspectos considerados pessoais referentes aos produtores rurais. Essas características podem estar relacionadas à compreensão de que o produtor rural

mantém características culturais tradicionais da região. Ocorre que o rural possui um perfil formado por características tangíveis e intangíveis (MURDOCH; PRATT, 1993; HALFACREE, 1993; RYE, 2006). Nesse caso, o primeiro fator está relacionado a questões tangíveis e o segundo ao intangível, referente à vida social, daqueles que possuem propriedades e que vivem em comunidade e exercem a ruralidade. Dessa forma, a interpretação dos jovens sobre o rural local contempla as duas características apresentadas na literatura para caracterizar o espaço.

Em relação às comunalidades (indica a eficiência dos fatores na explicação da variabilidade total), observa-se que todas são maiores que 0,5, pois, quanto maior a comunalidade, maior o poder de explicação dos fatores em relação à variância de cada variável. Por exemplo, os dois fatores extraídos explicam 77% da variância da diversidade de produção.

**Tabela 12:** Matriz de componentes

	Componentes dos Fatores		Comunalidades
	1	2	
Diversidade de produção	<b>0,852</b>	0,227	0,777
Preservação ambiental	<b>0,836</b>	0,041	0,701
Cuidados com o solo	<b>0,804</b>	0,328	0,754
Sucessão	<b>0,669</b>	0,454	0,653
Inovação	<b>0,634</b>	0,405	0,566
Fé	0,156	<b>0,851</b>	0,748
Cooperação	0,293	<b>0,858</b>	0,822
Honestidade	0,248	<b>0,810</b>	0,717

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

Em relação à confiabilidade dos fatores, foi utilizado  $\alpha$  de *Cronbach*, com o qual, para o primeiro fator, foi identificado o valor de 0,87 e, para o segundo fator, o valor de 0,85, ambos os valores superiores a 0,7 (valor mínimo para identificar confiabilidade de um fator). Esses resultados indicam que há concordância em 87% das vezes no primeiro fator e em 85% das vezes no segundo fator, isso nas respostas atribuídas às variáveis que compõem cada fator. A partir dos *scores* individuais dos respondentes identificados nos fatores (representam estimativas das contribuições dos vários fatores a cada observação original e podem ser utilizados na classificação de amostras), pode-se identificar que 56% dos respondentes têm a percepção sobre o rural definida por meio das variáveis que compõem o fator 1, ou seja, do que denominamos como "o novo rural", enquanto que 44% o têm por meio do fator 2 – "boa-

fé". Dessa forma, a percepção dos jovens sobre o rural está mais relacionada a questões tangíveis desse espaço.

Além disso, ao serem questionados sobre como esperavam que ocorresse a produção agropecuária na região em um futuro próximo, diferentes entre si foram as respostas obtidas, contudo elas puderam ser organizadas em eixos a partir da análise de conteúdo, sendo eles i) ações governamentais, ii) valorização laboral, iii) preservação ambiental e iv) inovação. Observa-se que, em alguma medida, esses eixos se aproximam de alguns componentes do primeiro fator, pois estão relacionados à parte produtiva realizada no rural. A frequência das respostas está relacionada ao tamanho dos círculos que compõem a Figura 18, de forma a indicar que o eixo inovação, através do aumento de tecnologias e acesso a elas, foi considerado o mais frequente nas respostas como necessário à produção agropecuária na região. Depreende-se que a finalidade dos eixos identificados nas expectativas de alterações dos jovens para o processo produtivo rural, segundo as suas percepções, deve possibilitar maior eficiência do processo produtivo rural.

**Figura 18:** Elementos necessários a Produção rural futura de Assis Chateaubriand, para os jovens participantes da pesquisa



**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

Ocorre que os eixos criados a partir das respostas dos respondentes podem ser identificados, na literatura, como componentes essenciais ao espaço rural. Nesse âmbito, o uso de tecnologias deve ser cada vez mais frequente, de forma que a necessidade da presença física do produtor seja reduzida e que as tomadas de decisões e o controle da propriedade

possam ser realizados remotamente. Ademais, a sustentabilidade ambiental é um fator influenciador das questões econômicas, provisão alimentar e desenvolvimento regional de uma localidade (SPALDING, 2017; MERTZ; MERENS, 2017; WANG et al., 2018b). Acrescente-se a valorização do trabalhador rural (seja o próprio proprietário ou não) e ações governamentais de incentivo à produção e fixação dos indivíduos no rural. Todos esses fatores podem estar relacionados à estrutura fundiária e ao acesso à terra, presente na localidade (RADA; FUGLIE, 2018). Cabe registrar que, segundo Santos (2009) mesmo sendo um país agropecuário, o Brasil exclui os pobres e os trabalhadores do espaço rural, isso devido ao processo de modernização ocorrido, que impulsiona essas pessoas na direção dos espaços urbanos. E, ao mesmo tempo, implica a necessidade de qualificação profissional para quem permanece nas atividades rurais e para a continuidade dos indivíduos nesse espaço.

Na pesquisa também se verificou a opinião dos jovens em relação à influência de algumas variáveis identificadas na literatura vinculadas à continuidade da propriedade rural. Nesse caso foi questionado sobre a influência dessas variáveis sobre a continuidade da pequena propriedade rural na região em que o município está localizado. Essas variáveis são: i) sucessão de herdeiros, ii) lucro com a comercialização da produção rural, iii) novas tecnologias rurais, iv) aumento da participação feminina na gestão da propriedade e v) acesso a serviços urbanos no rural (como água encanada, energia elétrica, internet, entre outros). Os resultados obtidos em relação a essas variáveis como um conjunto, ou seja, agrupando as respostas (Tabela 13). A análise dos resultados indica que a maioria dos jovens participantes da pesquisa (54,4%) concorda totalmente que essas variáveis podem influenciar na continuidade da pequena propriedade rural.

**Tabela 13:** Conjunto de variáveis que podem influenciar a continuidade da pequena propriedade rural.

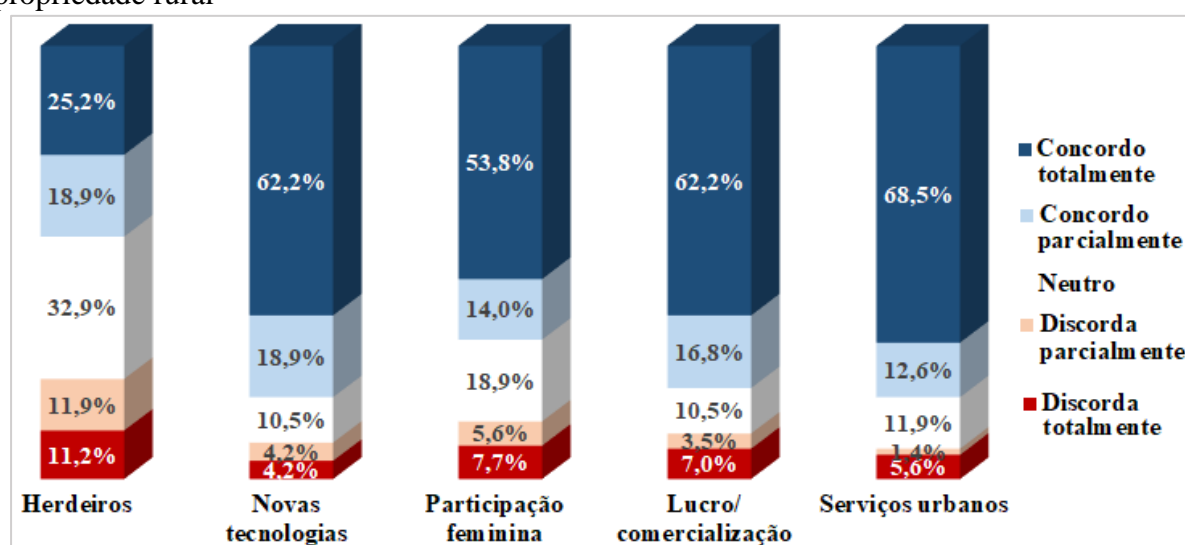
		Respostas	
		N	Porcentagem
<b>Continuidade</b>	Discorda totalmente	51	7,1%
	Discorda parcialmente	38	5,3%
	Neutro	121	16,9%
	Concorda parcialmente	116	16,2%
	Concorda totalmente	389	54,4%
<b>Total</b>		715	100,0%

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

Individualmente, ou seja, a partir da análise de cada variável apresentada (Figura 19), é possível perceber que a maioria dos jovens concorda totalmente com a influência, principalmente, das variáveis: – novas tecnologias (62,2%), – participação feminina na gestão

(53,8%), – lucro na comercialização da produção (62,2%) e – acesso a serviços urbanos (68,5%), sobre a continuidade da pequena propriedade familiar. Para Dowey et al. (2013) as mudanças no espaço rural em relação às características demográficas, sociais, ambientais e econômicas, podem influenciar a continuidade da propriedade. Em especial devido às novas exigências que podem influenciar a forma como os processos produtivos são realizados dentro da porteira. Desta forma, é necessário estar atento a estas características para que seja suprida as necessidades relacionadas à produção rural para que esta tenha continuidade.

**Figura 19:** Percentuais de respostas por variável influente na continuidade da pequena propriedade rural



Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

Em relação à variável que trata da continuidade da propriedade através dos herdeiros, o maior percentual identificado (32,9%) refere-se à posição neutra dos jovens em relação a influência desta variável. Uma posição neutra juntamente com aqueles que discordam que a variável é importante para a continuidade da propriedade rural pode indicar a necessidade de que haja ações para demonstrar a importância dos jovens no espaço rural. Tendo em vista que conforme o (IBGE, 2017) em Assis Chateaubriand, a maioria das propriedades são geridas pelas famílias. Tanto que correlata à história da propriedade está à história da família que tem a posse dela (LOBLEY; BAKER, 2012). Deste modo, ao manter-se proprietário das terras, o indivíduo mantém o legado familiar pelas gerações. A partir desse entendimento, ser um produtor rural pode ser considerado uma herança profissional familiar (POTTER; LOBLEY, 1996). Contudo, sobre essa questão identificada, pode ser observado que o processo de sucessão precisa ser planejado a longo prazo, evitando frustrações relacionadas ao resultado obtido com a sucessão (HOR et al., 2010).

Ademais vê-se que segundo Mishra e El-Osta (2008) o planejamento da sucessão em propriedades familiares ainda é assunto pouco discutido teoricamente e com as famílias rurais. Dessa forma, ao considerar a realização de um planejamento de longo prazo, é necessário que se ampliem as discussões sobre o assunto com o público-alvo específico e também com a sociedade em geral, de maneira que esse processo e a profissão de produtor rural seja valorizada. A ampliação das discussões e a valorização da profissão podem favorecer a maneira como os jovens consideram a influência da presença dos jovens no espaço rural para a continuidade da pequena propriedade.

Para Cheshire et al. (2013), a falta de sucessão para as propriedades rurais ocasiona diferentes desvantagens às áreas rurais. Ocorre que o processo de sucessão não se refere apenas a uma alteração jurídica do proprietário de um fator de produção, mas da transmissão do acúmulo do conhecimento adquirido ao longo de uma geração familiar, bem como a relação desse novo proprietário com a terra. Dessa maneira, não havendo a sucessão, esse conhecimento é perdido. Além disso, segundo Carillo et al. (2013), a não sucessão pode causar impactos na produção devido à concentração das áreas produtivas, sendo que o uso da terra pode ser alterado e o novo uso poderá ou não estar relacionado às atividades rurais tradicionais. Em complemento a essa ideia, Bertoni e Cavicchioli (2016) ressaltam que, mesmo que outros proprietários (pessoas físicas ou pessoas jurídicas) adquiram as terras sem sucessores e aumentem a sua escala produtiva agropecuária, ainda não se pode afirmar que esses ganhos compensem a perda de capital humano existente em cada propriedade rural.

Assim, Leonard et al. (2017) consideram que a sucessão em propriedades rurais é percebida como uma questão complexa, sendo que a decisão de transferir a propriedade para um sucessor pode ser influenciada por fatores econômicos e sociais. Segundo Barclay et al. (2011), esse processo abrange desde a manutenção da viabilidade do negócio para o sucessor, ser justo com todos os filhos e aposentar-se com qualidade financeira. Outras características são apontadas por Riley (2016), como o fato de os produtores serem trabalhadores legalmente classificados como autônomos e seu local de trabalho e a moradia interagirem no mesmo espaço e, ainda, para Gasson (1973), Kuehne (2013) e Riley (2016), eles são intimamente ligados com as suas atividades e a propriedade rural (GASSON, 1973;). Além disso, a partir das atividades laborais, são definidas a identidade do produtor e seu *status* na comunidade onde reside. Dessa forma, ao realizar o processo de sucessão e se aposentar, isso pode representar a redução desse *status* para o produtor. Por isso eles têm dificuldades para realizar tal ação (INGRAM; KIRWAN, 2011; RILEY, 2012; KUEHNE, 2013).



Mediante este panorama aponta-se que a abordagem referente aos jovens e a continuidade da propriedade rural, a pesquisa dará enfoque à questão da possibilidade de mudanças referentes ao uso da terra no município de Assis Chateaubriand, no caso via instalação da agroindústria suína. Para isso foram utilizadas diferentes medidas para gerar as informações relacionadas ao assunto, informações que vão disponibilizadas na próxima seção.

#### 4.3 PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO CHATEAUBRIANDENSE SOBRE O USO DA TERRA NO MUNICÍPIO, SUAS POSSIBILIDADES DE MUDANÇA E O ALCANCE TERRITORIAL PRODUTIVO DA AGROINDÚSTRIA SUÍNA

##### 4.3.1 A percepção da população em relação ao uso da terra no município

Como características dos participantes, cabe registrar que, dentre os respondentes, 54% se identificaram como sendo do sexo feminino e 46%, do sexo masculino. Os participantes indicaram proveniência de 16 bairros de Assis Chateaubriand e da área rural, sendo os maiores percentuais de participação os dos bairros Centro (29%), Jardim América (14,3%), Jardim Europa (14%), Jardim Paraná (12,3%) e área rural (16%). Os demais bairros totalizam 14,4% do total de participantes. Em relação ao todo, 56% dos participantes informaram que residem no município há, no máximo, 30 anos e 44%, em tempo maior. A escolarização informada indicou 5% dos respondentes possuem Ensino Fundamental, 25% Ensino Médio, 45% Ensino Superior e 25% Pós-Graduação.

Propôs-se em relação à percepção da população local sobre o uso da terra no município, a nossa proposta foi analisar as informações com a análise fatorial. Para isso foi necessário cumprir com dois pressupostos relacionados e que identificam a possibilidade do uso da terra. São eles o teste KMO e o teste de esfericidade de Bartlett. Verificou-se que o teste KMO para a adequabilidade da amostra apresentou valor 0,892, cumprindo o pré-requisito ( $KMO \geq 0,5$ ). Da mesma forma, o teste de esfericidade de Bartlett foi estatisticamente significativo ( $p < 0,000$ ), padrões esses indicados por Favero et al. (2009). A combinação desses dois elementos evidencia que a amostra pode ser analisada pela análise fatorial.

A Tabela 14 se refere à extração dos fatores. Foram identificados 3 fatores com raízes características maiores que 1, utilizando o critério Kaiser. Conjuntamente, esses fatores explicam 62% da variância total. Os fatores são F1 – Organização do Espaço Urbano, F2 – Organização do Espaço Rural e F3 – Uso da Terra e Implicações para o Meio Ambiente. Os

resultados mostraram que o Fator 1 explica 24%, o Fator 2 explica 22% e o Fator 3 explica 16% da variância após a rotação Varimax (essa rotação procura minimizar o número de variáveis com altas cargas num fator, ou seja, destinar cada variável a um único fator).

**Tabela 14:** Variância explicada e acumulada pelos fatores com raízes características normais e rotacionadas

Fator	Raiz	Variância %	Variância Acumulada	Rotação Varimax		
				Raiz	Variância %	Variância Acumulada %
1	7,438	44	44	4,045	24	24
2	1,924	11	55	3,738	22	46
3	1,129	7	62	2,708	16	62

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

A Tabela 15 indica os valores das cargas fatoriais após a rotação Varimax. Denota-se que seis variáveis foram agrupadas no Fator 1: i) Segurança para o pedestre caminhar, ou seja, existência de calçadas, ii) Segurança no uso de bicicletas, ou seja, local específico para uso, iii) Há áreas públicas de lazer, iv) Beleza da área urbana, v) Expansão da área urbana é realizada através de planejamento, vi) A área urbana é organizada e possibilita qualidade de vida. Considerando essas variáveis foi atribuído ao fator o nome Organização do Espaço Urbano, tendo em vista que as variáveis se referem à área urbana do município e a questões que estão relacionadas à sua organização.

O Fator 2 é composto por outras sete variáveis: i) Estrutura fundiária, ii) Predomínio da produção agrícola, iii) Dependência econômica do município em relação à produção rural, iv) A propriedade rural é herança cultural herdada, v) A legislação ambiental rural é respeitada pelo produtor, vi) A qualidade da água do município não é influenciada pela produção rural e vii) Há vegetação natural preservada nas propriedades. Levando em consideração o agrupamento das variáveis, foi atribuído ao fator o nome Organização do Espaço Rural, pois se trata de características referentes ao espaço rural propriamente dito.

E o Fator 3 apresenta outra configuração, a partir de 4 variáveis: i) A produção rural não prejudica o solo, ii) O clima é agradável, pois a vegetação está presente na área urbana, iii) A destinação de resíduos possibilita reciclagem e iv) A atual destinação de resíduos não prejudica o meio ambiente. De modo que a partir dessas variáveis foi possível observar que esse fator contempla tanto o espaço rural quanto o espaço urbano, tendo como referência a questão ambiental. Além disso, remete-se a características relacionadas ao uso da terra. Por isso a ele se atribuiu a denominação Uso da Terra e Implicações para o Meio Ambiente.

Em relação às comunalidades, observa-se que todas são maiores que 0,5, sendo este um critério para a sua aceitação em um fator. Além disso, quanto maior o valor da comunalidade, maior o poder de explicação dos fatores em relação à variância de cada variável. Por exemplo, os três fatores extraídos explicam 69% da variância da variável "estrutura fundiária".

**Tabela 15:** Cargas fatoriais e comunalidade referente à percepção sobre o uso da terra no município

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Comunalidade
Estrutura Fundiária	0,229	<b>0,799</b>	-0,012	0,691
Predomínio da produção agrícola	0,227	<b>0,818</b>	0,091	0,730
Dependência econômica do município em relação à produção rural	0,208	<b>0,746</b>	0,154	0,624
A propriedade rural é herança cultural	0,100	<b>0,603</b>	0,490	0,614
A produção rural não prejudica o solo	0,368	0,118	<b>0,690</b>	0,625
A legislação ambiental rural é respeitada pelo produtor	0,327	<b>0,552</b>	0,437	0,602
A qualidade da água não é influenciada pela produção rural	-0,009	<b>0,709</b>	0,166	0,531
Há vegetação natural preservada nas propriedades	0,359	<b>0,565</b>	0,331	0,558
O clima é agradável, pois a vegetação está presente na área urbana.	0,462	0,151	<b>0,540</b>	0,527
A destinação de resíduos possibilita reciclagem	0,333	0,290	<b>0,625</b>	0,586
A destinação de resíduos realizada não prejudica o meio ambiente	0,119	0,113	<b>0,792</b>	0,654
Segurança para o pedestre caminhar - existência de calçadas	<b>0,710</b>	0,157	0,178	0,561
Segurança no uso de bicicletas - local específico para uso	<b>0,820</b>	0,055	0,157	0,700
Há áreas públicas de lazer	<b>0,749</b>	0,157	0,134	0,603
Beleza da área urbana	<b>0,683</b>	0,297	0,288	0,637
Expansão da área urbana é realizada através de planejamento	<b>0,634</b>	0,212	0,345	0,565
A área urbana é organizada e possibilita qualidade de vida	<b>0,758</b>	0,251	0,215	0,683

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

Após a seleção dos fatores, foi utilizado o *Alpha de Cronbach* para oferecer informações sobre a sua confiabilidade. No Fator 1, o Alfa identificado foi de 0,877, no Fator 2 foi de 0,875 e no Fator 3, de 0,776. Sobre esse indicador, observa-se que, em todos os casos, o valor foi superior a 0,7, indicando que os fatores possuem consistência interna. Dessa forma há evidências de que os fatores medem a percepção das pessoas sobre o assunto.

Observa-se que, quanto maior o valor atribuído pelo respondente a cada item do questionário, mais eles concordam que as características listadas retratam o município. A partir disso foi realizada uma média para identificar a concordância dos respondentes em relação a cada variável agrupada nos fatores. Considerando os valores identificados com a

média em cada variável (Tabela 16) que compõe o Fator 1 (média próxima ou superior a 3), os participantes indicam que possivelmente a área urbana do município contemple, na atualidade, as variáveis listadas. Em relação ao Fator 2 (média superior a 3 na maioria dos casos), há indicação de que os participantes concordam que o uso da terra no rural do município contempla as características listadas, com exceção e relação a práticas de preservação da vegetação natural nas propriedades. E o Fator 3 (média inferior a 3) revela que os participantes não concordam que as variáveis retratem características do município relacionadas ao meio ambiente.

Denota-se que, principalmente, a questão ambiental relacionada ao uso da terra foi considerada pelos participantes como uma percepção negativa no contexto de Assis Chateaubriand, isso em especial quando é especificada alguma questão relacionada ao meio ambiente, com exceção da relação produtiva rural e da qualidade da água do município. Acredita-se que esse item não teve a mesma percepção, comparado ao demais, devido à qualidade dos serviços de tratamento de água realizados no estado do Paraná, contudo é reconhecido, na literatura, que, nos casos de produção agrícola com uso de insumos industriais, como defensivos agrícolas, esse uso pode influenciar negativamente a qualidade dos recursos hídricos existentes no local (MORAES; JORDÃO, 2002; OLIVEIRA et al., 2012; MORESCO et al., 2014; RAMOS et al., 2019).

**Tabela 16:** Estatística Descritiva – Média e desvio-padrão referentes à percepção da população respondente

Variáveis	Média	Desvio-Padrão
<b>Fator 1</b>		
Segurança para o pedestre caminhar - existência de calçadas	3,09	1,258
Segurança no uso de bicicletas - local específico para uso	2,81	1,277
Há áreas públicas de lazer	3,00	1,197
Beleza da área urbana	3,16	1,260
Expansão da área urbana é realizada através de planejamento	2,84	1,186
A área urbana é organizada e possibilita qualidade de vida	3,00	1,177
<b>Fator 2</b>		
Estrutura fundiária diversificada	3,55	1,356
Predomínio da produção agrícola	3,81	1,286
Dependência econômica do município em relação à produção rural	3,88	1,282
A propriedade rural é herança cultural	3,74	1,211
A legislação ambiental rural é respeitada pelo produtor	3,12	1,282
A qualidade da água não é influenciada pela produção rural	3,25	1,296
Há vegetação natural preservada nas propriedades	2,95	1,283
<b>Fator 3</b>		
A produção rural não prejudica o solo	2,76	1,354
O clima é agradável, pois a vegetação está presente na área urbana	2,60	1,149
A destinação de resíduos atual possibilita reciclagem	2,93	1,273
A atual destinação de resíduos não prejudica o meio ambiente	2,58	1,304

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

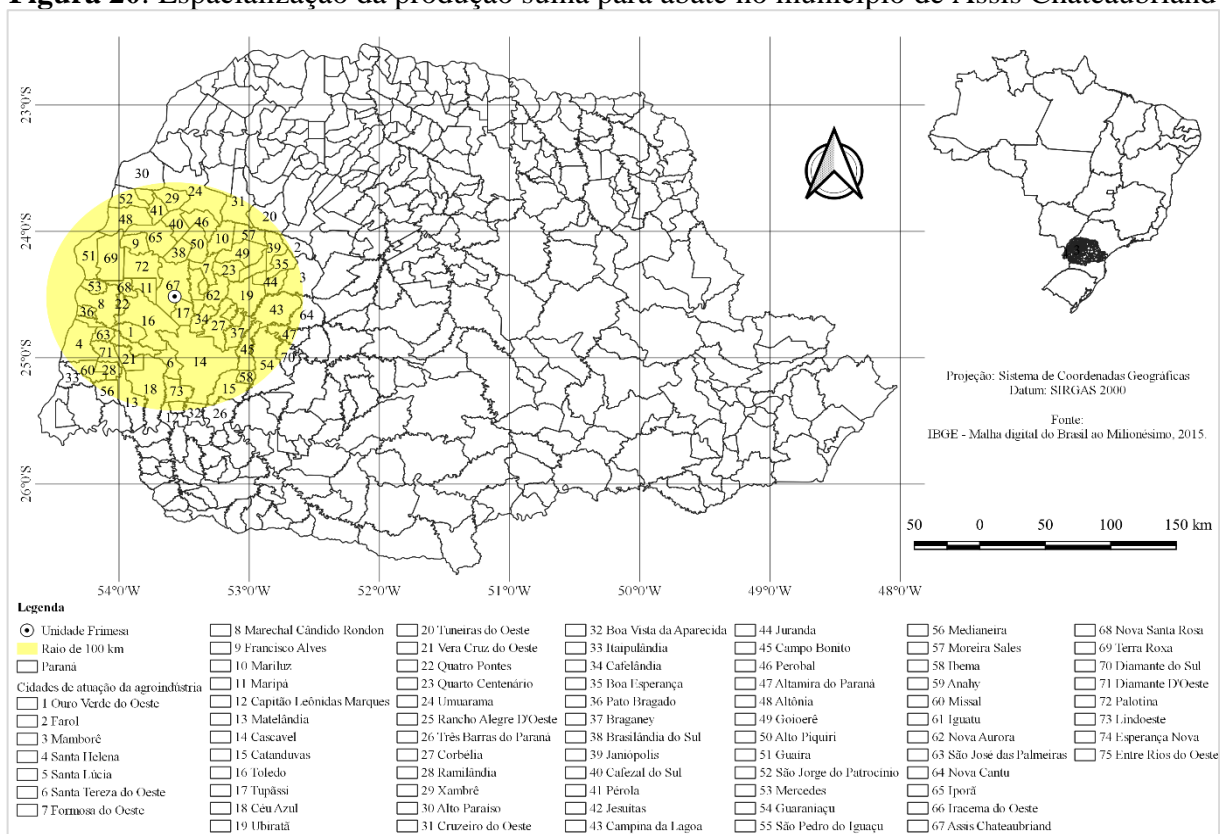
Observa-se que estudos relacionados ao uso da terra geralmente são vinculados a questões físicas, políticas, econômicas e sociais, contudo a percepção das pessoas sobre esse uso e os fatores que podem influenciar a percepção é pouco discutida. Esse assunto é pouco debatido principalmente quando não se refere a um público em específico que esteja diretamente relacionado ao uso da terra (GILG, 2009).

Os estudos também contemplam as políticas e as regulamentações referentes ao uso da terra e às suas transformações realizadas, principalmente, no espaço urbano do município, pois esse espaço tem uma maior dinâmica de mudanças. Então é pouco discutido o como a comunidade local observa esse uso e o seu conhecimento sobre as transformações e as possíveis implicações vinculadas é pouco (EDUFUL; SHIVELY, 2015). Assim, identificar a percepção da população local tende a ser significativo para incluir as pessoas em um determinado contexto, bem como, possibilitar novas aprendizagens que são necessárias à formulação de outra percepção (GILG, 2009; EDUFUL; SHIVELY, 2015). Ocorre que as ações humanas estão pautadas nas percepções em relação a um contexto, que podem ser favoráveis ou negativas, conforme a avaliação que as pessoas fazem sobre o contexto (AIZEN, 1991). E essas percepções influenciam o comportamento dos indivíduos sobre a realidade (ROBBINS, 2005).

Além da percepção dos participantes sobre o uso da terra no município, foram coletadas informações referentes a especificidades da instalação da agroindústria suína. Essas informações vão disponibilizadas na próxima seção.

#### 4.3.2 O alcance territorial da agroindústria suína em Assis Chateaubriand e a percepção da população sobre as transformações relativas ao uso da terra

A definição do alcance territorial produtivo da agroindústria suína que será instalada no município de Assis Chateaubriand levou em consideração as informações referentes às distâncias, como evidenciada por Amaral et al. (2006), ou seja, 100 quilômetros em relação à localização da unidade de processamento. Desse parâmetro resultou a espacialização indicada na Figura 20. É oportuno indicar que essa distância, em alguma medida, extrapolará a região Oeste do Paraná, possibilitando que a produção de matéria-prima para a agroindústria possa ter origem também em Mato Grosso do Sul.

**Figura 20:** Espacialização da produção suína para abate no município de Assis Chateaubriand

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019) e IBGE (2015).

Em contato com o corpo administrativo da sede da cooperativa central responsável pela indústria, no mês de março de 2019, foi cedida a informação de que a restrição para a implantação de unidades produtivas de suínos nas propriedades rurais será a legislação ambiental e a atuação no município de uma das cooperativas que constituem a cooperativa central. Em relação à legislação ambiental, verificou-se que as restrições ambientais se referem a áreas i) próximas a nascentes, a rios e a locais de captação de água para consumo humano, ii) com características de solo como os afloramentos rochosos ou do lençol freático, iii) com inclinação do terreno e, ainda, iv) com locais alagados. Além disso, é proibida a produção em áreas urbanas e não pode ocorrer a propagação dos odores vinculados à produção para a área urbana. Por fim, também deverá ser observada a distância mínima de 50 metros da divisa do imóvel para implantação de locais para o tratamento de dejetos. Ocorre, ainda, que o proprietário da área vizinha deverá concordar, em cartório, com a produção suína realizada na propriedade limítrofe (IAP, 2018).

Dessa forma, a partir das informações disponibilizadas pelo IAP (2018), foram identificadas as restrições ambientais referentes ao processo produtivo de suínos no estado do Paraná. Cabe, aqui, informar que essa, contudo, não é a única restrição para que seja

implantado o processo produtivo dentro da propriedade rural. A outra característica está relacionada à instalação, no município, da cooperativa central ou de uma das cooperativas que a constitua. Para isso, foi também verificada a atuação das cooperativas nos municípios que estão dentro do raio de alcance de possibilidade produtiva da agroindústria suína. A partir da coleta de informação disponibilizada no *site* de cada empreendimento referente à localização de sua atuação.

Dos 75 municípios com possibilidade de atuação para a produção de suínos, 34 não são áreas de atuação das cooperativas que controlam a agroindústria suína, bem como ela própria (Ouro Verde do Oeste, Farol, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Mariluz, Capitão Leônidas Marques, Tuneiras do Oeste, Quarto Centenário, Rancho Alegre d'Oeste, Três Barras do Paraná, Corbélia, Xambrê, Alto Paraíso, Cruzeiro do Oeste, Boa Vista da Aparecida, Boa Esperança, Braganey, Janiópolis, Cafezal do Sul, Pérola, Juranda, Campo Bonito, Perobal, Altamira do Paraná, São Jorge do Patrocínio, Moreira Sales, Ibema, Anahy, Iguatu, Iporã, Diamante do Sul, Lindoeste e Esperança Nova). Esta informação implica áreas futuras de expansão produtiva para a agroindústria, caso haja o interesse das cooperativas em expandir a sua produção, ou caso os demais municípios, que não fazem parte desse conjunto listado, consigam suprir a demanda da agroindústria.

Após essa identificação referente à amplitude da atuação da agroindústria suína, foi realizada uma investigação sobre a percepção das pessoas em relação às mudanças que poderão ocorrer no município após a instalação da agroindústria. Os participantes são os mesmos que responderam sobre as suas percepções em relação ao uso atual da terra do município. Após a coleta e tabulação de dados foi realizada a análise de *cluster* ou análise de agrupamento em relação à percepção dos respondentes sobre as mudanças que a instalação da agroindústria suína trará ao município. Foi possível formar 2 *clusters* ou agrupamentos, a partir das respostas ao questionário (Tabela 17).

O primeiro *cluster* formado é composto por 30% dos participantes e pode ser denominado "conservador", pois estão agrupadas as pessoas que apresentam as menores expectativas em relação a mudanças resultantes da implantação da agroindústria no município e ainda aquelas que apresentam maior idade e tempo de residência em Assis Chateaubriand. O segundo *cluster* agrupou 70% dos participantes e pode ser denominado "moderado", devido o valor médio referente a perspectiva de mudanças. Este *cluster* é integrado pelas pessoas que têm maiores expectativas de mudanças para o município após o evento e, ainda, menores idades e com menos tempo de residência na localidade. Além disso, foi realizada uma ANOVA como medida para identificar se as variáveis utilizadas influenciam na formação dos

*clusters*. Dessa iniciativa, o resultado foi estatisticamente significativo ( $p < 0,005$ ), mostrando que as variáveis são influentes.

**Tabela 17:** Características dos participantes do município de Assis Chateaubriand para os agrupamento

Variáveis	Cluster		F	Sig
	1	2		
<b>Perspectiva de mudança</b>	44	52	21,921	0,000
<b>Idade</b>	48	31	182,704	0,000
<b>Tempo de residência</b>	42	24	204,233	0,000

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

Os agrupamentos realizados podem ser justificados pela história de colonização do município. As pessoas que residem há mais tempo em Assis Chateaubriand passaram pelo processo de observar a saída de muito residentes do município a partir da década de 1970 e os reflexos que esse movimento trouxe ao município. Percebe-se que esses fatos podem ainda ser recorrentes na memória da população por terem sido relativamente recentes. Como já mencionado Assis Chateaubriand, na década de 1970, possuía uma população superior a 70.000 habitantes, sendo a segunda maior população da região Oeste do Paraná, em que 86% dessa população residia no espaço rural (REOLON, 2009). O uso de novas tecnologias no espaço rural resultou na negação de condições de subsistência às pessoas que não possuíam propriedades rurais ou que possuíam pequenas propriedades e não dispunham de capital para o investimento necessário para a tecnificação (LORENSETTI, 2017), impulsionando-as para o êxodo rural.

Há também a questão das diferentes promessas realizadas ao longo dos anos, por diferentes lideranças políticas, em relação a possibilidades de industrialização do município, que acabaram por não ocorrer. Ou mesmo ocorrendo, acabaram não sendo exitosas e, assim, não proporcionaram o crescimento econômico esperado pela população. Acredita-se que essa questão possa influenciar negativamente a expectativa de mudanças das pessoas em relação a novos processos de industrialização para o município.

Posteriormente a essa identificação, foi realizada a correlação de Spearman em relação à perspectiva da população em específico quanto ao espaço urbano e rural do município, bem como a perspectiva de mudanças após a implantação da agroindústria suína. Nela observou-se que há uma correlação positiva e forte entre as variáveis referentes à perspectiva dos respondentes sobre os espaços urbano e rural atual ( $\rho = 0,740$ ;  $p < 0,001$ ). Dessa maneira há uma forte associação entre a percepção dos respondentes em relação aos espaços urbano e rural, bem como há uma correlação positiva e fraca das mesmas variáveis com a perspectiva



de mudanças após a implantação da agroindústria suína ( $\rho = 0,351$ ;  $p < 0,001$ ). Acredita-se que essa associação seja fraca devido ao fato de as atividades dessa indústria não terem ainda sido iniciadas, ou seja, ela ainda não se tornou algo concreto para as pessoas.

É importante ressaltar que, independentemente da intensidade da expectativa de mudanças, os participantes possuem uma perspectiva de transformações para o município e essa perspectiva é oriunda da implementação da agroindústria suína, tanto para características positivas quanto para negativas (Tabela 18).

**Tabela 18:** Estatística descritiva sobre a percepção de mudanças no município de Assis Chateaubriand

Variáveis	Média	Desvio-padrão
Ampliação no número de empregos	3,910	1,2715
Aumento na comercialização de produtos e serviços no comércio do município	3,808	1,2142
Aumento da renda do pequeno produtor rural e permanência na propriedade	3,412	1,2900
Diversificação produtiva no espaço rural	3,311	1,2515
Mudança na paisagem rural	3,520	1,4100
Mudança na paisagem urbana	3,966	1,3614
Aumento da população do município	3,638	1,2196
Aumento da violência	3,141	1,3917
Aumento de pessoas com baixa escolaridade no município	3,435	1,4051
Redução da qualidade do ar e da água para consumo humano	3,514	1,3641
Poluição do ar, água e solo	3,562	1,3190
Aumento no barulho na área urbana	3,379	1,3932
Redução da desigualdade econômico/social	2,774	1,3546
Valorização do mercado imobiliário	3,960	1,2077

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2019).

Essa perspectiva é medida a partir da média dos resultados das respostas dadas pelos participantes, sendo considerados valores maiores que 3 como indicativo para a perspectiva de transformações e valores, sendo que valores abaixo podem representar o contrário. Com exceção das redução da desigualdade econômico/social entre as pessoas (média igual a 2,774), todas as variáveis têm média superior a 3, indicando perspectivas de transformações.

A partir dos resultados apresentados, observa-se que as percepções são um elemento basilar para a atitude humana (AIZEN; COTE, 2008; MALEJIAN et al., 2017). Essas percepções podem ser favoráveis ou não conforme as experiências das pessoas sobre o assunto (AIZEN, 1991). Considerando a história do município e a participação da pesquisa de moradores com muitos anos de município, pode-se compreender que haja restrições nas expectativas apresentadas, contudo também pode ser observada a existência da perspectiva de transformações para o município.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese versou sobre o uso da terra do município de Assis Chateaubriand, localizado na região Oeste do Paraná e a percepção dos jovens sobre o espaço rural e sua continuidade. No trabalho observou-se que no município mesmo depois de 53 anos de sua criação, ainda ocorrem mudanças nesse uso, mudanças consideradas adequadas para o desenvolvimento do território, em especial a partir da diversificação das atividades rurais do local. Assim, posto esse contexto, ficou definido que o objetivo geral da pesquisa seria analisar as transformações do uso da sua terra e da sua paisagem e seus reflexos na sua estrutura produtiva local. Em relação ao objetivo geral e à pergunta de pesquisa, a partir da análise de dados secundários, podem-se agora fazer algumas observações a título de respostas.

Desta forma aponta-se que foi possível perceber que o município sofreu alterações significativas na substituição da vegetação natural por alguns usos intencionais da terra, com predominância, desde o início da década de 1970, dos usos relacionados à agropecuária, com ênfase na agricultura. Posteriormente a essas transformações iniciais, principalmente a partir do desmatamento da área, apontasse que não ocorreram muitas transformações no uso da terra do município durante o período analisado (1970 a 2017).

E, quando essas mudanças ocorreram, consistiram em alterações produtivas rurais, como a substituição de culturas permanentes por temporárias ou por reflorestamentos, como visto nos resultados da pesquisa. De tal modo decorreu o processo que atualmente, a maior parte do território do município é ainda destinada à produção agrícola, como foi apontado. Isto foi possível ser verificado por meio dos dados históricos utilizados e pelo processamento de imagens que auxiliou na confirmação dessas características do uso da terra na atualidade, podendo-se, claramente, perceber que o padrão de uso agrícola se manteve.

Em relação à paisagem, e mediante o primeiro objetivo específico do trabalho que foi o de procurar explicitar as mudanças dessa categoria geográfica relacionada ao território do município de Assis Chateaubriand; foi possível concluir que a paisagem do local sofreu importantes modificações principalmente em razão do processo de substituição da vegetação natural do território por culturas tecnicamente mais avançadas - *comodities*, apresentando-se como uma paisagem homogênea, e que retrata o uso da terra do município.

Uma vez obtidas essas informações por meio da avaliação qualitativa da paisagem de Assis Chateaubriand, ficou evidenciado que o local detém uma paisagem pouco diversificada. Contudo foram identificadas outras alterações na área do município que ocorreram no decorrer dos anos e que estão relacionadas aos processos produtivos ali realizados. Essas

alterações detectadas auxiliaram a responder ao segundo objetivo específico, de procurar apontar as alterações populacionais e fundiárias a partir da década de 1970.

Assim em relação à população, verificou-se um processo de colonização do município contou com a propaganda da prosperidade existente na localidade, propaganda relacionada aos recursos naturais disponíveis, como por exemplo das terras férteis da área. Mediante isto fez-se presente ali duas correntes migratórias mais relevantes, que diferentemente do vivenciado pelo restante dos municípios da mesorregião Oeste do Estado do Paraná que apresentaram deslocamentos humanos em sua maior parte proveniente da Região Sul do Brasil, em Assis Chateaubriand estes afluxos de pessoas foram oriundos da região Norte e Nordeste e outra da região Sul do país.

Estas migrações possibilitaram que o município conseguisse acumular uma população maior que 70.000 habitantes em poucos anos. Como essa atração estava vinculada ao processo econômico e produtivo local, ou seja, à produção agrícola em um período no qual o país passava por transformações no seu modelo produtivo, o município, ao aderir à modernidade rural nacional, foi afetado pelas fortes mudanças causadas por esse processo.

Assim, a inserção expressiva de tecnologias rurais e o plantio de determinadas culturas alimentares, por exemplo, reduziram a necessidade do uso da mão de obra e exigiam que os produtores rurais tivessem um volume maior de capital para investir nos equipamentos necessários à produção para permanecerem em suas atividades. Este processo de modernização utilizou medidas de transformação do modelo produtivo utilizado no período, de tal modo que não havia mais a necessidade do uso de mão de obra extensiva.

Há que se apontar que o trabalho permitiu inferir que no período em análise, no local não havia estruturas capazes de sustentar tal processo de transformação e que conseguisse absorver no espaço do urbano do município o montante populacional ali deslocado do campo ou mesmo ações e estratégias que auxiliassem as pessoas a permanecer no espaço rural. Resultando em um relevante processo de emigração dessas pessoas para outras localidades, que atingiu um volume expressivo de até 30% da população no decorrer de uma década, período de 1970 a 1980. Assim, em relação à estrutura fundiária local, é possível concluir-se que ocorreu concentração de terras no período sob análise, fato fundamentalmente vinculado à transformação produtiva ocorrida no campo que levou ao deslocamento das pessoas do rural para outros lugares.

Viu-se também nos resultados apresentados que a concentração de terras possibilitou que, em 1985, fossem identificadas propriedades com mais de 1.000 hectares de tamanho. Sendo que propriedades com esse porte não existiam na área na década de 1970, momento em

que havia no município uma maior quantidade de pequenas e médias propriedades. Essa informação, em conjunto com a manutenção do uso agrícola da terra, confirma a primeira hipótese proposta na pesquisa, qual seja a de que a estrutura fundiária do município apresentou profundas transformações de 1970 a 2017, mas que apesar disto a produção rural com foco na agricultura ainda é predominante no âmbito da agropecuária como todo na área.

Assim a partir da identificação dessa “tradição” produtiva e do uso da terra na maior parte da área do município, estabeleceu-se o segundo questionamento: Que imagem é atribuída ao espaço rural pelas futuras gerações do município de análise? A partir desse questionamento se estabeleceu o terceiro objetivo específico da pesquisa, que foi o de identificar como os jovens do município percebem o espaço rural e a continuidade da propriedade familiar rural. Isto possibilitou construir a segunda hipótese do trabalho, a de que: Apesar do cenário evolutivo das tecnologias disponíveis para as propriedades rurais e da qualificação profissional ofertada no município aos jovens, qualificação essa relacionada ao rural, esses indivíduos não se incluem como elemento necessário à continuidade da propriedade.

Para investigar essa questão, que pode, futuramente, influenciar tanto a estrutura fundiária do município, como o uso da terra, optou-se pela coleta de dados primários. Isto porque identificar a percepção de determinado grupo de pessoas possibilita compreender como estas tomam decisões. De tal modo que as respostas obtidas no questionário aplicado nos indivíduos pesquisados permitiu definir a imagem do rural chateaubriandense, como um espaço constituído de elementos tangíveis e intangíveis, que inclui tanto questões produtivas, como aquelas relacionadas aos produtores rurais na fixação ou não destas pessoas no espaço territorial do local. Mediante isto foi possível identificar a imagem dos jovens chateaubriandenses sobre o rural do município como um contraponto entre características tradicionais do produtor rural e características atuais necessárias à produção rural.

Observa-se ainda, que a continuidade da propriedade rural na percepção dos jovens está vinculada a diferentes variáveis (novas tecnologias, participação feminina na gestão das propriedades rurais, lucro na comercialização e serviços urbanos presentes no espaço rural) como foi identificado nos resultados. Mesmo assim, contudo, a permanência dos jovens no rural, através dos herdeiros das propriedades familiares, não é ainda compreendida como uma variável importante para a continuidade da mesma, isso no entender da maioria dos jovens participantes da pesquisa. Então, considerando as características identificadas com os jovens sobre a temática, deduz-se que a segunda hipótese proposta foi confirmada o que mostra como

o jovem chateaubriandense não se inclui como elemento necessário a continuidade da propriedade rural.

Por último, investigou-se outra questão relacionada aos usos da terra e mudanças nesses usos no município. Trata-se da implantação de uma agroindústria suína de produção em larga escala, organizada a partir de encadeamentos produtivos existentes na região. E que se constitui numa aposta de melhorias no desenvolvimento do local. Essa proposta pode proporcionar que haja alterações nos usos da terra da localidade, devido o enfoque da produção animal relacionado com a implantação. Tal expectativa aguçou a curiosidade desta pesquisadora para a investigação sobre o eventual novo cenário que se desenha a partir do início de funcionamento desse grande empreendimento agroindustrial.

Então, para o desenvolvimento dessa etapa foi utilizado o uso de geotecnologias e de informações extraídas da literatura para identificar que proporções espaciais poderiam ter a produção de matéria-prima para o abastecimento dessa agroindústria. Assim, foi identificado o alcance territorial, em relação à produção de matéria-prima. No procedimento foi observada a possibilidade de expansão da cooperativa central – ou daquelas que a compõem – em 34 municípios, dos quais não necessariamente todos se localizam na região Oeste do Paraná, mas que podem estar inclusos no processo produtivo, caso estas organizações sejam implantadas nos municípios e não haja restrição ambiental na propriedade rural.

Isso possibilitaria, assim, o transbordamento produtivo para além desta região, caso haja o interesse dos produtores rurais e dos gestores da empresa, o que responde ao quarto objetivo específico da pesquisa, ou seja, que foram distribuídas de modo amplo no espaço regional as possibilidades de atuação da agroindústria suína que está sendo construída no município e que pode estender a área de influência e de atuação para além da região Oeste do Estado Paraná. Assim, identificou-se que de fato a localização do abatedouro no município de Assis Chateaubriand é um fator importante que possibilita a expansão da atuação destas cooperativas na região Oeste do Paraná e para além dela.

Na segunda coleta de dados primários realizada, desta vez com pessoas relacionadas ao município de Assis Chateaubriand, os resultados obtidos possibilitaram responder ao quinto objetivo específico. Ao qual trata da percepção da população em relação ao uso da terra do município atual e suas possíveis transformações locais oriundas da instalação da agroindústria suína. Assim a percepção dos residentes sobre o uso da terra do município na atualidade foi estabelecida, para os espaços urbano e rural.

Em relação ao espaço urbano do município os respondentes concordam que sejam características que representam o mesmo, à segurança para o pedestre ao utilizar às calçadas,

a beleza cênica da localidade, a existência de área de lazer e qualidade de vida. Contudo, à existência de ciclo faixas e a realização de planejamento urbano em momentos de expansão, não foram consideradas como representativas do local, pelos respondentes. Esta identificação da pesquisa pode auxiliar o município a melhorar a qualidade do espaço urbano local.

Outro aspecto observado refere-se à Organização do Espaço Rural, os participantes da pesquisa reconhecem que a estrutura fundiária do município é diversificada, com predomínio agrícola. Em relação à propriedade rural esta é uma herança cultural transmitida entre as gerações, ao qual o produtor rural cumpre com a legislação ambiental proposta. Além disso, o município depende economicamente desta produção e a mesma não prejudica a qualidade da água consumida na localidade. Porém, os respondentes também consideram que em relação à preservação da vegetação natural, esta não é uma característica que represente a área rural do município.

Por fim, identificou-se também a percepção dos respondentes para o que foi denominado como o uso da terra e implicações para o meio ambiente. Neste quesito, observam-se questões relacionadas ao espaço rural e urbano. Em que todos os seus componentes foram consideradas características que não representam o município, como apresentado nos resultados.

Estão inclusos neste contexto, a relação da vegetação da área urbana e a qualidade do clima, o município passou por uma extração de árvores realizadas pelo poder público, há pouco tempo, na área urbana. Esta vegetação ainda não foi substituída, de forma a possibilitar que as pessoas participantes da pesquisa percebem a relação entre estas duas variáveis na localidade. E em relação aos resíduos observam-se duas questões, a primeira a destinação de resíduos atual possibilitar a reciclagem. O sistema de recolhimentos de materiais reciclados em Assis funciona uma vez na semana em cada região do mesmo, podendo assim, não ser satisfatório para os respondentes. E a segunda variável refere-se a atual destinação de resíduos não prejudicar o meio ambiente. Como o sistema de reciclagem é uma questão pontual no município, ainda se tem a percepção que os resíduos podem prejudicar a natureza. Havendo assim, a necessidade de melhorias por parte das ações públicas em relação a esta questão.

Também foi utilizada a análise de *cluster* para responder à segunda parte do último objetivo específico, que se refere à expectativa de mudanças da população com a implantação produtiva da agroindústria. O primeiro *cluster* identificado foi denominado "conservador", sendo constituído por aqueles com menores expectativas de mudanças, e o segundo, denominado "moderado", composto pelas pessoas que nutrem maiores expectativas, mas possuem restrições.

Identificou-se uma relação na confecção dos *clusters* com o tempo de residência dos participantes no município, fator que pode auxiliar a explicar esses agrupamentos, como apresentado nos resultados, pois as pessoas mais antigas no município tendem a se manterem mais conservadoras. Cabe ainda considerar que a população indicou que a unidade produtiva em funcionamento poderá trazer mudanças positivas e negativas ao município. Dessa maneira, o resultado encontrado foi que, em alguma medida, existe uma expectativa de mudanças para o município na percepção dos residentes, mas ela está acompanhada de restrições ou implicações negativas que os respondentes identificam neste processo.

Os aspectos negativos relacionados a implantação referem-se na percepção dos respondentes, ao aumento da violência no município, redução da qualidade de elementos da natureza como ar, água e solo, aumento do barulho na área urbana e de pessoas com baixa escolaridade no município. A maioria destes elementos pode influenciar o cotidiano dos que residem em Assis Chateaubriand.

Em síntese, a tese investigou o uso da terra do município a partir de diferentes fontes de informações. Iniciando a pesquisa por questões históricas abordadas pelos dados oficiais, incluindo perspectivas específicas dos jovens sobre o rural local e abordagens gerais, como a população e sua percepção sobre as possibilidades de mudanças no local, a partir de dados primários.

Então o que se pode observar no decorrer do desenvolvimento da pesquisa é que o município de Assis Chateaubriand foi exitoso com seu objetivo de colonização, representado na literatura como uma localidade destinada à produção rural. Essa identidade ainda está sendo mantida em se considerando que mais de 90% das áreas de seu território estão relacionadas a algum uso comum ao espaço rural.

Além disso, a sua produção de culturas alimentares tem predominância de culturas temporárias desde 1970. Infelizmente a permanência das pessoas que ali chegaram não foi possível em sua totalidade, caso contrário, o município poderia apresentar outro contexto produtivo e econômico na atualidade, com características de diversidade. Pelo contrário, o que se pode observar é um processo de concentração de terras. Ocorre que, possivelmente, a emigração de parte da população local para outras regiões, quando das mudanças tecnológicas no campo nos anos 1970, não pôde ser detida por falta de atenção dos agentes públicos da época em relação ao desenvolvimento do município.

Para além das questões históricas, observa-se que o município precisa ser mais enfático na necessidade da permanência dos jovens no espaço rural, isso para evitar novos processos de concentração de terra. Tendo em vista que o jovem não se inclui como elemento

necessário a continuidade da propriedade rural. Necessitando haver iniciativas para a mudança deste cenário, a partir de ações realizadas com as crianças, por exemplo. Isso pode ser realizado por meio de parcerias entre as cooperativas, cerealistas e entidades públicas que estejam atuando no espaço rural.

Trata-se ainda de instituir ações de longo prazo, tanto com jovens como com aqueles que estão à frente da gestão das propriedades na atualidade. É importante que esse grupo de indivíduos consiga reconhecer a importância de sua atuação no espaço rural. Uma questão que pode ser um diferencial nesse contexto é o reconhecimento dos jovens sobre a imagem do rural local, contemplar características necessárias ao processo produtivo atual, indicando que esses indivíduos conhecem em alguma medida esse espaço e algumas de suas necessidades. Que poderá contribuir para facilitar este processo de conscientização dos jovens sobre sua importância na continuidade da propriedade. E vinculada ao desenvolvimento do município, à produção rural e ao uso da terra está a implantação da mencionada agroindústria suína.

Essa implantação certamente implicará alterações no uso das terras e das atividades econômicas do município, tendo em vista que poderá direcionar a produção do espaço rural para a produção animal e atrair novos empreendimentos para o município relacionados a essa indústria de forma direta ou indireta. A amplitude territorial de possibilidade de atuação da empresa revela que a opção pelo município é muito interessante para as cooperativas envolvidas, porque representa a possibilidade de aumentar seus raios de atuação. Que a escolha da instalação em Assis Chateaubriand possa, assim, significar uma estratégia comercial. Por outro lado, pode significar, para os municípios envolvidos, uma atração de investimentos para geração de renda, de forma que ambas as partes possam ser beneficiadas.

Há de se fazer, contudo, uma ressalva sobre o cuidado que essas localidades deverão ter em relação a seus recursos naturais, principalmente os hídricos. Os municípios que estiverem atuando com a produção suína devem voltar a sua atenção à conservação de áreas com recursos hídricos, bem como, se necessário, realizar a sua revitalização, porque a produção demanda por muita água para ser realizada, evitando ou reduzindo a concorrência com outros usos.

De forma geral, existe uma expectativa das pessoas em relação a essa implantação da agroindústria, principalmente em Assis Chateaubriand, considerando as características do município, de pouca diversidade produtiva. Essa expectativa pode ser percebida como algo natural e necessário à localidade. Mesmo assim, identificar que existem algumas restrições nessa expectativa é algo interessante e que pode revelar um amadurecimento das pessoas em



relação a promessas realizadas no passado (mas não cumpridas) de melhorias para o município.

Além disso, considera-se que uma limitação da pesquisa pode ser indicada quanto à não investigação dos produtores rurais sobre seus interesses em produzir suínos na região. Tal investigação não foi realizada devido a algumas restrições de acesso a esse público específico. Ressalva-se, porém, que esse interesse deve ter sido identificado pelos gestores da agroindústria suína anteriormente à decisão de sua implantação em Assis Chateaubriand, tendo em vista o volume de investimentos que estão e serão realizados na área. Mesmo assim, identifica-se que é interessante verificar em que medida há esse interesse.

Por fim, mediante todo o exposto evidencia-se que a história de Assis Chateaubriand aponta claramente a relação das pessoas que habitam o espaço local com as atividades rurais. Atividades que atualmente seguem a tendência nacional de produção agrícola de *comodities*. Assim a continuidade das propriedades rurais deve ser realizada incorporando a opinião da maioria dos jovens, elementos identificados na literatura, como necessários ao processo produtivo, caso da preservação ambiental e do uso de novas tecnologias. Contudo, há necessidade de estímulos internos e externos para a manutenção dos jovens com interesse nestas atividades laborais. Existe claramente a necessidade de discutir a sucessão dos gestores das propriedades familiares, como medida para melhorar esta dinâmica. Ao qual poderá reduzir o processo de concentração de terras no município e ainda a manutenção do legado das famílias rurais, matérias e análises que podem ser realizadas em futuros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

- AARTS, M. N. C.; WOERKUM, C. M. J. **Wat heet natuur? De communicatie tussen overheid en boeren over natuur em natuurbeleid**. Wageningen: Landbouw Universiteit, 1-125, 1994.
- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ACCIOLY, I.; SÁNCHEZ, C. Antiecológismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, (25), 97-108, 2012.
- ADAMOPOULOS, T.; RESTUCCIA, D. The size distribution of farms and international productivity differences. **American Economic Review**, 104, 1667-1697, 2014.
- AJZEN, I.; GILBERT COTE, N. Attitudes and the prediction of behavior. 2008. In: Crano, W.D.; Prislin, R. (Eds.), **Attitudes and attitude change**. New York: Psychology Press., 289-311, 2008.
- AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, 50, 179-211, 1991.
- AKAHOSHI, W. B.; BINOTTO, E. Cooperativas e capital social: caso da Copasul, Mato Grosso do Sul. **Gestão & Produção**, 23(1), 104-117, 2016.
- ALCHIAN, A. A.; DEMSETZ, H. Production, information costs and economic organization. **American Economic Review**, 62(5), 777-795, 1972.
- ALSTON, M. **Innovative human services practice: Australia's changing landscape**. South Yarra: Palgrave Macmillan, 2009.
- AMARAL, A. L.; DA SILVEIRA, P. R.; DE LIMA, G. J. M. M. et al. Boas práticas de produção de suínos. **Embrapa**, 1-60, 2006.
- ANDRADE, R. P. A agenda do keynesianismo filosófico: origens e perspectivas. **Revista de Economia Política**, 20(2), 76-94, 2000.
- BAJA, S.; CHAPMAN, D. M.; DRAGOVICH, D. A conceptual model for defining and assessing land management units using a fuzzy modeling approach in GIS environment. **Environmental Management**, 29(5), 647-661, 2002.
- BARCLAY, E.; REEVE, I.; FOSKEY, R. Australian farmers' attitudes toward succession and inheritance. In: LOBLEY, M.; BAKER, J. (Eds.). **Keeping it in the family – international perspectives on succession and retirement on family farms**. London: Ashgate, 2011.
- BATISTA, J. M. A evolução da economia: uma abordagem histórica sobre os principais modelos, teorias e pensadores. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia**, n. 2, p. 1-16, 2002.

BAZANELLA, C. V. **Nova Aurora – sua história, sua gente**. Nova Aurora, PR: Tatiane, 1984.

BEDNAŘÍKOVÁ, Z.; BAVOROVÁ, M.; PONKINA, E. V. Migration motivation of agriculturally educated rural youth: The case of Russian Siberia. **Journal of Rural Studies**, 45, 99-111, 2016.

BEINTEMA, N. M.; STADS, G. J. Agricultural R&D in the new millennium: progress for some, challenges for many. **Food Policy Report**. Washington, DC: IFPRI., p. 1-32, 2011.

BERTONI, D.; CAVICCHIOLI, D. Farm succession, occupational choice and farm adaptation at the rural-urban interface: The case of Italian horticultural farms. **Land Use Policy**, 57, 739-748, 2016.

BESTELMEYER, B. T.; HERRICK, J. E.; BROWN, J. R.; TRUJILLO, D. A.; HAVSTAD, K. M. Land management in the American southwest: a state-and-transition approach to ecosystem complexity. **Environmental Management**, 34(1), 38-51, 2004.

BIGGS, R.; SCHLUTER, M.; BIGGS, D.; BOHENSKY, E.L.; BURNSILVER, S.; CUNDILL, G.; DAKOS, V.; DAW, T.M.; EVANS, L.S.; KOTSCHY, K.; LEITCH, A.M.; MEEK, C.; QUINLAN, A.; RAUDSEPP-HEARNE, C.; ROBARDS, M.D.; SCHOON, M.L.; SCHULTZ, L.; WEST, P.C. **Toward principles for enhancing the resilience of ecosystem services**. **Annu. Rev. Environ. Resour.**, v. 37, n. 1, p. 421-448, 2012.

BINSWANGER, H. P.; DEININGER, K.; FEDER, G. Power, distortion, revolt and reform in agricultural land relations. In: BEHRMAN, J.; SRINIVASAN, T. N. (Eds.). **Handbook of development economics**. Amsterdam, Holanda: Elsevier B.V. 1995. p. 2659–2772.

BLASCHKE, T. **The role of the spatial dimension within the framework of sustainable landscapes and natural capital**. **Landscape Urban Plann.**, 75(3-4), 198-226, 2006.

BOOGAARD, B. K.; OOSTING, S. J.; BOCK, B. B. Elements of societal perception of farm animal welfare: a quantitative study in The Netherlands. **Livestock Science**, 104, 13-22, 2006.

BOUNOUA, L.; DEFRIES, R.; COLLATZ, G.; SELLERS, P.; KHAN, H. Effects of land conversion on surface climate. **Climatic Change**, (52), 29-64, 2002.

BORITZA, R. **Os conflitos ocupacionais da colonização de Assis Chateaubriand**. 1994. Monografia (Curso de Especialização em História do Brasil). Centro de Ciências Sociais, UNIOESTE, *Campus* de Toledo, Paraná.

BORITZA, R. Assis Chateaubriand: História e Memória. *Revista Espaço Plural*, 12(25), 102-118, 2011.

BOTASSIO, D.C.; DE OLIVEIRA, G.B. Decomposição dos índices de desenvolvimento humano e social da Microrregião de Foz do Iguaçu: uma aplicação da análise *shift-share* para 1991 e 2000. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v.9, n. 17, p. 134-154, 2013.

- BOYD, B.; BOTERO, I. C.; FEDIUK, T. A. Incumbent decisions about succession transitions in family firms: a conceptual model. **International Journal Financial Studies**, 2(4), 335-358, 2014.
- BRANDTH, B.; OVERREIN, G. Resourcing children in a changing rural context: fathering and farm succession in two generations of farmers. **Sociologia Ruralis**, 53(1), 95-111, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 12.852/2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. 2013.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban?. **City**, (19), 151-182, 2015.
- CAMPOS, S.; NARDINI, R. C.; BARROS, Z. X.; CARDOSO, L. G. Sistema de informações geográficas aplicado à espacialização da capacidade de uso da terra. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, 40(2), 174-179, 2010.
- CARILLO, F.; CARILLO, M. R.; VETTINELLI, T.; ZAZZARO, A. Aging and succession on Italian farms. **PAGRI/IAP**, 39-55, 2013.
- CARTER III, J. J.; KIDWELL, R. E. Function, governance, and trust in successor leadership groups in family firms. **Journal of Family Business Strategy**, 5, 217-228, 2014.
- CARVALHO, F. J. C. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Análise Econômica**, 26(50), 7-25, 2008.
- CARVALHO, F. S. et al. Dinâmica de uso da terra, no setor agropecuário, em Paragominas – PA. **Agroecossistemas**, 9(2), 148-163, 2017.
- CHAVEIRO, E.F.; DOS ANJOS, A.F. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. **Boletim Goiano de Geografia**, 27(2), 181-197, 2007.
- CHEN, D.; ZHANG, P.; LUO, Z.; CAO, X.; WANG, W. Discussion of the study on sustainability of land resources in Dengkou County based on emergy analysis. **Journal of Cleaner Production**, 2018.
- CHEN, K.; FLAHERTY, K.; ZHANG, Y. China: recent developments in agricultural R&D. **Food Policy Report**. Washington, DC: IFPRI., p. 1-6, 2012.
- CHESHIRE, L.; MEURK, C.; WOODS, M. Decoupling farm, farming and place: recombinant attachments of globally engaged family farmers. **Journal Rural Studies**, 30, 64-74, 2013.
- CHIARAVALLOTI, R. M.; HOMEWOOD, K.; ERIKSON, K. Sustainability and land tenure: Who owns the floodplain in the Pantanal, Brazil?. **Land Use Policy**, 64, 511-524, 2017.
- CONWAY, S. F.; MCDONAGH, J.; FARRELL, M.; KINSELLA, A. Cease agricultural activity forever? Underestimating the importance of symbolic capital. **Journal of Rural Studies**, n. 44, p. 164-176, 2016.

CORAZZA, G.; MARTINELLI JR, O. Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. **Revista Teoria e Evidência**, 10(19), 9-36, 2002.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a paisagem e o passado. **Espaço Aberto**, 4(1), 37-46, 2014.

COSTA, F. R. **A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no estado do Paraná**. 2013. 215 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.

CRESTANI, L. A. Narrativas da diferença: memórias dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná (1950/80). In: V Colóquio Internacional Cultura e Memória Social, 2011, Paraná. **Anais [...]**, Paraná: Unioeste, p. 1-16, 2011.

CRESTANI, L.A. **Conflitos agrários e mercado de terras nas fronteiras do Oeste do Paraná (1843/1960)**. 2012. 168 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. 296 p.

CUNHA, C. M. L.; PINTON, L. G. Avaliação da capacidade de uso da terra da bacia do Córrego do Cavalheiro – Analândia, SP. **Geociências**, 31(3), 459-471, 2012.

DE BARCELLOS, M. D.; KÜGLER, J. O.; GRUNERT, K. G.; VAN WEZEMAEL, L.; PÉREZ-CUETO, F. J.; UELAND, O.; VERBEKE, W. European consumers' acceptance of beef processing technologies: a focus group study. **Innovative Food Science & Emerging Technologies**, 11, 721-732, 2010.

DENUZI, V.S.S. **Organizações e Desenvolvimento Local: o papel dos atores locais nos municípios de Assis Chateaubriand e Palotina – PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, p. 100. 2012.

DEWULF, A.; GRAY, B.; PUTNAM, L.; AARTS, N.; LEWICKI, R.; BOUWEN, R.; WOERKUM, C. Disentangling approaches to framing: mapping the terrain. **Conference of the International Association for Conflict Management (IACM)**, Seville, Spain, 2005.

DOLLFUS, O. **O espaço geográfico**. Tradução técnica de Heloysa de Lima Dantas. 4. ed. São Paulo: Difel, 1982.

DOWNEY, H.; THRELKELD, G.; WARBURTON, J. How are ageing farmers constructed in the draft Murray Darling basin plan and immediate media reports? **Rural Sociology**, 23(1), 87-100, 2013.

DOWNEY, H.; THRELKELD, G.; WARBURTON, J. What is the role of place identity in older farming couples' retirement considerations?. **Journal of Rural Studies**, 50, 1-11, 2017.

DUESBERG, S.; BOGUE, P.; RENWICK, A. Retirement farming or sustainable growth – land transfer choices for farmers without a successor. **Land Use Policy**, 61, 526-535, 2017.

EASTWOOD, R.; LIPTON, M.; NEWELL, A. Farm size. In: PINGALI, P. L.; EVENSON, R. E. (Eds.). **Handbook of agricultural economics**. North Holland: Elsevier, 4, 3323-3397, 2010.

EDUFUL, M.; SHIVELY, D. Perceptions of urban land use and degradation of water bodies in Kumasi, Ghana. **Habitat International**, 50, 206-213, 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 353 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Sistemas de produção de suínos**. 2012. Disponível em: <[https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p\\_p\\_id=conteudoportlet\\_WAR\\_sistemasdeproducaolf6\\_1galceportlet&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-2&p\\_p\\_col\\_count=1&p\\_r\\_p\\_-76293187\\_sistemaProducaoId=4911&p\\_r\\_p\\_-996514994\\_topicoId=5248](https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducaolf6_1galceportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&p_r_p_-76293187_sistemaProducaoId=4911&p_r_p_-996514994_topicoId=5248)>. Acesso em: ago. 2018.

ENGEL, W.; SCHAURICH, L.C. DE PAULA, G.; ENGEL, G.R. Custos de produção de suínos (fase de cria) em uma propriedade rural familiar do oeste do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v.5, n. 9, p. 14994-15016, 2019.

ESTADO DO PARANÁ. **Ação Ordinária de Anulação de Escrituras e Cancelamento de Transcrições da Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda**. Comarca de Foz do Iguaçu-PR, 1954.

FAGUNDES, F. N.; BORGES, A. C. G. Dinâmica territorial agropecuária e utilização das terras atuais no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de São João da Boa Vista. **Geosaberes**, v. 6, n. 2, p. 178-192, 2015.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados – Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERNANDES, B. M. A questão fundiária do mundo agrário e urbano atual. **Revista Katálisis**, 19(2), 171-172, 2016.

FERREIRA, Y. N. Industrialização e urbanização no Paraná. **Geografia (Londrina)**, v. 3, n. 3, p. 113-128, 1985.

FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; STAMM, C. Notas sobre a formação industrial do Paraná 1920 a 2000. In: **Publicatio UEPG**. Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, v. 1, p. 53-62, 2007.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia Ruralis**, 54(4), 417-438, 2014.

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO, J. A. D. A tomada de decisão dos jovens no processo migratório rural-urbano no Brasil: panorama entre 1970 e 2010. **Enciclopédia Biosfera**, 11, 2793-2802, 2016.

FONSECA, E. G. O capital humano na filosofia nacional de Marshall. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2, p. 64-86, 1992.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, 11(3), 402-418, 2013.

FONSECA, P. C. D. Clássicos, neoclássicos e keynesianos: uma tentativa de sistematização. **Revista Perspectiva Econômica**, v. 11, n. 30, p. 35-64, 1981.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **FAOSTAT**. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/CL>>. Acesso em: out. 2018.

FREDO, C.E.; BAPTISTELLA, C.S.L.; CASER, D.V.; VICENTE, M.C.M. Efeito da mecanização nos empregos. **Agroanalysis**, p. 24-25, 2012.

FRITSCH, W. Apresentação. SMITH, A. In: **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 5-19 (Coleção Os Economistas).

GARCIA, J. R.; BUAINAIN, A. M. Dinâmica de ocupação do Cerrado Nordeste pela agricultura: 1990 e 2012. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 319-338, 2016.

GASPARDO, M. Influências do poder econômico na atuação dos partidos políticos brasileiros: uma análise a partir do caso do Código Florestal. **Revista Jurídica da Presidência**, 16(109), 373-396, 2014.

GASSON, R. Goals and values of farmers. **Journal of Agricultural Economics**, 24, 521-542, 1973.

GIANNAKIS, E.; BRUGGEMAN, A. The highly variable economic performance of European agriculture. **Land Use Policy**, 45, 26-35, 2015.

GILG, A. Perceptions about land use. **Land Use Policy**, 26S, S76-S82, 2009.

GLAUBEN, T.; PETRICK, M.; TIETJE, H.; WEISS, C. Probability and timing of succession or closure in family firms: a switching regression analysis of farm households in Germany. **Journal Applied Economics**, 41, 45-54, 2009.

GODIN, G.; KOK, G. The theory of planned behavior: a review of its applications to health-related behaviors. **American Journal of Health Promotion**, 11, 87-98, 1996.

GONÇALVES JÚNIOR, C.A.; ALVES, L.R.; FERRERA DE LIMA, J.; PARRÉ, J.L. Análise Diferencial/Estrutural e Fatorial do Emprego nas Microrregiões Paranaenses entre 2005 e 2009. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 118, p. 41-66, 2010.

GOOGLE EARTH PRÓ. **Imagens aéreas do município de Assis Chateaubriand**. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. “**Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento**”. Textos para Discussão Nead, Campinas/SP, n. 2, p. 5-52, 2001.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel, PR: Editora da Unioeste, 2002.

GRISA, C.; KATO, K.; ZIMMERMANN, S. A. O rural contemporâneo nas políticas públicas brasileiras. **Cronos**, 14(2), 4-22, 2013.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2011.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHANM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

HALFACREE, K. H. Locality and social presentation: space, discourse and the alternative definitions of the rural. **Journal of Rural Studies**, 9, 23-37, 1993.

HALL, C.; MCVITTIE, A.; MORAN, D. What does the public want from agriculture and the countryside? A review of evidence and methods. **Journal of Rural Studies**, n. 20, p. 211-225, 2004.

HARRIS, J. M.; MISHRA, A. K.; WILLIAMS, R. P. The impact of farm succession decisions on the financial performance of the farm. In: **Annual Meeting**, 2012. Agricultural and Applied Economics Association, 2012.

HARTMANN, T.; SPIT, T. Dilemmas of involvement in land management – comparing an active (Dutch) and a passive (German) approach. **Land Use Policy**, (42), 729-737, 2015.

HENNESSY, T. C.; REHMAN, T. An investigation into factors affecting the occupational choices of nominated farm heirs in Ireland. **Journal Agricultural Economics**, 58(1), 61-75, 2007.

HERSPERGER, A. M.; GENNAIO, M. P.; VERBURG, P. H.; BÜRGI, M. Linking land change with driving forces and actors: four conceptual models. **Ecology and Society**, 15(4), 2010.

HOCHSPRUNG MIGUEL, J. C.; VELHO, L. Especialistas e políticas: as audiências públicas do novo Código Florestal. **Revista Tecnologia e Sociedade**, 29-50, 2013.

HOR, F-C; HUANG, L. C.; SHIH, H. S.; LEE, Y. H.; LEE, E. S. Establishing talent management for company’s succession planning through analytic network process: application to an MNC semiconductor company in Taiwan. **Computers & Mathematics with Applications**, 60(3), 528-540, 2010.

HOWLEY, P.; O’DONOGHUE, C.; HEANUE, K. Factors affecting farmers adoption of agricultural innovations: a panel data analysis of the use of artificial insemination among dairy farmers in Ireland’. **Journal of Agricultural Science**, v. 4, n. 6, p. 171-179, 2012.



IAP – Instituto Ambiental do Paraná. **Cartilha para licenciamento ambiental**. 2018. Disponível em: [http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Atividades/cartilha\\_suino.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Atividades/cartilha_suino.pdf). Acesso em: maio 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 1970. Rio de Janeiro, 1970.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 1970. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 1980. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 1991. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 1995. Rio de Janeiro, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas Digitais**. 2015. Acesso em: [mapas.ibge.gov.br](http://mapas.ibge.gov.br). Acesso em out. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Pecuária Municipal – PPM. 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017>. Acesso em: nov. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Série Temporais do Censo Demográfico**. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso: dez. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: dez. 2019.

IFPR – Instituto Federal do Paraná. **Projeto pedagógico do Curso de Agropecuária**. 140 p. 2017.

IFPR – Instituto Federal do Paraná. **Instituto Federal Paraná – Campus Assis Chateaubriand**. 2018. Disponível em: <http://assis.ifpr.edu.br/>. Acesso em: nov. 2018.

- INGRAM, J.; KIRWAN, J. Matching new entrants and retiring farmers through farm joint ventures: insights from the Fresh Start Initiative in Cornwall, UK. **Land Use Policy**, 28, 917-927, 2011.
- INWOOD, S. M.; SHARP, J. S. Farm persistence and adaptation at the rural–urban interface: succession and farm adjustment. **Journal of Rural Studies**, 28, 107-117, 2012.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Área Territorial**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: set. 2018.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Grau de Urbanização. 2019. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: dez. 2019.
- JAGER, H. D.; MOK, A. L. **Gezichtspunten en begrippen: Grondbeginselen der Sociologie**, EPN Educatieve Partners Nederland, Houten, 1999.
- JANVRY, A. **The agrarian question and reformism in Latin America**. The Johns Hopkins Studies in Development. 1981.
- KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money**. New York: HBJ Book, 1964.
- KUEHNE, G. My decision to sell the family farm. **Agriculture and Human Values**, 30, 203-213, 2013.
- LAEPPLÉ, D.; HENNESSY, T. The capacity to expand milk production in Ireland following the removal of milk quotas. **Irish Journal of Agricultural and Food Research**, 51, 1-11, 2012.
- LEONARD, B.; KINSELLA, A.; O'DONOGHUE; FARRELL, M.; MAHON, M. Policy drivers of farm succession and inheritance. **Land Use Policy**, 61, 147-159, 2017.
- LIMA, M. S. de. **Morfologia urbana e qualidade de vida na cidade de Assis Chateaubriand/PR**. 2004. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá. Paraná.
- LINHARES, M. Y.; DA SILVA, F. C. T. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LIU, D.; SONG, K.; TOWNSHEND, J.; GONG, P. Using local transition probability models in Markov random fields for forest change detection. **Remote Sensing of Environment**, (112), 2222-2231, 2008.
- LOBLEY, M. Succession in the family farm business. **Journal of Farm Management**, 13(12), 839-851, 2010.
- LOBLEY, M.; BAKER, J. R. Succession and retirement in family farm businesses. In: LOBLEY, M.; BAKER, J.; WHITEHEAD, I. (Eds.), **Keeping it in the family: international perspectives on succession and retirement on family farms**. Amsterdam: Ashgate, 2012.

- LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 2000.
- LORENSETTI, E. **A relação da dinâmica populacional de Assis Chateaubriand com a modernização da agricultura e apropriação da terra**. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.
- LOURENZANI, W. L.; CALDAS, M. M. Mudanças no uso da terra decorrentes da expansão da cultura da cana-de-açúcar na região oeste do estado de São Paulo. **Ciência Rural**, 44(11), 1980-1987, 2014.
- LUCAS, R. E. Life earnings and rural–urban migration. **Journal of Political Economy**, 112(1), 29-59, 2004.
- MACEDO, P. E. V. B. Ascensão e queda da CEPAL no comércio latino-americano. **Revista Interdisciplinar de Direito**, 16(1), 299-314, 2018.
- MAGLIOCCA, N. R.; RUDEL, T. J.; VERBURG, P. H. et al. Synthesis in land change science: methodological patterns, challenges, and guidelines. **Regional Environmental Change**, 15, 211-226, 2015.
- MAGNANI, R.; SABIN, K.; SAIDEL, T.; HECKATHORN, D. Review of sampling hard-to-reach and hidden populations for HIV surveillance AIDS, 19 (Suppl. 2), S67-72, 2005.
- MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins (online)**, n. 25, 2015.
- MAIMONE, G. D.; GRACIOSO, L. S. Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. **Informação & Informação**, 12(1), 130-141, 2007.
- MALEKIAN, A.; HAYATI, D.; AARTS, N. Conceptualizations of water security in the agricultural sector: perceptions, practices, and paradigms. **Journal of Hydrology**, 544, 224-232, 2017.
- MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).
- MANINI, M. P. Análise documentária de imagens. **Informação & Sociedade**, 11(1), 2001.
- MANNHEIM, K. **Ideology and utopia**. New York: Harcourt, Brace and Co, 1936.
- MAPBIOMAS. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://mapbiomas.org/stats>>. 2019. Acesso em: nov. 2019.
- MARQUES, M. Narrativas orais de moradores do distrito de Bragantina, município de Assis Chateaubriand, Oeste do Paraná. **História Oral**, 20(1), 169-190, 2017.

MARQUES, M.I.M. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. *Agrária*, n.5, 170-185, 2006.

MARTINS, J. S. **O cativoiro da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, L. S. Legado, paisagem e turismo... pelo Minho na procura de uma dimensão sensorial. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto**, n. 1, 7-31, 2012.

MATOS, R.; BOENINGER, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. **Cadernos do LESTE**, 342-385, 2008.

MA, X.; MA, Y. The spatiotemporal variation analysis of virtual water for agriculture and livestock husbandry: a study for Jilin Province in China. **Science of the Total Environment**, n. 586, p. 1150-1161, 2017.

MAZZINI, E. DE J. T.; OLIVEIRA, S. M. de. Políticas públicas para o campo: desafios da produção e da organização da agricultura familiar. **VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas, Pernambuco, 2010.

MERTZ, O.; MERENS, C. F. Land sparing and Land sharing policies in developing countries drivers and linkages to scientific debates. **World Development**, n. 98, p. 523-535, 2017.

MICHEELS, E.T.; NOLAN, J.F. Examining the effects of absorptive capacity and social capital on the adoption of agricultural innovations: A Canadian Prairie case study. **Agricultural Systems**, 145, 127-138, 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Rais**. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_rais\\_vinculo\\_id/caged\\_rais\\_vinculo\\_basico\\_tab.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php). 2018. Acesso em: nov. 2018.

MISHRA, A.; FANNIN, M.; JOO, H. Off-farm work, intensity of government payments, and farm exits: evidence from a national survey in the United States. **Canadian Journal of Agricultural Economics**, 62, 283-306, 2014.

MISHRA, A. K.; EL-OSTA, H. S. Effect of agricultural policy on succession decisions of farm households. **Review of Economics of the Household**, 6, 285-307, 2008.

MISHRA, A. K.; EL-OSTA, H. S.; SHALIK, S. Succession decisions in U.S. family farm businesses. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, 35, 133-152, 2010.

MITCHELL, C. J. A. Creative destruction or creative enhancement? Understanding the transformation of rural spaces. **Journal of Rural Studies**, n. 32, p. 375-387, 2013.

MITCHELL, C. J. A.; VANDERWERF, J. Creative destruction and trial by space in a historic Canadian village. **Geographical Review**, n. 100, p. 356-374, 2010.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORAES, D. S. L.; JORDÃO, B. Q. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana, **Revista de Saúde Pública**, 36(3), 370-374, 2002.

MORAIS, M.; BORGES, J. A. R.; BINOTTO, E. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm. **Land Use Policy**, n. 71, p. 445-452, 2018.

MORESCO, R. M.; MARGARIDO, V.; DE OLIVEIRA, C. A persistent organic pollutant related with unusual high frequency of hermaphroditism in the neotropical anuran *Physalaemus cuvieri* Fitzinger, 1826. **Environmental Research**, 132, 6-11, 2014.

MUNDLAK, Y. **Intersectoral factor mobility and agricultural growth**. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 1979.

MURDOCH, J.; PRATT, A. C. Rural studies: modernism, post-modernism and the 'post-rural'. **Journal of Rural Studies**, 9, 411-427, 1993.

NASCIMENTO, V.M.; VAN BELLEN, H.M.; BORGERT, A.; NASCIMENTO, M. ICMS - Ecológico: análise dos aspectos financeiros e de sustentabilidade nos municípios do estado do Paraná. **Revista Capital Científico**, v.9, n.2, 2011.

NEWBY, H. Trend report: rural sociology. **Current Sociology**, 28, 3-141, 1980.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2006. p. 57-81.

NOWAK, A.; GRUNEWALD, K. Landscape sustainability in terms of landscape services in rural areas: exemplified with a case study area in Poland. **Ecological Indicators**, 94, 12-22, 2018.

NYELELE, C.; MURWIRA, A.; DUBE, T. Understanding the impacts of human resettlement and projected land use dynamics in Chimanimani district of Zimbabwe. **Physics and Chemistry of the Earth, Parts A/B/C**, 105, 2018.

OLIVEIRA, J. E.; SCAGION, V. P.; GRASSI, V.; CORREA, D. S.; MATTOSO, L. H. C. Modification of electrospun nylon nanofibers using layer-by-layer films for application in flow injection electronic tongue: detection of paraoxon pesticide in corn crop. **Sensors and Actuators B: Chemical**, p. 171-172 e p. 249-255, 2012.

OLIVEIRA, M. L. T. de. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didático-pedagógica**. Curitiba, PR: Secretaria Estadual de Educação do Paraná, 2010. 2, 37 p.

OTSUKA, K.; LIU, Y.; YAMAUCHI, F. Growing advantage of large farms in Asia and its implications for global food security. **Global Food Security**, 11, 5-10, 2016.

PAIVA, C. A. N.; CUNHA, A. M. **Noções de economia**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 452 p.

PALOMO, I.; MONTES, C.; MARTÍN-LÓPEZ, B.; GONZÁLEZ, J.A.; GARCÍA-LLORENTE, M.; ALCORLO, P.; GARCÍA MORA, M.R. Incorporating the social-ecological approach in protected areas in the anthropocene. **Bioscience**, v. 64, n. 3, p. 181-191, 2014.

PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PEIRCE, C. S.; HARTSHORNE, C.; WEISS, P.; BURKS, A. W. **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1960.

PEREIRA FILHO, I.A. **Cultivo do Milho**. Embrapa Milho e Sorgo. 2015. Disponível em: <[https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p\\_p\\_id=conteudoportlet\\_WAR\\_sistemasdeproducaolf6\\_1galceportlet&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-2&p\\_p\\_col\\_count=1&p\\_r\\_p\\_-76293187\\_sistemaProducaoId=7905&p\\_r\\_p\\_-996514994\\_topicoId=8658](https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducaolf6_1galceportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&p_r_p_-76293187_sistemaProducaoId=7905&p_r_p_-996514994_topicoId=8658)>. Acesso em: jan. 2019.

PIFFER, M. **A dinâmica do oeste paranaense: sua inserção na economia regional**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba., 1997.

PINTO, F. S. T.; FOGLIATTO, F. S.; QANNANI, E. M. A method for panelists' consistency assessment in sensory evaluations based on the Cronbach's alpha coefficient. **Food Quality and Preference**, 32, 41-47, 2014.

POTT, C.M.; ESTRELA, C.C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, 2017.

POTTER, C.; LOBLEY, M. Ageing and succession on family farms: the impact on decision making and land use. **Sociologia Ruralis**, 32, 317-334, 1996.

PREFEITURA DE ASSIS CHATEAUBRIAND. **História do município**. 2019. Disponível em: <<http://www.assischateaubriand.pr.gov.br/>>. Acesso em: dez. 2019.

PRESTES, A.F.; BEZERRA, F.M. Desigualdade Salarial entre Gêneros: análise por setor e região do Paraná. **Economia & Região**, v.7, n.2, p.29-46, 2019.

PULLANIKKATIL, D.; PALAMULENO, L. G.; RUHIGA, T. M. Land use/land cover change and implications for ecosystem services in the Likangala River Catchment, Malawi. **Physics and Chemistry of the Earth, Parts A/B/C**, 93, 96-103, 2016.

QUINTAS-SORIANO, C.; CASTRO, A. J.; CASTRO, H.; GARCIA-LLORENTE, M. Impacts of land use change on ecosystem services and implications for human well-being in Spanish drylands. **Land Use Policy**, 54, 534-548, 2016.

RADA, N. E.; FUGLIE, K. O. New perspectives on farm size and productivity. **Food Policy**, 2018.

RADA, N. E.; HELFAND, S.; MAGALHÃES, M. Agricultural productivity growth in Brazil: Large and small farms excel. **Food Policy**, 2018.

RAMALHO, C. W. N.; MOREIRA, R. N. P. A visão escatológica de Marx e Engels sobre o campesinato e a vida local rural. **Estudos de Sociologia**, 16(1), 179-208, 2010.

RAMOS, A. de S.; DE OLIVEIRA, V. de P. S.; ARAÚJO, T. M. de R. Qualidade da água: parâmetros e métodos mais utilizados para análise de água de recursos hídricos superficiais. **Holos Environment**, v. 19, n. 2, p. 205-219, 2019.

REIN, M.; SCHÖN, D. Frame-reflective policy discourse. **Beleidsanalyse**, 15(4), 4-18, 1986.

REOLON, C., A. Mesorregião Oeste Paranaense: do “Sertão Paranaense” à Integração Regional e Nacional através do sistema de cidades. In: RINALDI, R.N. (Org.). **Perspectivas do Desenvolvimento Regional e Agronegócio**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

REYDON, E. O desmatamento da floresta amazônica: causas e soluções. 2011. In: Diniz-Filho, J.A.F. et al. **Política Ambiental: economia verde desafios e oportunidade**. 207 p., 2011.

RILEY, M. Moving on? Exploring the geographies of retirement adjustment amongst farming couples. **Social & Cultural Geography**, 13, 759-781, 2012.

RILEY, M. Still being the ‘Good farmer’: (non-)retirement and the preservation of farming identities in older age. **Sociologia Ruralis**, 56, 96-115, 2016.

RIOS, J. A. A tradição mercantilista na formação brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, 26(3), 255-272, 1972.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. 2005. 261 p. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**: tradução técnica. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 536 p. [Tradução técnica: Reynaldo Marcondes].

ROCHA JÚNIOR, W.F.; CARVALHEIRO, E.M.; STADUTTO, J.A.; OPAZO, M.A.U. Avaliação de contratos: uma abordagem utilizando a Análise Fatorial de Correspondência. **RER**, v.46, n. 2, p. 45-480, 2008.

RODRIGUES, J. P. P.; PELEGRINI, S. C. A. Imprensa e memória: geada negra de 1975 no estado do Paraná. **Labirinto**, 27, 210-222, 2017.

ROLIM, C. F. C. **Restruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades**: um novo programa para os cursos de economia regional e urbana. Curitiba, PR: PPGDE/UFPR, 1999.

ROMPATTO, M. Conflitos agrários no Oeste do Paraná – O caso do “Grilo Santa Cruz” na colonização de Nova Aurora (1952-1958). **ANALECTA**, v. 15, n. 11, p. 11-24, 2016.

ROSENBERG, M. J.; HOYLAND, C. I.; MACGUIRE, W. J. **Attitude organization and change**: an analysis of consistency among attitude components. s.n., New Haven. 1960.

RYE, J. F. Rural youths’ images of the rural. **Journal of Rural Studies**, n. 22, p. 409-421, 2006.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. G. Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil. In: 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2013. Pará. **Anais [...]**, PARÁ: UFPA, 2013.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 605-631, 2010.

SANTOS, F. A. A.; FARIA, R. A.; TEIXEIRA, E. C. Mudança da composição agrícola em duas regiões de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 3, p. 579-595, 2008.

SANTOS, L.P. FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento Econômico Local Em Assis Chateaubriand-Pr. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v.5, n.1, p. 180-200, 2015.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado** – fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2009 (Coleção “Milton Santos – 6”).

SANTOS, R. C.; MENDES DOS REIS, J. G.; MACHADO, S. T. et al. Perdas econômicas decorrentes do transporte de suínos em Mato Grosso do Sul: estudo de caso. **Enciclopédia Biosfera**, v. 9, n. 16, p. 1682-1697, 2013.

SAPPEY, R.; HICKS, J.; BASU, P. K. et al. Succession planning in Australian farming. **Australasian Accounting Business Finance Journal**, 6, 94-110, 2012.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, 30(3), 511-531, 2010.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARTZ, S. H.; BILSKY, W. Toward a universal psychological structure of human values. **Journal of Personality and Social Psychology**, 53, 550-562, 1987.

SERRA, A. B. **Indicadores de sustentabilidade do solo em sistemas alternativos ao uso do fogo, baseados nos princípios da agroecologia, desenvolvidos por agricultores familiares na região da Rodovia Transamazônica**. 2005. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2005.



SERRA, E. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. **Boletim de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2010.

SETO, K. C.; GÜNERALP, B.; HUTYRA, L. R. Global forecasts of urban expansion to 2030 and direct impacts on biodiversity and carbon pools. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, (109), 16083-16088, 2012.

SHIKIDA, P.F.A.; ALVES, L.R.A. Panorama Estrutural, Dinâmica de Crescimento e Estratégias Tecnológicas da Agroindústria Canavieira Paranaense. **Nova Economia**, v.11, n. 2, 2001.

SIBANDA, M.; DUBE, T.; MUBANGO, T.; SHOKO, C. The utility of earth observation technologies in understanding impacts of land reform in the eastern region of Zimbabwe. **Journal Land Use Science**, n. 11, p. 384-400, 2016.

SILVA, M. C. R. **Cidade “Morada Amiga” no Oeste do Paraná: memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960/2010)**. 2011. 112 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido do Rondon.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 5-19 (Coleção Os Economistas).

SOTTOMAYOR, M.; TRANTER, R.; COSTA, L. Likelihood of succession and farmers' attitudes towards their future behaviour: evidence from a survey in Germany, the United Kingdom and Portugal. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, 18, 121-133, 2011.

SOUTO MAIOR, L. **História do município de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do estado do Paraná**. Maringá, PR: Clichetec, 1996.

SPALDING, A. K. Exploring the evolution of land tenure and land use change in Panama: linking land policy with development outcomes. **Land Use Policy**, n. 61, p. 543-552, 2017.

SPOSITO, M. E.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agric. São Paulo**, v. 51, n. 2, p. 57-70, 2004.

STEIER, L. P.; MILLER, D. Pre-and post-succession governance philosophies in entrepreneurial family firms. **Journal of Family Business Strategy**, 1, 145-154, 2010.

SUESS-REYES, J.; FUETSCH, E. The future of family farming: a literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies. **Journal of Rural Studies**, n. 47, p. 117-140, 2016.

SWAIN, N. T. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTINI, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília, DF: UnB; Paris: Orstom, 1988.

- TATHAM, G. A geografia no século dezenove. **Boletim Geográfico**, 150, 198-226, 1959.
- TE VELDE, H.; AARTS, N.; WOERKUM, C. van. Dealing with ambivalence: farmers' and consumers' perceptions of animal welfare in livestock breeding. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, 15(2), 203-219, 2002.
- THIESENHUSEN, W.C.; MELMED-SANJAK, J. Brazil's agrarian structure: changes from 1970 through 1980. **World Development**, v. 18, n. 3, p. 393-415, 1990.
- TÓTH, G.; STOLBOVOY, V.; MONTANARELLA, L. **Soilquality and sustainability evaluation**. Italy: Institute for Environmental and Sustainability, 2007. 52 p.
- UGEDA JUNIOR, J.C. Planejamento da paisagem e planejamento urbano: reflexões sobre a urbanização brasileira. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 17, n. 1, p. 101-116, 2014.
- USDA - United States Department of Agriculture. **America's Diverse Family Farms**. 2016.
- VERBURG, P. H.; CROSSMAN, N.; ELLIS, E. C. et al. Land system science and sustainable development of the earth system: a global land Project perspective. **Anthropocene**, n. 12, p. 29-41, 2015.
- VERSCHOORE, J. A.; BALESTRIN, A. Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação. **Revista de Administração - Eletrônica**, 1(1), 2-21, 2008.
- VIEIRA FILHO, J. E. R. **Efeito poupa-terra e ganhos da agropecuária no setor agropecuário brasileiro**. IPEA, 2018.
- YU, Q.; WU, W.; VERBURG, P. H. et al. A survey-based exploration of land-system dynamics in an agricultural region of Northeast China. **Agricultural Systems**, (121), 106-116, 2013.
- WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba, PR: Vicentina, 1987.
- WANG, J.; LIN, Y.; GLENDINNING, A.; XU, Y. Land-use changes and land policies evolution in China's urbanization processes. **Land Use Policy**, 75, 375-387, 2018.
- WHEELER, S.; BJORNLUND, H.; ZUO, A.; EDWARDS, J. Handing down the farm? The increasing uncertainty of irrigated farm succession in Australia. **Journal of Rural Studies**, n. 28, p. 266-275, 2012.
- WOLFERT, J.; SØRENSEN, C. G.; GOENSE, D. A future internet collaboration platform for safe and healthy food from farm to fork. **Global Conference (SRII)**, 266-273, 2014.
- ZAGATA, L.; SUTHERLAND, L. Deconstructing the young farmer problem in Europe: towards a research agenda. **Journal of Rural Studies**, 38, 39-51, 2015.
- ZHANG, Q.; YUE, D.; FANG, M. et al. Study on sustainability of land resources in Dengkou County based on emergy analysis. **Journal of Cleaner Production**, 171, 580-591, 2018a.

ZHANG, X.; BAI, X.; SHANG, J. Is subsidized electric vehicles adoption sustainable: Consumers' perceptions and motivation toward incentive policies, environmental benefits, and risks. **Journal of Cleaner Production**, 192, 71-79, 2018b.

ZHOU, Y.; HE, C.; ZHU, S. Does creative destruction work for Chinese Regions?. **Growth and Change**, 48, 274-296, 2017.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná**. 2015.

## APÊNDICE 1 – Percepção dos jovens sobre o espaço rural

### Perfil do entrevistado:

1-) Idade? \_\_\_\_\_ 2-) Sexo? \_\_\_\_\_ 3-) Cidade? \_\_\_\_\_ Bairro? \_\_\_\_\_

4-) Escolaridade? \_\_\_\_\_

5-) Depois concluir a etapa da educação em que se encontra, pretende dar continuidade aos estudos? ( ) Não pretendo dar continuidade. ( ) Tenho interesse em continuar estudando.

6-) Local da residência: ( ) rural ou ( ) urbano.

### Sua relação com o espaço rural:

7-) Você teve ou tem contato com uma propriedade rural? ( ) sim ou ( ) não.

8-) Se sim, qual o tipo de contato? ( ) Morei em uma propriedade rural ( ) Alguém da família tinha ou tem propriedade rural ( ) Visitei propriedades rurais ( ) Trabalho ou trabalhei em propriedade rural.

9-) Como você considera seu nível de conhecimento sobre as atividades que são desenvolvidas em uma propriedade rural? ( ) Nenhum ( ) Conheço razoavelmente ( ) Conheço bem.

10-) Seus pais ou avós possuem uma propriedade rural? ( ) sim ou ( ) não.

11-) Seus pais trabalham em propriedade rural? ( ) sim ou ( ) não.

12-) Você deseja ser dono de uma propriedade rural? ( ) sim ou ( ) não.

13-) Você tem o desejo de trabalhar em atividades desenvolvidas no espaço rural? ( ) sim ou ( ) não.

14-) Você é atraído pelo estilo de vida rural?  
( ) sim ( ) sim, se as condições econômicas e sociais forem satisfatórias ( ) não.

### Sua percepção sobre a continuidade da propriedade rural

15-) A continuidade da propriedade rural é importante para o município de Assis Chateaubriand? ( ) sim ou ( ) não.

16-) Com relação às suas percepções sobre as propriedades rurais na região, qual é o seu grau de concordância para cada uma das sentenças abaixo:

- Os filhos de proprietários rurais devem dar continuidade à propriedade rural.  
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

- As novas tecnologias rurais (mecanização, drones, GPS, entre outros) contribuem com a continuidade da propriedade rural.  
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

- Acesso a internet, a telefone móvel, a computador, a água encanada, a asfalto e a energia elétrica no espaço rural são facilitadores para a permanência das pessoas na propriedade rural.  
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

- O aumento da participação das mulheres na administração das propriedades rurais contribui com a continuidade da propriedade rural.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

- O lucro gerado pela comercialização de produtos agropecuários influencia a continuidade da propriedade rural.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

17-) Nesta pergunta você terá uma relação de palavras e deverá classificá-las. As palavras referem-se ao rural. Você deverá classificar as palavras conforme achar que elas representam esse âmbito rural. Considere 1 para quando a palavra pouco representar o rural e 5 quando ela representar muito bem.

Palavras	Pouco representa			Representa muito bem	
	1	2	3	4	5
Tranquilidade					
Comunidade					
Segurança					
Masculinização – existência de mais homens do que de mulheres no espaço rural					
Saúde					
Honestidade					
Cooperação					
Solidariedade					
Respeito					
Fé					
Inovação agropecuária					
Cuidados com solo					
Preservação ambiental					
Diversificação da produção					
Sucessão na propriedade rural					

18-) No futuro próximo, como você espera que a produção agropecuária seja realizada na região?

---



---



---



---

19-) Qual é a sua percepção sobre a influência das atividades agrícolas da região sobre os itens abaixo? Considere 1 para quando a atividade agrícola piorar muito e 5 quando a atividade agrícola melhora muito o que segue:

	Piora Muito			Melhora Muito	
	1	2	3	4	5
Oferta de alimentos					
Oferta de fibras (madeira, algodão e seda)					
Quantidade de água doce					
Existência de plantas medicinais					
Variedade de sementes cultivadas pela agricultura familiar					
Qualidade do ar (poeira, cheiros, etc.)					
Qualidade da água					
Polinização					

Controle da erosão do solo					
Controle do clima					
Controle de doenças humanas					
Controle de pragas na produção					
Fluxo de chuvas com quantidade moderada (sem longos períodos de seca ou chuvas capazes de causar inundação)					
A beleza da paisagem					
As possibilidades de emprego					
Existência de áreas de lazer (recreação e ecoturismo)					
A possibilidade de você aprender algo novo					
Você fazer planos futuros					
Manutenção da capacidade de produção do solo					
Fotossíntese das plantas					
No ciclo da água					

## APÊNDICE 2 – Percepção da população sobre o uso da terra

### Perfil do entrevistado(a)

- 1- Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino. 2- Idade: \_\_\_\_\_. 3- Bairro: \_\_\_\_\_  
 4- Residente a quantos anos no município: \_\_\_\_\_.  
 5- Escolarização: \_\_\_\_\_.

### Percepção sobre o uso da terra no município

1- Nesta pergunta você terá uma relação de sentenças e deverá classificá-las. As sentenças referem-se ao uso da terra (urbano e rural) no município. Você deverá classificar as sentenças conforme achar que elas representam a sua percepção sobre o assunto. Considere 1 para quando a sentença pouco representa sua percepção e 5 quando ela representar muito bem.

<b>Sentenças - Rural</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
O rural do município é constituído de pequenas, médias e grandes propriedades.					
Na maioria das propriedades rurais a produção realizada é a agrícola.					
A maioria da produção rural do município é consumida pelas pessoas que residem no mesmo.					
A propriedade rural é sinônimo de sossego e tranquilidade.					
A economia do município depende dos resultados positivos da produção rural.					
As propriedades rurais geram muitos empregos.					
Atividades não tradicionais, como o turismo rural, são realizadas no município.					
A propriedade rural é uma herança cultural no repassada de pai para filho, no decorrer das gerações.					
A forma utilizada para produzir alimentos no município, não prejudicam a terra.					
As propriedades seguem as legislações ambientais (ex.: mata ciliar e área de preservação permanentes).					
A qualidade da água do município é influenciada pela produção rural.					
Existe conservação da vegetação natural nas propriedades.					
<b>Sentenças - Urbano</b>					
O clima é agradável, pois a vegetação está presente na área urbana.					
Não ocorrem alagamentos, pois a drenagem da água da chuva é eficiente.					
Não sinto odores ou cheiros incômodos no ar.					
A destinação do lixo, possibilita a reciclagem.					
A destinação do lixo não prejudica o meio ambiente.					
Existem calçadas para o pedestre caminhar com segurança.					
Ao utilizar a bicicleta para me locomover, me sinto seguro, pois existe um local específico para este meio de locomoção, ser utilizado.					
Há áreas públicas de lazer.					
Aprecio a beleza da área urbana do município.					
A expansão da área urbana, no decorrer dos anos, se deu pela conversão de áreas rurais em urbanas.					
A concentração de pessoas no município pode causar prejuízos no meio ambiente.					
Existe planejamento público para a expansão da área urbana do município.					

Considero que a área urbana é organizada e possibilita qualidade de vida aos residentes no município.					
---	--	--	--	--	--

2- Você acredita que a implantação do abatedouro suíno, trará mudanças para o município de Assis Chateaubriand?

( ) Sim ( ) Não

3- Em relação a estas mudanças, listamos diferentes sentenças que se referem as possíveis alterações que podem ocorrer em Assis Chateaubriand, devido a instalação do abatedouro. Você deverá classificar as sentenças conforme achar que elas representam a sua percepção em relação ao assunto. Considere 1, para quando o fato pouco será possível de ocorrer e 5, quando o fato tiver muita chance de ocorrer.

Sentenças ou Fatos	1	2	3	4	5
Ampliação no número de empregos.					
Aumento na comercialização de produtos e serviços no comércio do município.					
Aumento da renda do pequeno produtor rural e permanência na propriedade.					
Diversificação produtiva no espaço rural.					
Mudança na paisagem rural.					
Mudança na paisagem urbana.					
Aumento da população do município.					
Aumento da violência.					
Aumento de pessoas com baixa escolaridade no município.					
Redução da qualidade do ar e da água para consumo humano.					
Poluição do ar, água e solo.					
Aumento no barulho na área urbana.					
Redução da desigualdade econômico/social					
Valorização do mercado imobiliário					